

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

Trabalho de Investigação

2024/2025



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**VISÃO ESTRATÉGICA PARA O ATLÂNTICO SUL
COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL
E DA MARINHA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Ricardo José Gomes da Silva Inácio
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**VISÃO ESTRATÉGICA PARA O ATLÂNTICO SUL
COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL
E DA MARINHA**

Capitão-de-mar-e-guerra Ricardo José Gomes da Silva Inácio

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2024/2025

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

VISÃO ESTRATÉGICA PARA O ATLÂNTICO SUL
COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL
E DA MARINHA

Capitão-de-mar-e-guerra Ricardo José Gomes da Silva Inácio

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2024/2025

Orientador: Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Ribeiro

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Ricardo José Gomes da Silva Inácio, declaro por minha honra que o documento intitulado **“Visão estratégica para o Atlântico Sul como espaço de afirmação de Portugal e da Marinha”** corresponde ao resultado da investigação, por mim desenvolvida, enquanto auditor do Curso de Promoção a Oficial General 2024/2025, no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 04/05/2025

Ricardo José Gomes da Silva Inácio

Capitão-de-mar-e-guerra



Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de expressar o meu reconhecimento ao Instituto Universitário Militar, enquanto Escola que possibilitou adquirir o conjunto de conhecimentos teóricos e metodológicos que permitiram a execução desta investigação.

Aos Camaradas do Curso de Promoção a Oficial General pelos momentos de partilha e salutareis trocas de opinião.

O meu agradecimento ao orientador deste trabalho - Comandante Palmeiro Ribeiro, pela sua permanente disponibilidade e grande pragmatismo durante toda a investigação.

Na impossibilidade de um agradecimento diferenciado a todos os que acederam conceder entrevistas, agradeço, de forma sincera, a disponibilidade e partilha de relevantes opiniões.

Um profundo agradecimento ao Comandante Monteiro da Silva e Comandante Cruz Rafael, pelas muito proveitosas discussões e crítica revisão desta investigação, mas muito em particular, pela amizade de longa data.

Por último, o meu obrigado à Aurélia e à Inês, cuja mera referência nunca será suficiente.



Índice

1. Introdução	1
1.1 Justificação do tema	1
1.2 Objeto e delimitação	3
1.2.1 Objeto de Estudo	3
1.2.2 Delimitação	3
1.3 Objetivos da investigação e Questão Central	5
1.3.1 Objetivo Geral	5
1.3.2 Objetivos Específicos, Questão Central e Questões Derivadas	5
1.4 Formato e organização	6
1.5 Resumo	6
2. Enquadramento teórico e conceptual	7
2.1 Conceitos	7
2.1.1 Estratégia Naval	8
2.1.2 Instrumentos do Poder	8
2.2 Revisão da literatura	8
2.3 Modelo de análise	8
2.4 Metodologia	8
2.5 Método	9
2.5.1 Instrumentos de recolha de dados	9
2.5.2 Participantes e procedimento	10
2.5.3 Técnicas de tratamento de dados	10
2.6 Formulação da estratégia	12
2.6.1 Fatores de sucesso	12
2.6.2 Projetos, linhas de ação, monitorização e controlo	12
2.7 Resumo	13
3. Portugal e o Atlântico Sul	14
3.1 Uma zona de competição	15
3.2 A (in)segurança no Atlântico Sul	15
3.2.1 Pirataria e roubo à mão armada contra navios	15
3.2.2 Contributos para a segurança	16
3.2.3 Capacidades militares e cooperação	16
3.3 A importância económica do Atlântico Sul para Portugal	16
3.3.1 O Atlântico Sul e a dinâmica energética europeia	16
3.3.2 Dinâmica comercial nacional	17
3.4 A perspetiva geopolítica	19
3.5 Resumo	19
4. Estratégias para o Atlântico Sul	21
4.1 A abordagem das Organizações internacionais ao Atlântico Sul	21
4.1.1 Organização do Tratado do Atlântico Norte	21
4.1.2 União Europeia	23
4.1.3 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	27
4.1.4 Centro do Atlântico	28
4.2 Outros Atores	29
4.2.1 Espanha	29
4.2.2 Noruega	30
4.2.3 Convergências	31
4.3 Estratégia Nacional para o Mar	33
4.4 Novas dinâmicas: Conferência de Berlim	34
4.5 Resumo	35



5. A Marinha Portuguesa no Atlântico Sul	37
5.1 Cooperação no Domínio da Defesa	39
5.2 Missão Portuguesa de Capacitação.....	41
5.2.1 República Democrática de São Tomé e Príncipe	41
5.2.2 República da Guiné-Bissau	42
5.3 Iniciativa Mar Aberto	43
5.4 Outras Ações de cooperação bilateral.....	44
5.5 Tratamento de dados. Elementos de apoio à decisão	44
5.6 Resumo	45
6. Contributos para a estratégia de Portugal no Atlântico Sul	47
6.1 Linhas de Ação	47
6.2 Fatores de Convergência.....	58
6.3 Prova da estratégia	60
6.4 Prioridades Geográficas e Instrumentos do Poder	63
6.5 Resumo	64
7. Conclusões	65
Referências bibliográficas	72
Apêndice A – Conceitos	Apd A-1
Apêndice B – Modelo de análise	Apd B-1
Apêndice C – Questões e mapa das entrevistas.....	Apd C-1
Apêndice D – Competição no Atlântico Sul	Apd D-1
Apêndice E – Dinâmica securitária do Golfo da Guiné. Capacidades e limitações..	Apd E-1
Apêndice F – Outras Ações de cooperação bilateral	Apd F-1
Apêndice G – Entrevista semiestruturada. Tratamento dado à questão quatro	Apd G-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Sequência do primeiro capítulo.....	1
Figura 2 – Delimitação geográfica	4
Figura 3 – Objetivos Específicos, Questão Central e Questões Derivadas	5
Figura 4 – Formato, estrutura e organização da investigação	6
Figura 5 – Sequência do segundo capítulo	7
Figura 6 – Conceitos Estruturantes e Enquadrantes	7
Figura 7 – Áreas/personalidades consideradas nas entrevistas	10
Figura 8 – Modelo de aproximação ao problema	11
Figura 9 – Formulação da estratégia	12
Figura 10 – Fases de um projeto.....	12
Figura 11 – Sequência do terceiro capítulo	14
Figura 12 – Dinâmica associada aos crimes marítimos na região do GdG	15
Figura 13 – Principais dinâmicas do AS	20
Figura 14 – Sequência do quarto capítulo	21
Figura 15 – Contributos do GI para uma estratégia da OTAN no AS.....	23
Figura 16 – Operações de segurança marítima da UE.....	24
Figura 17 – Principais elementos da estratégia da UE para o AS	26
Figura 18 – Portugal e as Organizações Internacionais.....	28
Figura 19 – Principais elementos da Estratégia de Espanha para África	30
Figura 20 – Estratégias de Espanha e Noruega: Convergências	32
Figura 21 – Objetivos Estratégicos da ENM	33
Figura 22 – Matriz SWOT da ENM	34
Figura 23 – Resumo das estratégias em análise	36
Figura 24 – Sequência do quinto capítulo	37



Figura 25 – Enquadramento das Ações da MP no AS	38
Figura 26 – Tarefas da iniciativa Mar Aberto	43
Figura 27 – Descrição geral do Projeto 4 com a MGA	45
Figura 28 – Caracterização das Ações, da MP, no AS	46
Figura 29 – Fatores de Convergência	59
Figura 30 – Fatores de proximidade entre os FC e Convergências dos países analisados ..	60
Figura 31 – Áreas de interesse no Atlântico Sul	63
Figura 32 – Definição do modelo genérico de uma estratégia para o AS	69
Figura 33 – Contributos da MP para a estratégia de Portugal no AS	70
Figura 34 – Recomendações de ordem prática	71
Figura 35 – Variação do volume de exportações do continente africano	Apd D-1
Figura 36 – Histórico e perspetiva de procura de energia pela CHI (1980-2060).....	Apd D-2
Figura 37 – Nível de fragilidade dos países da região do GdG, em 2023	Apd E-2
Figura 38 – Aquisição de meios pelas Marinhas e Guardas Costeiras do GdG	Apd E-3

Índice de Quadros

Quadro 1 – IC da QD1	14
Quadro 2 – IC da QD2	21
Quadro 3 – IC da QD3	37
Quadro 4 – Ações, da MP, no âmbito da CDD, no AS (2019-2024)	40
Quadro 5 – Dados da CDD (2019-2024)	40
Quadro 6 – Contextualização e custo da iniciativa Mar Aberto (2019-2024)	43
Quadro 7 – Esforço global da MP, no AS, no período 2019-2024	46
Quadro 8 – Metodologia da análise SWOT	47
Quadro 9 – Instrumento Diplomático: Matriz SWOT	48
Quadro 10 – Instrumento Diplomático: Linhas de Ação	49
Quadro 11 – Instrumento Informacional: Matriz SWOT	50
Quadro 12 – Instrumento Informacional: Linhas de Ação	51
Quadro 13 – Instrumento Militar: Matriz SWOT	52
Quadro 14 – Instrumento Militar: Linhas de Ação	53
Quadro 15 – Instrumento Económico: Matriz SWOT	54
Quadro 16 – Instrumento Económico: Linhas de Ação	55
Quadro 17 – Componente Académica: Matriz SWOT	56
Quadro 18 – Componente Académica: Linhas de Ação	57
Quadro 19 – Identificação dos Fatores de Convergência através das Linhas de Ação	58
Quadro 20 – Prova da Estratégia	62
Quadro 21 – Modelo de análise	Apd B-1
Quadro 22 – Questões e mapa das entrevistas	Apd C-1
Quadro 23 – Mapa de controlo das entrevistas	Apd C-2
Quadro 24 – Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Diplomático e Informacional)	Apd G-1
Quadro 25 – Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Militar, Económico e Componente Académica)	Apd G-2

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – UE: Importações de gás natural e hidrocarbonetos do AS	17
Gráfico 2 – Importações nacionais de gás natural (2019-2024) (10 ³ Nm ³)	18
Gráfico 3 – Importações nacionais de gás natural por meio de transporte	18
Gráfico 4 – Financiamento da CDD no AS (2019-2024)	40
Gráfico 5 – Variação da despesa, no âmbito da CDD, no AS (2019-2024)	41
Gráfico 6 – Despesa anual (2019-2024) da Missão de Capacitação de STP	42



Gráfico 7 – Iniciativa Mar Aberto: dias de missão (2019-2024).....	44
Gráfico 8 – Prova da Estratégia.....	61
Gráfico 9 – Variação dos atos de pirataria e RMA (tentados e consumados).....	Apd E-1
Gráfico 10 – Investimento no setor da defesa pelos países da região do GdG.....	Apd E-4



Resumo

Num mundo em profunda reconfiguração geopolítica e económica, o Atlântico Sul surge como uma oportunidade estratégica ímpar para Portugal e para a Marinha, como protagonistas num espaço marítimo de importância capital, em que se cruzam interesses diplomáticos, securitários e económicos.

Nesta investigação e tendo como Objeto de Estudo o Atlântico Sul, optou-se por seguir um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso. Através de uma análise bibliográfica e documental e de entrevistas semiestruturadas, procuraram-se consolidar os contributos da Marinha, para uma estratégia nacional no Atlântico Sul, no contexto dos Instrumentos do Poder Nacional, Diplomático, Informacional, Militar e Económico.

A Marinha desempenha um papel central numa estratégia para o Atlântico Sul, pelos laços existentes e pelo conhecimento adquirido, sendo fundamental a sua presença. Desta forma o contributo da Marinha deve estar centrado em Ações que permitam mitigar a influência de potências externas, que incrementem a segurança e a estabilidade regional, que contribuam para o reforço da diplomacia e da cooperação internacional e para a economia azul e inovação tecnológica da região. Contudo, subsiste a necessidade de reavaliar as Ações atualmente em curso, em função do impacto que possuem nos problemas identificados.

Palavras-chave

Atlântico Sul; estratégia marítima; Instrumentos do Poder Nacional; Marinha Portuguesa.



Abstract

In a world undergoing profound geopolitical and economic reconfiguration, the South Atlantic presents a unique strategic opportunity for Portugal and the Portuguese Navy, as protagonists in a vital maritime space, where diplomatic, security and economic interests intersect.

Taking the South Atlantic as the object of study, this research adopts a deductive reasoning approach, grounded in a qualitative research strategy and a case study design. Bibliographic and documentary analysis, along with semi-structured interviews, were employed to examine the contributions of the Portuguese Navy to a national strategy in the South Atlantic, within the framework of the Instruments of National Power, Diplomatic, Informational, Military and Economic.

The Portuguese Navy plays a vital role in a strategy for the South Atlantic, due to existing relations and long-term knowledge. This way, the Navy can influence a plan for this region, contributing to mitigate the influence of external powers, to the increase of regional security and stability, to strengthening diplomacy and international cooperation, and to the blue economy and technological innovation in the region. However, there is still a need to reassess the current models in use, assessing the impact of ongoing Actions on the existing challenges.

Keywords

South Atlantic; maritime strategy; Instruments of National Power; Portuguese Navy.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

A	Ameaça
ANG	República de Angola
AS	Atlântico Sul

C

CA	Componente Académica
CDD	Cooperação no Domínio da Defesa
CeAt	Centro do Atlântico
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEP	Cooperação Estruturada Permanente
CHI	República Popular da China
CI	Comunidade Internacional
CN	Comando Naval
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CPV	República de Cabo Verde

D

DEM	Diretiva Estratégica da Marinha
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPDN	Direção-Geral de Política e Defesa Nacional
DIME	Diplomático, Informacional, Económico e Militar
DIME-A	Diplomático, Informacional, Económico e Militar e Componente Académica

E

EEIN	Espaço Estratégico de Interesse Nacional
EM	Estados-Membros
EMA - DIVRE	Estado-Maior da Armada - Divisão de Relações Externas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENM	Estratégia Nacional para o Mar
EUMSS	<i>European Union Maritime Security Strategy</i>

F

FC	Fatores de Convergência
FND	Forças Nacionais Destacadas

G

GdG	Golfo da Guiné
GI	Grupo Independente
GNB	República da Guiné-Bissau
GovEsp	Governo de Espanha

I

IC	Ideias-Chave
ID	Instrumento Diplomático
IE	Instrumento Económico



IEA	<i>International Energy Agency</i>
IH	Instituto Hidrográfico
II	Instrumento Informacional
IM	Instrumento Militar
IPN	Instrumentos do Poder Nacional
IUU	<i>Illegal, Unreported and Unregulated fishing</i>
L	
LdA	Linhas de Ação
LDN	Lei de Defesa Nacional
M	
MA	Modelo de Análise
MGA	Marinha de Guerra de Angola
MP	Marinha Portuguesa
MSR	<i>Munich Security Report</i>
N	
NMFA	<i>Norwegian Ministry of Foreign Affairs</i>
NRP	Navio da República Portuguesa
O	
O	Oportunidade
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P	
P	Potencialidade
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PEP	Política Externa Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Presenças Marítimas Coordenadas
PM-EN	Programa de Mobilidade da Escola Naval
PMI	Política Marítima Integrada
PQ	Programas-Quadro
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RHIB	<i>Rigid-Hulled Inflatable Boat</i>
RMA	Roubo à mão armada contra navios
RUS	Federação da Rússia



S

STP República Democrática de São Tomé e Príncipe

SWAIMS *Support to West Africa Integrated Maritime Security*

SWOT *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

U

UE União Europeia

USA Estados Unidos da América

V

V Vulnerabilidade



1. Introdução

Num contexto em que a dinâmica transatlântica deve ser reinventada, para L. Amado (entrevista remota, 13 de fevereiro de 2025), Portugal deve observar o Atlântico Sul (AS) como um espaço de criatividade estratégica.

A Figura 1 reflete o resumo deste primeiro capítulo, que constitui a introdução desta investigação.

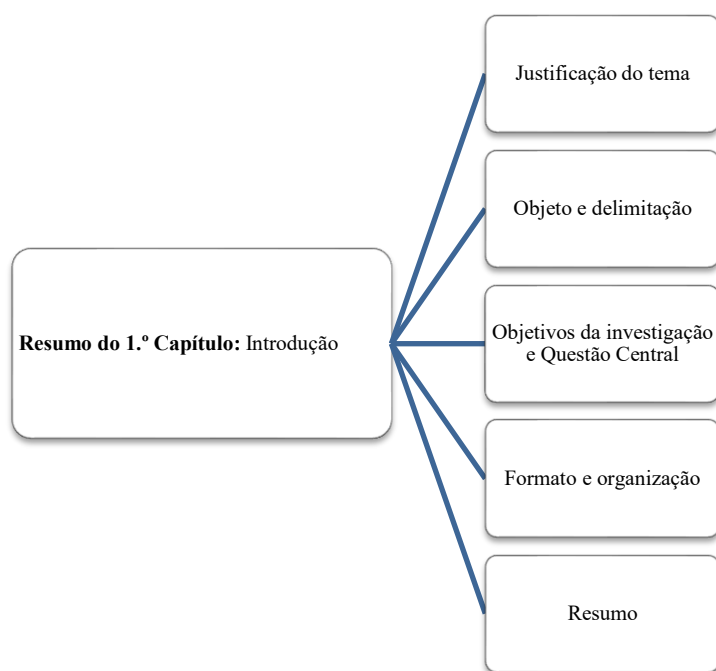


Figura 1 – Sequência do primeiro capítulo

1.1 Justificação do tema

Com o ambiente securitário em profunda alteração, condicionado pelo choque sistémico da pandemia Covid-19 e estratégico, resultado da invasão da Ucrânia pela Federação da Rússia (RUS), subsiste um quadro de múltiplas prioridades que pode condicionar a forma como Portugal aborda o AS (Governo de Portugal, 2024a, p. 97) (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN] - Grupo Independente [GI], 2024, p. 5).

Essenciais à vida na terra, os oceanos cobrem três quartos da superfície terrestre, contêm 97% da água existente no planeta, representam 99% do nosso espaço vital e possuem um valor económico estimado de $2,3 \times 10^{12}$ dólares (Organização das Nações Unidas [ONU], 2024) (ONU, 2023, p. 1).

Com novos portos a ganharem protagonismo no Atlântico, devido ao comércio energético, o fenómeno da insegurança surge naturalmente (Guedes, 2012, pp. 25-28). Palco



de instabilidade e riscos, o Atlântico ganhou relevância face à procura de minerais e outras matérias-primas, essenciais para a transição energética, cenário onde o petróleo e o gás natural poderão vir a tornar-se ativos de menor valor, com sérias implicações na dinâmica regional (Campos & Ribeiro, 2023, pp. 26-28).

O Atlântico, em particular a região do Golfo da Guiné (GdG), permanece vulnerável a ameaças, que se têm vindo a intensificar, como o terrorismo, o crime organizado, a migração irregular, a pirataria, o roubo à mão armada contra navios (RMA) e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) ¹ (Garcia & Costa, 2023, p. 11) (OTAN - GI, 2024, pp. 15-22).

Subjacente ao princípio da liberdade de navegação, onde o mar é livre para toda a humanidade, Till (2009, p. 9) reforça a segurança coletiva em detrimento da apropriação individual (ONU, 1982). Desta forma, fica convencionalmente estabelecido que o alto mar está aberto a todos os Estados, para fins pacíficos, clara advertência de que a livre circulação no oceano global, ao enfrentar desafios, adverte para uma boa governança (Neethling, 2010, p. 89) (Graça, 2014, p. 310).

Em Portugal, poucos assuntos são tão assentidos como o da importância estratégica dos oceanos (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 68, 2021). De forma consensual e de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (RCM n.º 19, 2013) este importante ativo estratégico é considerado numa perspetiva de segurança e de Defesa Nacional.

Num quadro em que Portugal é, pela sua essência, um país atlântico, os laços com o AS capitalizam a sua dimensão no seio da União Europeia (UE), enquanto facilitador da circulação de pessoas e bens junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Governo de Portugal, 2024a, p. 141). Com as fronteiras da segurança nacional para além das fronteiras territoriais do Estado, as reservas do GdG e consequentemente, o AS, surgem como uma opção alternativa aos centros tradicionais de produção de energia (RCM n.º 19, 2013).

Torna-se, assim, fundamental contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia nacional, numa perspetiva integradora dos Instrumentos do Poder Nacional (IPN), porquanto o Atlântico é um dos Espaços Estratégicos de Interesse Nacional (EEIN) mais importantes (Presidência do Conselho de Ministros [PCM], Proposta de Resolução [PR] n.º 13/XV/1, 2023, p. 71) (Pereira, 2020, p. 89).

¹ No original *Illegal, Unreported and Unregulated fishing*.



A Marinha Portuguesa (MP) reforça esta perspetiva atlântica de Portugal, ao destacar núcleos de desenvolvimento que fomentam o acesso a novos mercados, confirmando esta região como EEIN num quadro de grande complexidade e a carecer de ser melhor compreendida, pela multiplicidade de ameaças que encerra (Marinha, 2022) (Sousa, 2024, p. 4).

1.2 Objeto e delimitação

Apresentam-se, de seguida, o Objeto de Estudo desta investigação e a sua delimitação.

1.2.1 Objeto de Estudo

Esta investigação tem como Objeto de Estudo o Atlântico Sul, surgindo este espaço como uma das áreas prioritárias de inserção estratégica nacional (RCM n.º 19, 2013). Face à dimensão do Objeto de Estudo, este será delimitado no tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, pp. 41-43).

1.2.2 Delimitação

Na dimensão temporal e num contexto de análise transversal, esta investigação estará enquadrada pela data da elaboração do Trabalho de Investigação Individual de Pereira² (2020). Será dedicada particular atenção a documentação atual, de carácter estratégico, nacional, de Organizações Internacionais (OI) e de Atores Estatais (Santos & Lima, 2019, pp. 32-33).

Relativamente às OI, analisar-se-ão as estratégias, ou abordagens diferenciadas, da OTAN, da UE, da CPLP e do Centro do Atlântico³ (CeAt), linha de ação suportada pela relação diferenciada que possuem com Portugal e pela dinâmica que demonstram na região. Relativamente aos Atores Estatais serão analisadas duas estratégias, relevantes para o Objeto de Estudo, nomeadamente, as de Espanha e da Noruega, pela atualidade das mesmas e por evidenciarem semelhanças, mas também, diferentes perspetivas e dinâmicas de atuação no AS, em relação a Portugal, num quadro geopolítico e geoestratégico.

Analisar-se-á, ainda que brevemente, a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030 nos principais desafios e oportunidades que subsistam para uma estratégia nacional para o AS. Por último, será efetuada uma breve interpretação da Conferência de Berlim (2025), pelo impacto que pode vir a ter na forma como Portugal aborda o Atlântico.

² Trabalho realizado no Curso de Promoção a Oficial General, 2019-2020: “Presença nacional no Golfo da Guiné. Integração dos diferentes instrumentos do poder”.

³ Não obstante o CeAt não possuir o enquadramento de uma OI, nomeadamente, personalidade jurídica distinta da dos Estados Membros, no contexto desta investigação será analisada de forma semelhante (Dinh, Daillier, & Pellet, 2003, p. 592) (RCM n.º 66, 2018).

Na dimensão espacial, a perspetiva de que os oceanos devem ser vistos de forma contínua e indissociável justifica a dificuldade em criar uma separação. Para Moreira (1999, p. XI), “a segurança do Atlântico Norte depende da segurança no Atlântico Sul”. Neste contexto, optar-se-á por uma delimitação espacial própria, considerando o espaço marítimo limitado, no continente africano, a norte, pela República de Cabo Verde (CPV) e pelo Senegal e a sul, pela República de Angola (ANG) (vd. Figura 2). Considerar-se-á, ainda, o Brasil, enquanto parceiro incontornável e com quem Portugal tem laços históricos e uma relação diferenciada (PCM, PR n.º 13/XV/1, 2023, p. 71).



Figura 2 – Delimitação geográfica
Fonte: adaptado de *Britannica* (2024)

Quanto ao conteúdo, considerando que a MP destaca o GdG e consequentemente, o AS, como EEIN (Marinha, 2022) e que a estratégia visa operacionalizar modalidades de ação, empregando os diferentes IPN (Ribeiro, 2009, p. 30), optar-se-á por restringir esta



investigação à formulação dos contributos da MP, para a estratégia de Portugal no AS, através dos IPN: Diplomático, Informacional, Militar e Económico (DIME).

1.3 Objetivos da investigação e Questão Central

De seguida serão apresentados os elementos principais que dão corpo ao Modelo de Análise (MA).

1.3.1 Objetivo Geral

Partindo do Objeto de Estudo, o Objetivo Geral (OG) deve estabelecer o que se procura e o que se pretende alcançar tornando mais explícito o nosso problema (Santos & Lima, 2019, p. 52). Neste âmbito, foi definido o seguinte OG da investigação: Propor contributos, através da MP, para uma estratégia nacional no AS, no contexto dos IPN.

1.3.2 Objetivos Específicos, Questão Central e Questões Derivadas

Na definição dos Objetivos Específicos (OE) procedeu-se à decomposição do OG, em aspetos mais restritos, numa perspetiva observável e mensurável, permitindo apreender tendências e comportamentos (Santos & Lima, 2019, p. 58). A Figura 3 contextualiza os OE, a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) desta investigação.

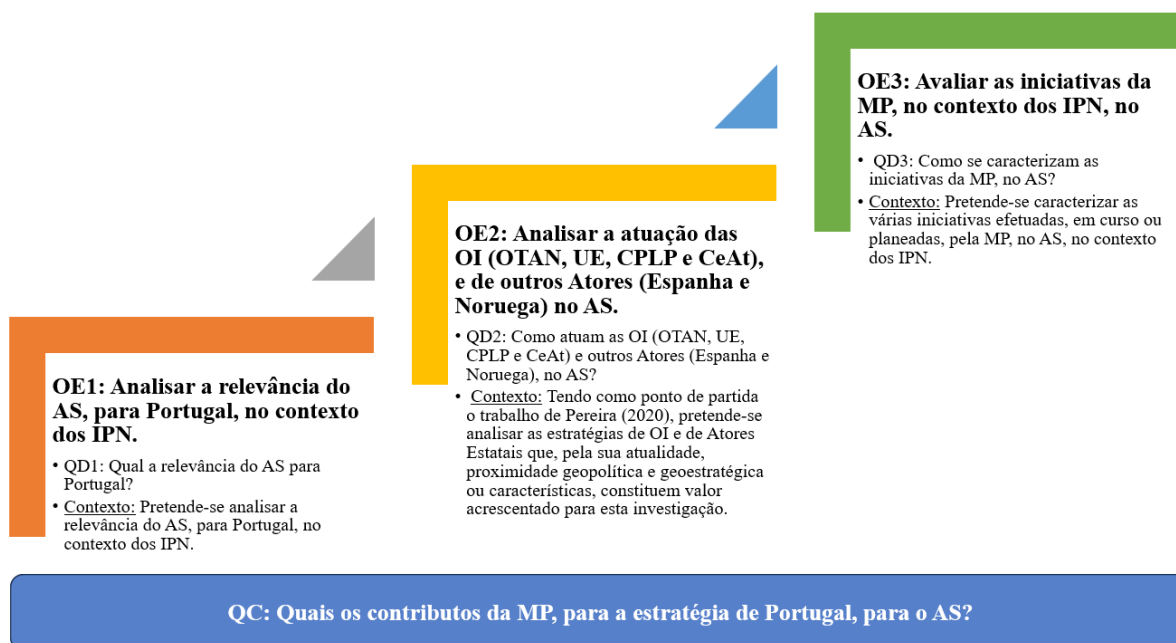


Figura 3 – Objetivos Específicos, Questão Central e Questões Derivadas

Nesta investigação considerou-se a ausência de hipóteses (Santos & Lima, 2019, pp. 60-62) pois, na pesquisa qualitativa, a redefinição do objeto e o modelo de análise ocorrem em simultâneo, não havendo lugar à sua identificação (Guerra, 2014, pp. 38-39).



1.4 Formato e organização

Seguir-se-á o formato escolar desenvolvido ao longo de sete capítulos (vd. Figura 4) (Instituto Universitário Militar, 2020).

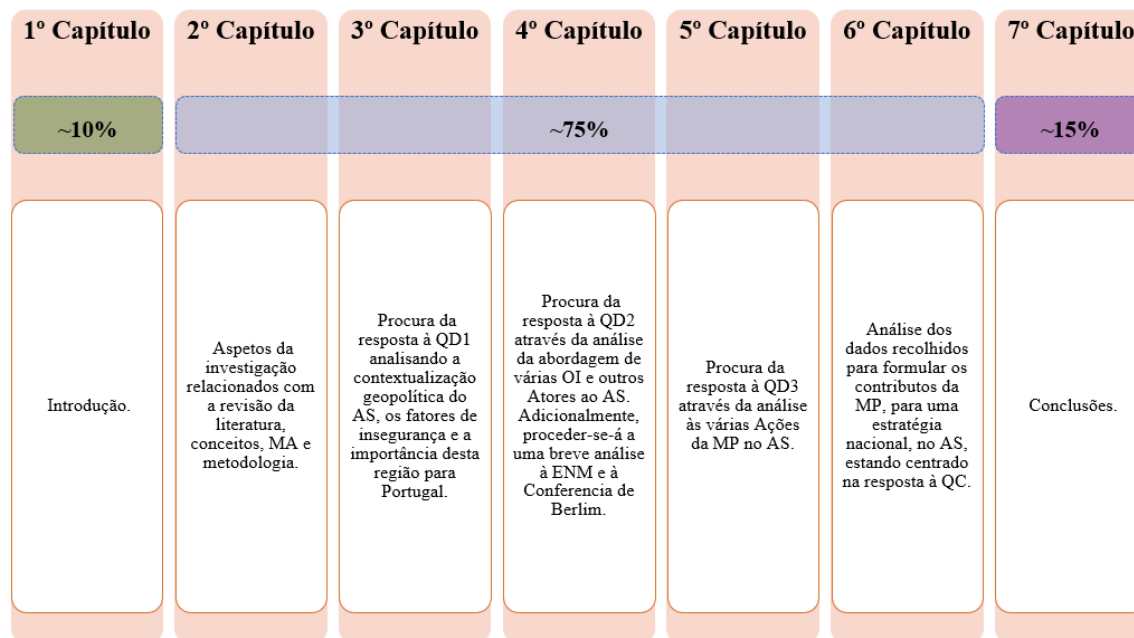


Figura 4 – Formato, estrutura e organização da investigação

1.5 Resumo

Neste primeiro capítulo procedeu-se à justificação do tema e à delimitação e identificação do objeto de estudo. Foram, também, identificados o OG, a QC e as QD. Por último foi apresentado o formato e a organização desta investigação.



2. Enquadramento teórico e conceptual

A Figura seguinte reflete o resumo do segundo capítulo, que apresentará o enquadramento teórico e conceptual desta investigação.



Figura 5 – Sequência do segundo capítulo

2.1 Conceitos

No quadro nacional subsistem conceitos, de grande elasticidade, que importa interpretar numa perspetiva conceptual (Santos & Lima, 2019, p. 55) (Telo, 2004, p. 35).

A Figura 6 ilustra o conjunto de conceitos Estruturantes (brevemente abordados neste capítulo) e Enquadrantes desta investigação (vd. [Apêndice A](#)).

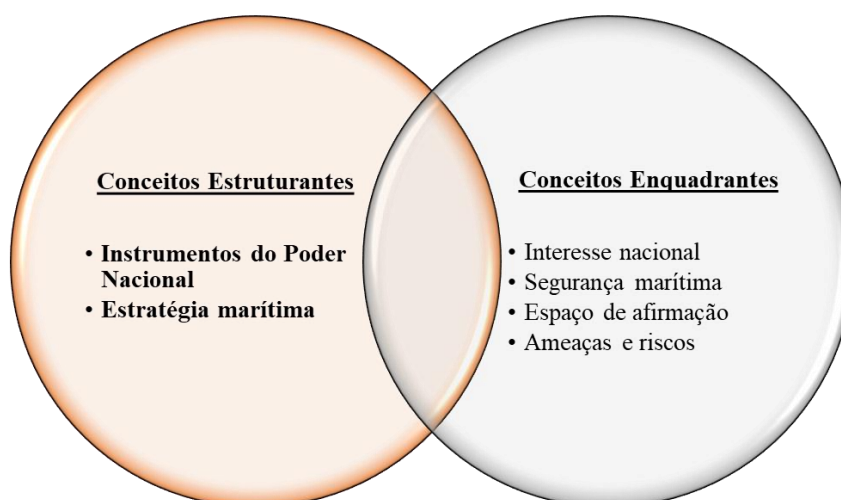


Figura 6 – Conceitos Estruturantes e Enquadrantes



2.1.1 Estratégia Naval

Num quadro que se pretende abrangente e considerando que a estratégia naval consiste numa componente da estratégia marítima porquanto para Corbett “*naval strategy is but that part of maritime strategy which determines the movements of the fleet when maritime strategy has determined what part of the sea we seek to control*” (Corbett, 1911).

2.1.2 Instrumentos do Poder

Os IPN surgem, de forma consensual, na sociedade (Ribeiro, 2009, p. 31). É, desta forma, que os instrumentos político, económico, social e militar são comumente aceites como IPN (Santos H. , 2022, p. 117). Confirmando esta teoria e de acordo com o *Allied Joint Publication* - 01, estes instrumentos fundamentam as suas capacidades na negociação (Instrumento Diplomático); na comunicação estratégica (Instrumento Informacional); no combate, na dissuasão, na prevenção de conflitos e no apoio humanitário (Instrumento Militar); e, na influência económica (Instrumento Económico) (OTAN, 2017, pp. 1.3-1.4).

2.2 Revisão da literatura

Não obstante a contextualização existente, não foi possível identificar uma estratégia nacional, consolidada, para o AS (Pereira, 2020, p. 31). Porém, são vários os Estados e OI a declararem interesse na região, o que perspetivou a existência de estratégias, de linhas de ação e de indicadores passíveis de serem analisados nesta investigação.

Para Vilelas (2009, p. 202) a característica mais comum das investigações qualitativas é o raciocínio indutivo. Contudo, será seguido um raciocínio dedutivo, considerando como ponto de partida uma teoria geral em busca do contexto particular. Decorrente de análise prévia ao Objeto de Estudo, optar-se-á por partir de premissas pré-estabelecidas (RCM n.º 19, 2013) (Governo de Portugal, 2024a, pp. 171-173), seguindo um raciocínio lógico dedutivo (Santos & Lima, 2019, pp. 18-19).

2.3 Modelo de análise

O MA (vd. [Apêndice B](#)) apresenta a estratégia delineada de como, a partir do OG e da QC, se identificaram três OE e as respetivas QD. A recolha e análise de dados teve como objetivo caracterizar os indicadores⁴ definidos, nas dimensões identificadas.

2.4 Metodologia

Este trabalho segue uma investigação aplicada com vista a desenvolver, de forma prática, o conhecimento adquirido. Como técnica de recolha de dados recorreu-se a fontes

⁴ Os indicadores definidos no MA serão apresentados ao longo deste trabalho no início do respetivo parágrafo justificativo. A sua identificação surge através da referência IX (I = Indicador e X de acordo com a sequência numérica apresentada no MA).



primárias e à interpretação de dados, com recurso aos principais autores, trabalhos e estudos, focados na atualidade, considerando a observação e as entrevistas efetuadas (Santos & Lima, 2019, p. 12).

Esta investigação seguirá o modelo de estudo de caso, observando uma única unidade, neste caso particular, as estratégias de outros Atores (Guerra, 2014, p. 47) (Santos & Lima, 2019, p. 36). Adicionalmente, dar-se-á continuidade à investigação efetuada por Pereira (2020), nomeadamente, nas limitações identificadas:

- ausência de análise do Instrumento Informacional; e,
- o impacto que o CeAt possa ter na estratégia nacional.

2.5 Método

Nesta investigação seguiu-se uma estratégia de investigação qualitativa procurando contribuir para a descoberta de novas teorias (Santos & Lima, 2019, p. 27).

2.5.1 Instrumentos de recolha de dados

A análise bibliográfica e documental considerou os vários autores de referência no Objeto de Estudo, bem como a legislação nacional, internacional e das várias OI de relevo, nomeadamente, a OTAN, a UE, a CPLP e o CeAt. Esta abordagem focou-se nas estratégias marítimas, para África e para o AS, considerando um mundo altamente interconectado, onde as pressões sobre um Estado têm sérias repercussões, através de fronteiras porosas, para os Estados vizinhos e para o espaço marítimo (*Fund for Peace*, 2019, p. 31).

Para além de uma análise bibliográfica e documental os dados foram recolhidos através da realização de entrevistas semiestruturadas, a entidades representativas dos IPN e especialistas na temática do Objeto de Estudo, abrangendo as áreas/personalidades apresentadas na Figura 7.

Face à importância das entrevistas nesta investigação conferiu-se particular atenção à construção do guião (*vd.* [Apêndice C](#)), através da identificação dos objetivos e dimensões que a entrevista deve considerar. Na escolha dos entrevistados foram considerados indivíduos que possuem perceções adquiridas através de experiência prática (Guerra, 2014, pp. 48-53).



Figura 7 – Áreas/personalidades consideradas nas entrevistas

2.5.2 Participantes e procedimento

A complexidade do Objeto de Estudo recomendou a realização de um alargado conjunto de entrevistas a entidades representativas dos IPN. Adicionalmente, optou-se por trazer a esta investigação um elemento diferenciador, incorporando a opinião de um grupo de académicos, com conhecimento profundo no Objeto de Estudo, procurando uma análise diversificada. Esta abordagem procurou, ainda, trazer perspetivas distintas em função da dinâmica que cada um dos intervenientes possa ter no Objeto de Estudo nomeadamente, a perspetiva dentro do Instrumento Económico, de uma multinacional da área da defesa e de uma empresa nacional com estratégia internacional. As entrevistas foram alvo de coordenação prévia com os entrevistados.

2.5.3 Técnicas de tratamento de dados

As 22 entrevistas foram realizadas seguindo o mesmo guião o que permitiu obter perspetivas diferenciadas dos vários representantes de cada um dos IPN e da Componente



Académica, sobre o Objeto de Estudo. Posteriormente, as entrevistas foram alvo de separação e análise em função do seu contexto⁵.

Do processo de recolha de dados, assim agrupados, resultaram cinco análises das Potencialidades, Vulnerabilidades, Oportunidades e Ameaças (SWOT)⁶, de onde foram extraídas Linhas de Ação (LdA). Foram, também, identificadas Ideias-Chave (IC) e Fatores de Convergência (FC), visando contribuir para a formulação da estratégia (Yarger, 2006, pp. 35-36) (Wheelen & David, 2012, p. 25).

Os FC foram, posteriormente, alvo de validação através da aplicação dos critérios de Adequabilidade, Exequibilidade e Aceitabilidade, junto de entidades representativas do universo dos entrevistados, através de questionário dedicado, enquanto ação visando a fundamentação do trabalho desenvolvido⁷ (Ribeiro A. , 2017, pp. 190-195). A Figura 8 reflete a estratégia de aproximação ao problema visando consolidar a resposta à QC.

Para simplificar o tratamento dos dados, as entrevistas foram identificadas, respetivamente, por um acrónimo de duas letras⁸ sendo, desta forma, possível fundamentar, através das entrevistas, as IC apresentadas.

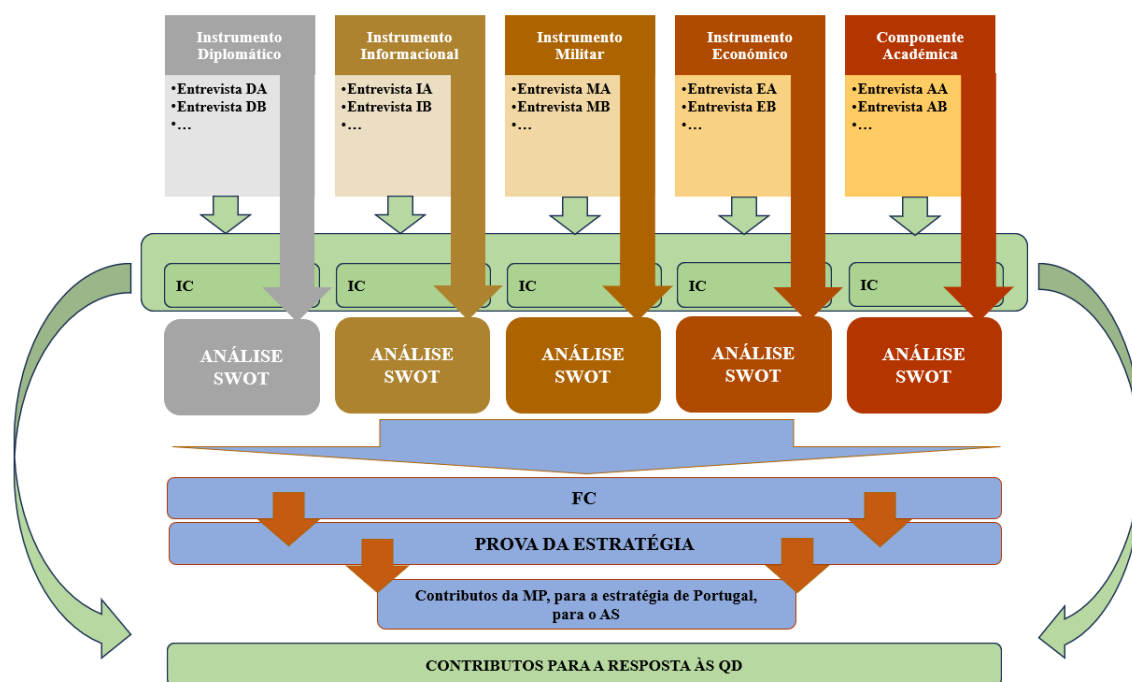


Figura 8 – Modelo de aproximação ao problema

⁵ Instrumento de Poder ou Componente Académica.

⁶ No original *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (SWOT).

⁷ Designada Prova da Estratégia.

⁸ A primeira letra representa o Instrumento em causa (ex.: Diplomático (D)) e segunda letra identifica a sequência da entrevista dentro do mesmo Instrumento (ex.: “DA” corresponderá à entrevista A, do Instrumento Diplomático).

2.6 Formulação da estratégia

A formulação de uma estratégia decorre de objetivos fixados pela política, através do estabelecimento de metas claras e alcançáveis, visando a exploração de oportunidades e de vantagens competitivas, num ambiente onde diferentes interesses se confrontam (Ribeiro, 2009).

2.6.1 Fatores de sucesso

O sucesso da estratégia depende da capacidade de adaptação às circunstâncias e da correta articulação dos vários elementos (*vd.* Figura 9) (Ribeiro, 2009).



Figura 9 – Formulação da estratégia

Fonte: adaptado de (Ribeiro, 2009)

2.6.2 Projetos, linhas de ação, monitorização e controlo

Na génese de um projeto subsistem cinco fases que constituem a base para o seu sucesso (*vd.* Figura 10) (Project Management Institute, 2013, pp. 1-3).

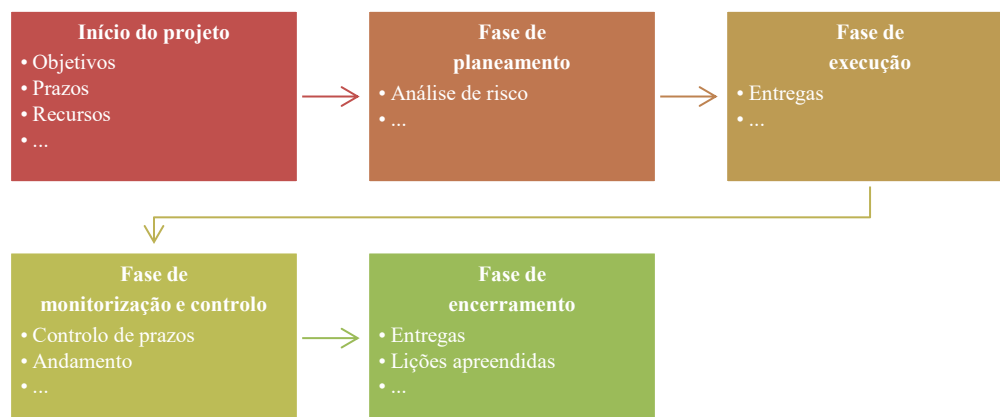


Figura 10 – Fases de um projeto

Fonte: adaptado de *Project Management Institute* (2013, pp. 4-5)

Na execução de um projeto são valorizadas as LdA, enquanto instrumentos que contribuem para a implementação do projeto, mas muito em particular, os indicadores e as métricas que garantem o controlo e a tomada de decisão. A existência de indicadores claros,



que permitam a monitorização contínua e estimulem a adaptação, aumenta o grau de sucesso do projeto (Project Management Institute, 2013).

2.7 Resumo

Neste segundo capítulo foram apresentados os conceitos Enquadrantes e Estruturantes, o MA e a metodologia seguida nesta investigação.



3. Portugal e o Atlântico Sul

Na procura de resposta à QD1, suportada pelas entrevistas efetuadas, foi possível extrair quatro IC (vd. Quadro 1) que evidenciam a relevância do AS para Portugal. Esta abordagem é fundamentada pela dinâmica dos IPN DIME sendo complementada pela Componente Académica (DIME-A).

Quadro 1 – IC da QD1

	Ideia Chave	Fundamento
IC1	O AS é considerado estratégico para Portugal devido à sua importância geopolítica, económica e securitária.	DA, DD, IC, ID, MA, MD, EA, EB, EC, AA, AD
IC2	A região é vital para a segurança energética e comercial, dada a dependência portuguesa de recursos naturais e rotas marítimas.	DA, IC, ID, ME, MF, EA, AD
IC3	A CPLP e as relações históricas e culturais são um fator de grande influência e importância para Portugal.	DC, DE, IA, IC, MA, MB, MC, MD, ME, AA, AB
IC4	A presença de atores externos, nomeadamente, o Brasil, a República Popular da China (CHI) e a RUS, condicionam a posição de Portugal na região.	DB, DD, IA, IC, ID, MB, ME, AA, AD

Será seguindo esta linha de raciocínio que se procurará resposta à QD1, porquanto para N. de Sousa (entrevista presencial, 6 de fevereiro de 2025) Portugal deve compreender as dinâmicas da região, procurando contribuir para a resolução dos principais desafios, enquanto interlocutor privilegiado. A Figura seguinte ilustra a sequência seguida no terceiro capítulo, em função da QD estabelecida.

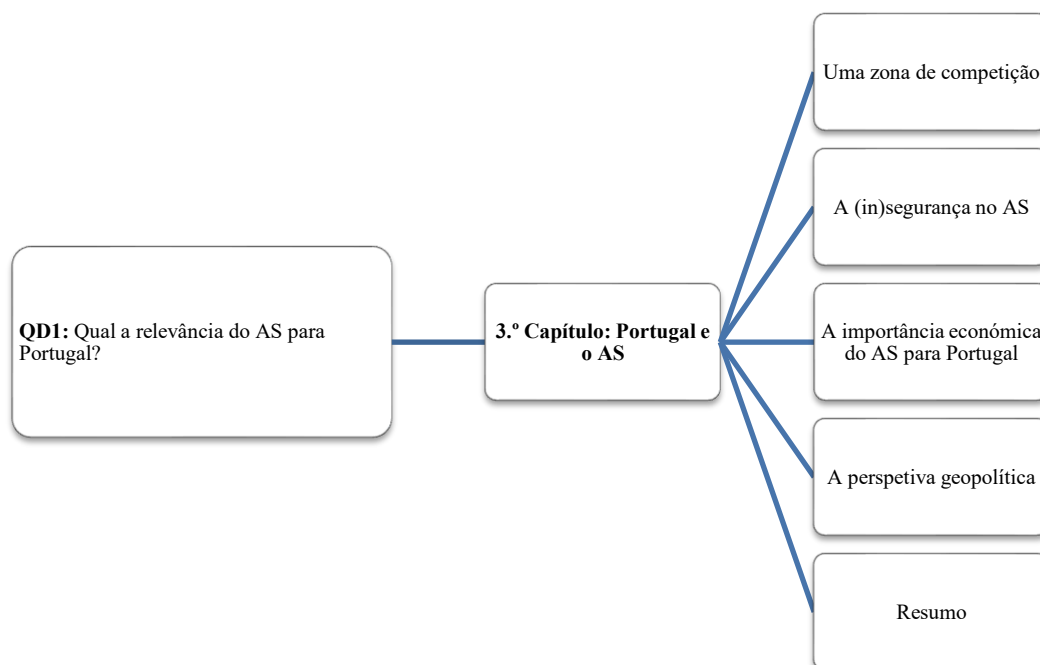


Figura 11 – Sequência do terceiro capítulo

3.1 Uma zona de competição

O mar é central para o desenvolvimento da humanidade como fonte de recursos, meio de transporte e espaço de domínio estratégico (Till, 2009).

A competição pela influência no AS e, em particular, no GdG, é reveladora do interesse que desperta, consequência das riquezas que possui, constituindo-se como uma rota crítica para o comércio internacional (One Earth Future, 2020). A região é permanentemente, alvo de ações unilaterais, bilaterais e de carácter regional, que pretendem implementar estratégias de aproximação e de controlo (Goldwyn & Morrison, 2005).

CHI e a RUS estão bem presentes no AS, enquanto competidores do Ocidente, sendo de relevar a diferença de atuação de ambas as potências. No [Apêndice D](#) são apresentadas as dinâmicas de ambos os países na região.

3.2 A (in)segurança no Atlântico Sul

3.2.1 Pirataria e roubo à mão armada contra navios

Pese embora o discurso sobre a segurança marítima no GdG se tenha concentrado na pirataria e no RMA, a situação na região é mais complexa com interconexões entre várias atividades criminosas, o que faz sobressair preocupações relativas à sustentabilidade, a longo prazo, das estratégias de segurança marítima (Duodu, Schandorf, & Sagoe, 2023, p. 126). A figura seguinte caracteriza os crimes marítimos na região confirmando, no entanto, a importância relativa da pirataria, do RMA e da IUU.

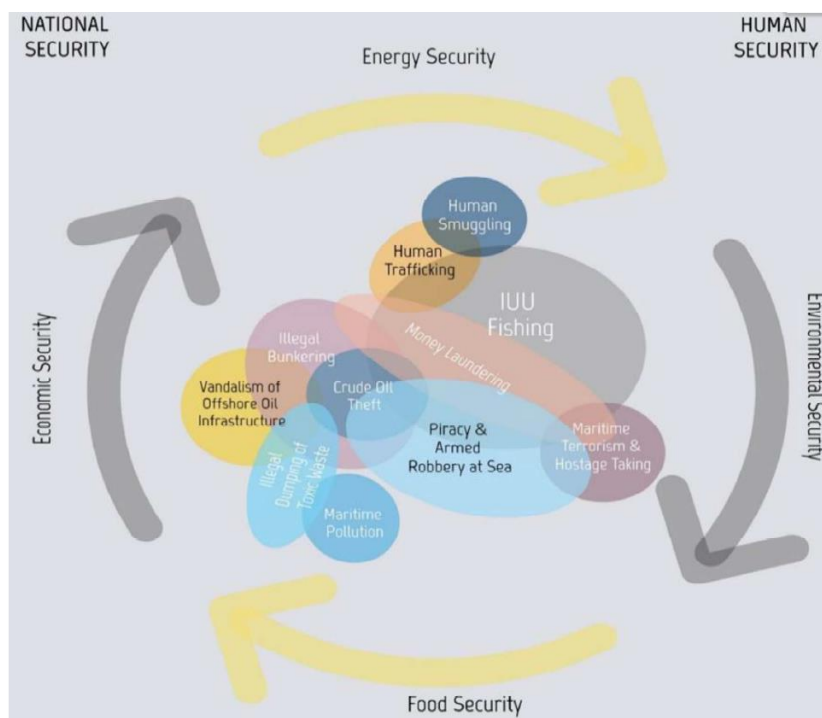


Figura 12 – Dinâmica associada aos crimes marítimos na região do GdG

Fonte: (Duodu, Schandorf, & Sagoe, 2023, p. 127)



3.2.2 Contributos para a segurança

A Bússola Estratégica da UE estabelece a necessidade de garantir o acesso irrestrito ao alto mar e a segurança das linhas globais de comunicação⁹ dos Estados-Membros (EM), através da Cooperação Estruturada Permanente (CEP) (Alexandre, 2023, p. 114). Dos projetos financiados, desde 2021, são de relevar as Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) que visam a coordenação dos meios navais e aéreos fomentando a credibilidade da UE, enquanto promotora da segurança marítima na região (UE, 2024a).

Recentemente, também o GI identificou oportunidades de formação, exercícios e ações de capacitação, que vão para além da luta contra a pirataria e o RMA, incluindo questões como a IUU (2024, p. 22).

A nível regional, é de relevar a infraestrutura operacional decorrente da Declaração de Iaundé (*Yaoundé Architecture Regional Information System*, 2025).

Com Portugal a desempenhar um papel fundamental na bacia atlântica, esta procura por segurança constitui uma prioridade que deve fomentar o investimento no desenvolvimento de capacidades navais e tecnológicas, com vista a contribuir para a segurança marítima, bem como para limitar a penetração de outras potências (PCM, PR n.º 13/XV/1, 2023, p. 71).

3.2.3 Capacidades militares e cooperação

Para garantir a segurança marítima é necessário um esforço concertado e multissetorial entre Estados (costeiros, sem litoral e de bandeira), OI e parceiros da indústria marítima, enquanto elementos cruciais para o incremento da capacidade de investigação e de aplicação da lei (*United States Department of Defense*, 2015). Por conseguinte, atente-se no impacto do Instrumento Militar, bem patente na eficácia da Operação Atalanta, na região do Golfo de Áden, que contribuiu, decisivamente, para a diminuição de ataques de piratas (Alexandre, 2023, p. 117). O [Apêndice E](#) apresenta a dinâmica dos principais crimes marítimos, atuais capacidades e limitações, existentes na região do GdG, para fazer face à insegurança marítima.

3.3 A importância económica do Atlântico Sul para Portugal

3.3.1 O Atlântico Sul e a dinâmica energética europeia

A UE é, em qualquer contexto, um importante parceiro comercial. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 17×10^{12} euros, representando 17% do PIB mundial, a UE representava, em 2023, a segunda maior economia do mundo, apenas ultrapassada pelos

⁹ Nomeadamente, através do reforço do conhecimento situacional marítimo e do desenvolvimento de operações conjuntas e de capacitação.



Estados Unidos da América (USA) (Parlamento Europeu, 2024). Atualmente, a UE possui relevantes relações económicas com o AS, estando a segurança energética dependente da segurança marítima (Alexandre, 2023, p. 114). O gráfico seguinte apresenta as trocas comerciais¹⁰ entre a região do AS e a UE, nomeadamente, com o Brasil, ANG e a Nigéria.

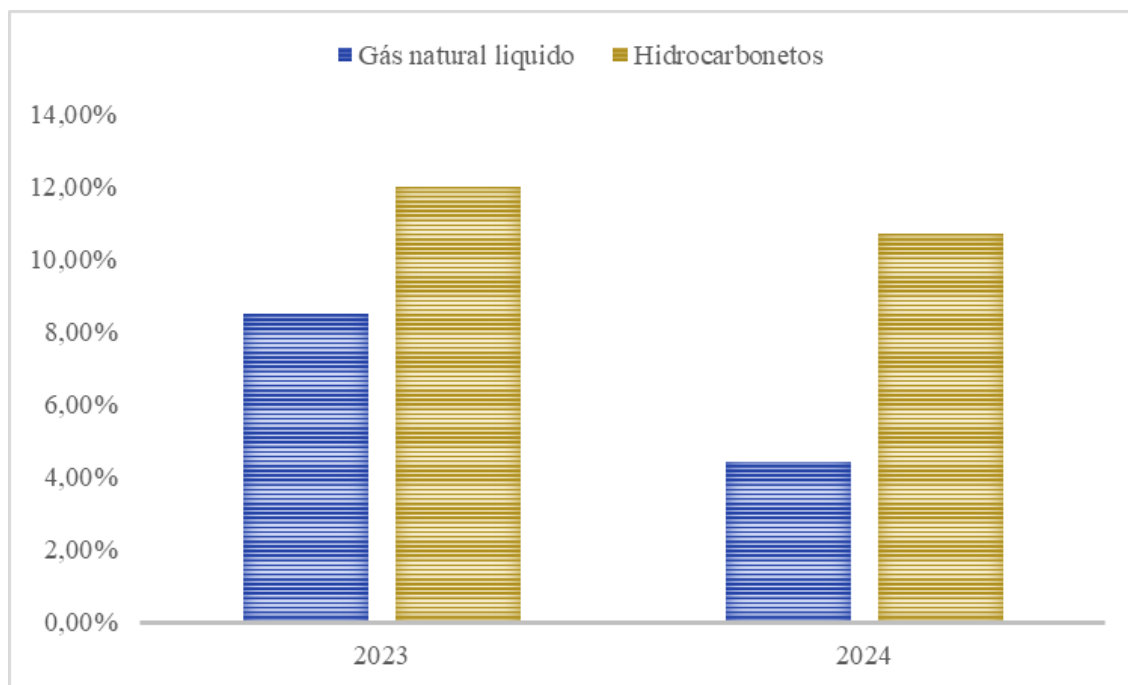


Gráfico 1 – UE: Importações de gás natural e hidrocarbonetos do AS

Fonte: adaptado de UE (2025a)

3.3.2 Dinâmica comercial nacional

(I2) Ao nível dos hidrocarbonetos, em 2022, Portugal importou cerca de 60% do seu consumo de Espanha, com valores residuais a terem origem nos países do GdG. Contudo, importa destacar que cerca de 23% do total das importações do país vizinho têm, igualmente, origem no GdG. Quanto ao gás natural, o Gráfico seguinte é particularmente ilustrativo da variação¹¹ das importações identificando-se uma tendência crescente, entre 2023 e 2024, que se aproxima dos valores de 2020. Neste quadro é de relevar a dependência da região, muito em particular, da Nigéria, enquanto principal fornecedor por via marítima (*Observatory of Economic Complexity*, 2022). Importará, também, refletir sobre a crescente dependência que se verifica dos USA, no atual quadro geopolítico e a ausência de interações comerciais com a RUS.

¹⁰ A percentagem apresentada no Gráfico 1 representa as trocas comerciais (gás natural e hidrocarbonetos) entre a UE e o AS em 2023 e 2024.

¹¹ Deste Gráfico e subsequentes, é possível identificar os efeitos da Covid-19 (2020-2021) e da invasão da Ucrânia pela RUS (2022).



Gráfico 2 – Importações nacionais de gás natural (2019-2024) (10³ Nm³)

Fonte: adaptado de Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) (2025)

Para Portugal, o Atlântico constitui um importante veículo de fluxo de matérias-primas e de energia, beneficiando da valorização de ser um oceano aberto, exigindo um esforço convergente entre os países costeiros, do norte e do sul, por forma a garantir a segurança marítima (RCM n.º 19, 2013). A reforçar esta necessidade, salienta-se a variação que teve o meio de transporte utilizado, para o gás natural, onde o transporte marítimo possui particular relevância (vd. Gráfico 3).

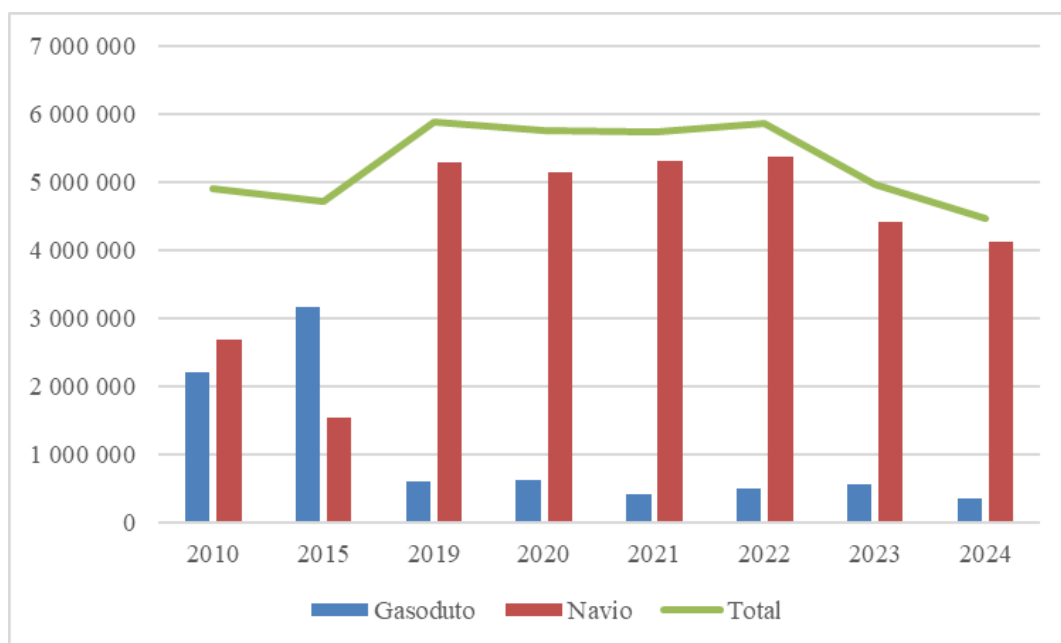


Gráfico 3 – Importações nacionais de gás natural por meio de transporte (2010 a 2024) (10³ Nm³)

Fonte: Adaptado de DGEG (2025)



(II) Globalmente, o AS contribui com cerca de 15% do total de exportações e 26% das importações nacionais (Instituto Nacional de Estatística, 2023). Particularizando, ANG surge como o nono maior exportador e o Brasil como o oitavo maior importador (Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2023).

3.4 A perspetiva geopolítica

Para L. Amado (*op. cit.*), Portugal deve projetar a integração do AS num conceito amplo, que permita lidar com a dinâmica de fraturação entre o Atlântico Norte e o AS, entre o Ocidente e o Sul Global. Portugal não pode permanecer conotado com uma dinâmica de concentração de poder, no conceito ocidental, mas deve privilegiar uma imagem historicamente construída. Subsiste, assim, a perspetiva de que os desafios no Atlântico requerem a abordagem a “todo o Atlântico”, uma vez que a segurança deve ser entendida, em termos amplos, devido à complexidade partilhada (CeAt, 2024, p. 10).

Neste quadro, a CPLP confere a Portugal uma posição de relevo quando comparado com outros países europeus. Este veículo de afirmação estratégica, ao promover a diplomacia nacional junto da Europa e dos USA, surge como uma ponte entre continentes e um revés à irrelevância de Portugal no sistema internacional (Pavia, 2019, pp. 44-45).

É, também neste contexto, que o Brasil se mantém como parceiro incontornável e com quem Portugal tem laços históricos e uma relação diferenciada (PCM, PR n.º 13/XV/1, 2023, p. 71). **(I5)** Europeu e atlântico, com vocação global, com uma diáspora dispersa pelos cinco continentes, a história e os interesses de Portugal reforçam o vínculo às comunidades portuguesas de onde sobressaem as obrigações do Estado (PCM, PR n.º 13/XV/1, 2023, p. 70). No AS, a diáspora portuguesa era estimada, em 2012, em cerca de um milhão de pessoas, com cerca de 60% a elegerem o Brasil como local de residência (Diogo, 2014, p. 38).

A segurança do espaço euro-atlântico ganha dinâmica a partir das pontes que o Atlântico permite criar e para as quais Portugal deve contribuir (Cravinho, 2018), sendo com base nesta dinâmica que Portugal teoriza, e mais tarde concretiza, o CeAt. No entanto esta convicção de pertença do AS, resultado da presença histórica nos oceanos, faz subsistir questões sensíveis que envolvem a relação Portugal-Brasil, pois o Brasil coloca reservas a quaisquer iniciativas que procurem associar o Atlântico Norte ao AS (Filho, 2015, p. 169).

3.5 Resumo

Num quadro securitário em profunda alteração, condicionado por múltiplas prioridades, a forma como Portugal aborda o AS não foi afetada, persistindo como um



espaço de grande relevância devido à sua importância geopolítica, securitária, económica e cultural. A região possui um papel relevante na segurança energética do País, suportado por rotas marítimas relevantes. As relações históricas e culturais, sustentadas na comunidade linguística e numa diáspora, particularmente representativa, reforçam a presença e a influência portuguesa na região, onde a CPLP contribui para um posicionamento diferenciado.

Todavia, esta dinâmica está atualmente condicionada por competidores externos, como a CHI e a RUS, com dinâmicas e objetivos distintos, a exigir acompanhamento diferenciado pelos níveis de penetração e disfuncionalidade que já representam.

Neste contexto considera-se encontrada resposta à QD 1: *Qual a relevância do AS para Portugal?* representando a Figura seguinte as principais dinâmicas de Portugal no AS, suportadas pelas IC apresentadas.



Figura 13 – Principais dinâmicas do AS



4. Estratégias para o Atlântico Sul

Em processo análogo ao do capítulo anterior, foi possível extrair quatro IC (*vd.* Quadro 2), que relevam as estratégias das OI e de outros Atores no AS.

Quadro 2 – IC da QD2

	Ideia Chave	Fundamento
IC5	A OTAN tem uma presença discreta na região e conta com a oposição de alguns Atores, nomeadamente o Brasil, mas pode ter um papel relevante na segurança marítima da região.	DA, DB, DC, DD, DE, IA, IC, ID, MB
IC6	A UE é vista como um parceiro de financiamento e desenvolvimento, mas enfrenta dificuldades de implementação e, por vezes, de competição interna.	DD, IC, ID, MB, ME, EA, EC, AB, AD
IC7	A CPLP é um canal relevante, mas enfrenta obstáculos e limitações de carácter político, operacional e económico.	DB, DD, IA, IC, MB, MD, AA, AD
IC8	CHI e RUS têm aumentado, de forma significativa, a sua influência através de investimentos em infraestrutura e parcerias militares.	DD, IA, IC, ME, AA, AD

Através desta linha de raciocínio procurar-se-á resposta à QD2 num contexto em que, para N. de Sousa (*op. cit.*), Portugal não deve replicar iniciativas, porquanto o pessoal e os recursos materiais são cruciais. A Figura seguinte ilustra a sequência seguida no quarto capítulo, em função da QD estabelecida.

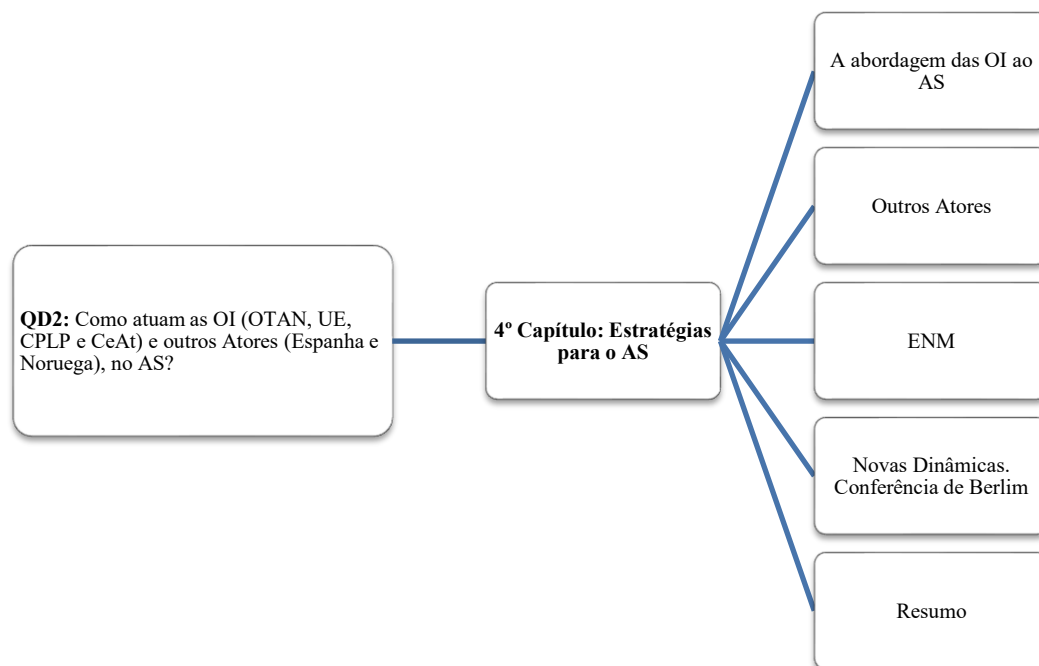


Figura 14 – Sequência do quarto capítulo

4.1 A abordagem das Organizações internacionais ao Atlântico Sul

4.1.1 Organização do Tratado do Atlântico Norte

Em 2022, a OTAN reafirmava a sua determinação em salvaguardar a segurança dos Aliados através do princípio da defesa coletiva, constituindo o vínculo transatlântico um



elemento indispensável (OTAN, 2022, p. 3). Trump, ao contrário dos seus antecessores que partilhavam a convicção de que os USA eram indispensáveis à harmonia mundial, menospreza a ordem internacional, ameaçando *adormecer* a Aliança (*Munich Security Report* [MSR], 2025, pp. 56-59).

Envolta em grande complexidade geopolítica, a abordagem 360° da OTAN¹² visa garantir a dissuasão e a defesa, contra todas as ameaças, a leste e a sul¹³, sendo essencial reconhecer as interligações profundas e crescentes entre estes vetores estratégicos. Este cenário requer equilíbrio e a garantia de que os recursos adequados são atribuídos, simultaneamente, a ambos os flancos, numa abordagem global à segurança. Com várias situações de conflito, fragilidade e instabilidade em África, acresce complexidade ao flanco sul a resistência de alguns países, especialmente o Brasil, em aceitar um maior envolvimento da OTAN na região, o que condiciona o estabelecimento de uma presença mais estruturada (OTAN - GI, 2024, pp. 3-7).

Para alguns autores, a imagem do sul como fonte de ameaças para o norte, é evocada na narrativa da OTAN como justificação para a militarização das relações (Simão, 2023, pp. 163-164). Para P. Seabra (entrevista remota, 10 de janeiro de 2025) certas discussões, dentro da OTAN, continuam a gerar anticorpos sendo, no entanto, de relevar a maior cautela com que a Aliança se posiciona atualmente.

Ao reconhecer que o AS enfrenta desafios que afetam a sua segurança – nomeadamente, a crescente influência de potências como a CHI e a RUS e ameaças como a insegurança marítima, o terrorismo e o crime organizado e transnacional – a OTAN enfatiza que a região também se caracteriza por ser palco de oportunidades. É, neste contexto, que a Aliança, em parceria com a UE, deve procurar reforçar o envolvimento com os parceiros do AS, através do diálogo político e da capacitação militar, nomeadamente em áreas como a segurança marítima. Torna-se, assim, fundamental uma abordagem ao flanco sul que confira prioridade às necessidades e perceções dos parceiros, baseada na confiança, credibilidade e clareza, sobre o propósito da OTAN (OTAN - GI, 2024, pp. 1-6).

¹² Em 2016, durante a Cimeira da OTAN, em Varsóvia, Portugal defendeu a necessidade de ser adotada uma “perspetiva de 360°”, a leste como a sul, através da definição de campos de intervenção relevantes (Defesa Nacional, 2016).

¹³ No quadro da abordagem 360° da OTAN, não sendo desprezíveis as ameaças a norte e a oeste, pela relevância que possuem nesta investigação, apenas serão abordadas as ameaças a leste e a sul.

Não obstante não existir uma estratégia da OTAN¹⁴ para o AS, decorrente da análise realizada pelo GI, é possível identificar alguns elementos¹⁵ que permitem percecionar uma possível interpretação que a Aliança faz do flanco sul¹⁶ (vd. Figura 15).



Figura 15 – Contributos do GI para uma estratégia da OTAN no AS

Fonte: adaptado de OTAN – GI (2024, pp. 1-6).

4.1.2 União Europeia

A Política Marítima Integrada (PMI) reflete a abordagem holística da UE, para o mar, num quadro em que, através de ações coordenadas, é possível alcançar maiores benefícios, com um menor impacto ambiental, potenciando a economia azul (UE, 2024b).

A revisão da Estratégia de Segurança Marítima da UE (EUMSS¹⁷) e o respetivo Plano de Ação visam reforçar o papel regional e internacional da UE e garantir acesso a um domínio marítimo cada vez mais contestado. Apesar do foco da EUMSS estar nas bacias marítimas e submarinas europeias o facto da segurança marítima, em qualquer parte do

¹⁴ De acordo com o art. 6.º do Tratado de Washington os compromissos da OTAN só têm aplicabilidade no Atlântico Norte, o que configura dificuldade acrescida à implementação de uma estratégia para o AS.

¹⁵ Dos quais se optou por relevar apenas três, em cada Instrumento de Poder, conforme Figura 15.

¹⁶ Não foram encontrados, no documento analisado, elementos significativos relacionados com o Instrumento Económico.

¹⁷ No original: *European Union Maritime Security Strategy*.



globo, afetar inevitavelmente o resto do mundo, confere um carácter global aos interesses de segurança marítima da UE (UE, 2023a, pp. 3-6).

A EUMSS estabelece novas medidas que visam proteger os interesses da UE no mar, os seus cidadãos, valores e economia, através da promoção da paz e da segurança internacionais, bem como da salvaguarda do comércio e da liberdade de navegação, respeitando o princípio da sustentabilidade e da biodiversidade (UE, 2023a, p. 7). A importância da cooperação regional é enfatizada nos programas de resposta à insegurança marítima no GdG, ao abrigo das PMC (CeAt, 2024, p. 7). A Figura seguinte apresenta o conjunto de missões da UE, em ambiente marítimo, sendo de relevar as PMC¹⁸ na região do GdG.

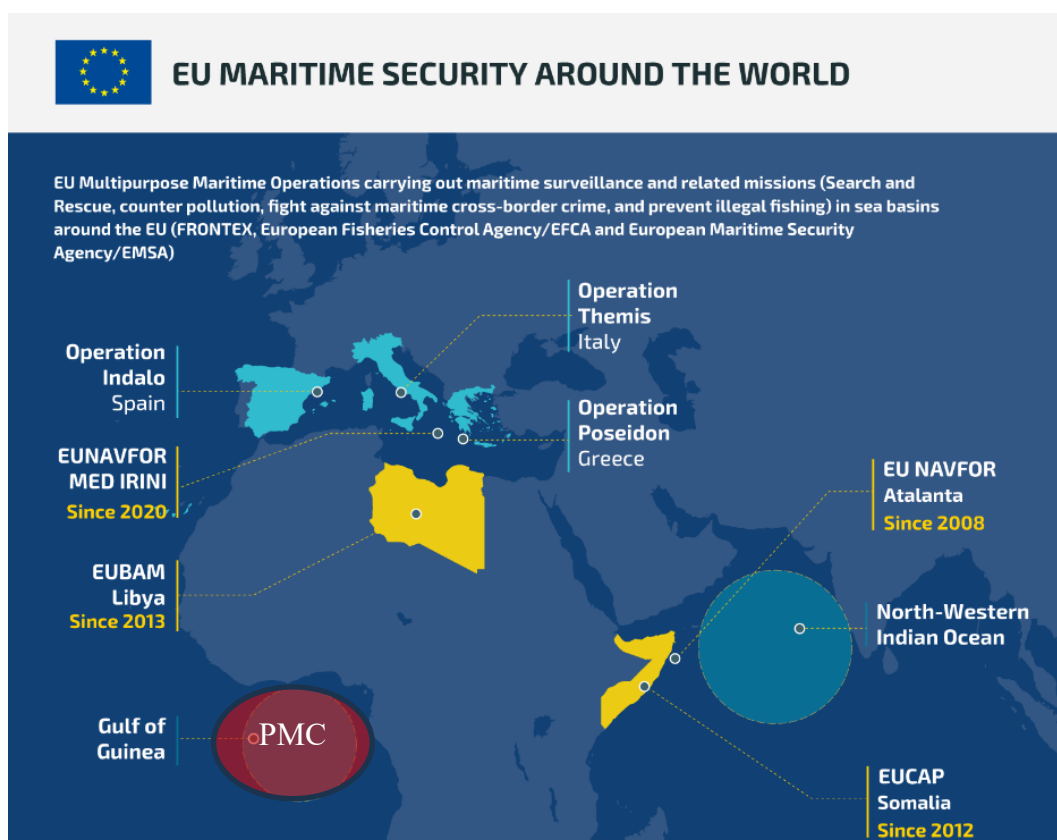


Figura 16 – Operações de segurança marítima da UE
Fonte: adaptado de UE (2023b)

Para N. de Sousa (*op. cit.*) subsiste um conjunto de interesses, mesmo de atores que integram as mesmas organizações, que poderiam conduzir a uma abordagem comum. Contudo, frequentemente existe competição franca e aberta, da UE, em África. O facto da

¹⁸ O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz reforçou recentemente, as PMC, através de assistência financeira no valor de 21 milhões de euros. Esta medida visa apoiar a Arquitetura de Iaundé e reforçar as capacidades das forças militares e marítimas do GdG (UE, 2025b).



UE não afirmar, de forma clara, quais os seus interesses, acaba por provocar uma duplicação indesejada onde a contribuição para o esforço da UE é, inclusivamente, observada de forma secundária.

A abordagem estratégica da UE, de seguida apresentada (*vd.* Figura 17), assenta na *Council conclusions on the Revised - Maritime Security Strategy* (2023); e, na PMI da UE (2024), de onde foi possível extrair elementos que enquadram a atuação da UE no AS.

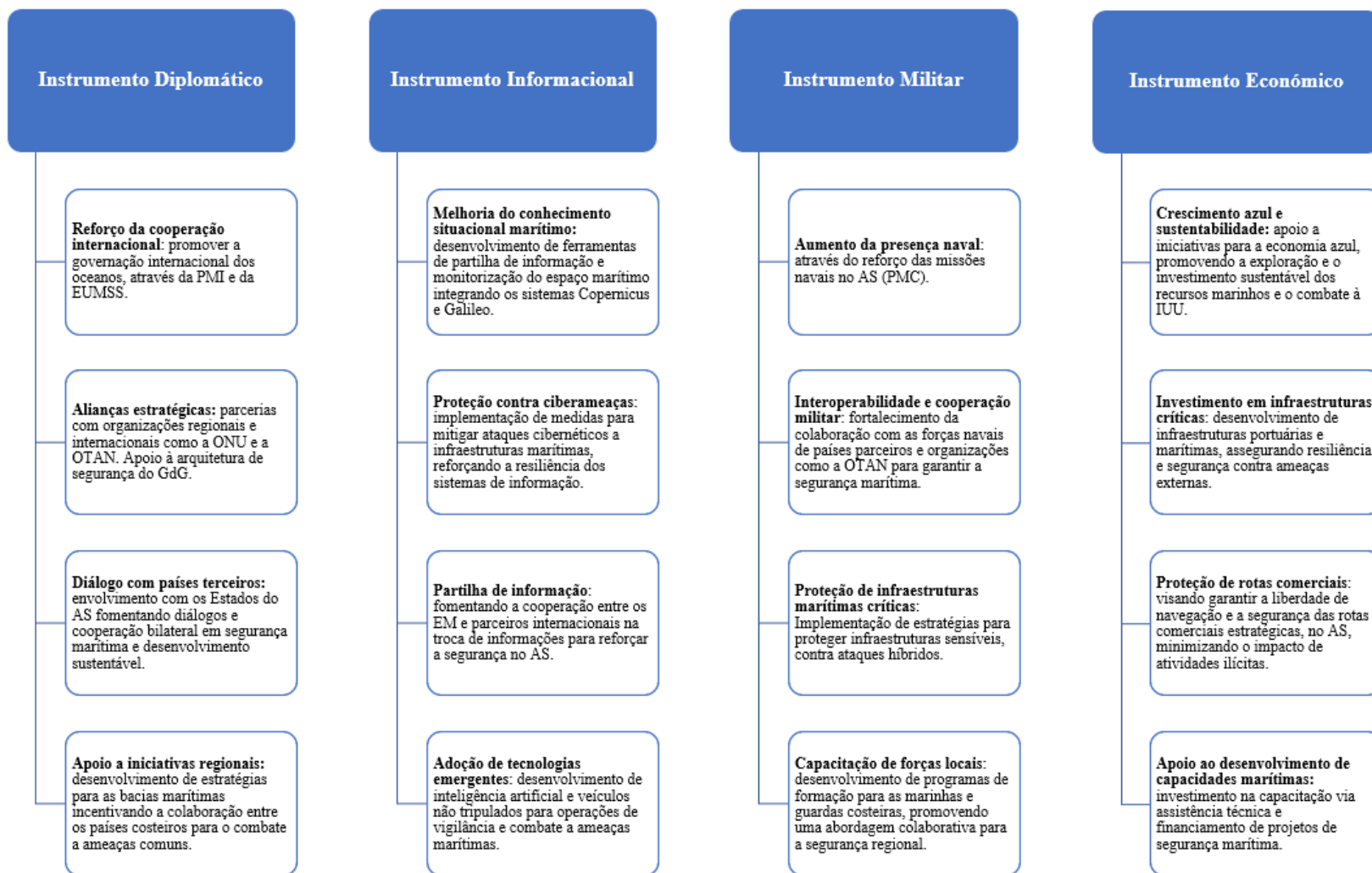


Figura 17 – Principais elementos da estratégia da UE para o AS

Fonte: adaptado de UE (2023a, p. 7) (2024b)



4.1.3 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O relacionamento de Portugal com o continente africano constitui, desde sempre, um dos aspetos fundamentais da Política Externa Portuguesa (PEP), tendo permitido superar limitações nas dimensões geográfica, económica e humana (Pavia, 2019, p. 31). Este veículo de afirmação estratégica acaba por revelar um vazio, tornando-se questionável qual a estratégia nacional face ao posicionamento de alguns Atores, cujas relações se fundamentam num modelo de cooperação onde os desequilíbrios de relação são evidentes (Dias, 2019, p. 65).

Criada em 1996, a CPLP constitui um fórum privilegiado para o aprofundamento da cooperação entre os seus membros (CPLP, 1996). Esta dimensão multilateral, apesar do reconhecido sucesso que lhe é conferido, advém de um processo de negociação particularmente agitado resultado da interação no período pós-independência. Fomentar vínculos em torno de um conceito abstrato de lusofonia e comprometer o Brasil, com o sucesso deste projeto, impôs um desafiante trabalho de articulação diplomático (Seabra, 2019, p. 83).

Para Almeida Lima (entrevista presencial, 25 de fevereiro de 2025), a CPLP é uma organização multiregional destinada a acompanhar e promover a cooperação no seio da língua portuguesa. Resulta, sobretudo, da partilha da língua e de um conhecimento mútuo matizado por processos de colonização e de descolonização, que criaram dinâmicas próprias de entendimento. Nestas cabe um papel estruturante à solidariedade então criada entre os movimentos de libertação, da qual advém uma necessidade de auxílio internacional, para a estruturação dos novos Estados, onde Portugal e mais tarde o Brasil, surgiram como parceiros privilegiados.

Publicada em 2012, a Estratégia para os Oceanos surge alicerçada em princípios de desenvolvimento sustentável, visando a harmonização das estratégias dos Estados Membros, permitindo à CPLP uma voz ativa nos fóruns internacionais (CPLP, 2012). Numa perspetiva geopolítica, a dinâmica que a CPLP confere a Portugal é única, permitindo-lhe potenciar uma visão atlantista, dentro das OI de que faz parte, privilegiando influências e uma abordagem multivetorial, de sentido Atlântico, muito particular (*vd.* Figura 18).



Porém, para N. de Sousa (*op. cit.*) e A. Campos (entrevista remota, 18 de janeiro de 2025), importa ter presente que a fronteira sul encerra um problema complexo e mal compreendido, que disputa tempo e atenção, podendo ser considerada como uma segunda *buffer zone*, além do Atlântico Norte.

4.2 Outros Atores

A dificuldade em eleger estratégias relevantes para o Objeto de Estudo surge, também, pela persistência de outras prioridades, centradas no eixo leste e no Médio Oriente. Com esta limitação, optou-se por privilegiar Atores onde a atualidade, semelhanças, mas também, diferentes perspetivas de Portugal, contribuíssem para o enriquecimento desta investigação.

4.2.1 Espanha

A estratégia para África (2025-2028) resulta da localização geográfica do país e das dinâmicas com o continente africano. Ao reforçar laços políticos, económicos e de segurança, esta estratégia visa consolidar a presença de Espanha, como Ator principal, na política da UE para a África (Governo de Espanha [GovEsp], 2024a, p. 10).

No âmbito da segurança marítima, o AS é apresentado como espaço de interesse prioritário devido ao fluxo comercial e à importância das rotas marítimas. Esta estratégia pretende combater ameaças como a pirataria, os tráficos ilícitos e a IUU, além de contribuir para a proteção de infraestruturas críticas. Em termos económicos, promove a cooperação comercial, o investimento em infraestruturas, a transição energética e a expansão do setor privado, em áreas como as energias renováveis, infraestruturas e economia azul. Focada na formação de jovens e na aposta em programas de mobilidade e imigração, esta estratégia visa fortalecer a parceria com organismos regionais africanos, priorizando iniciativas de paz, governança e desenvolvimento sustentável (GovEsp, 2024a) (GovEsp, 2024b). Visando potenciar a sua posição económica, Espanha advoga parcerias público-privadas e a utilização de instrumentos de diplomacia económica, cultural e científica que fomentem a criação de mercados para a exportação de serviços de elevado valor acrescentado (GovEsp, 2024a, pp. 39-42).

O desenvolvimento desta estratégia consubstanciou-se num trabalho coletivo e interministerial, em Espanha e em África, que contou com a participação da sociedade civil, de empresas, do mundo académico e de vários grupos de reflexão (GovEsp, 2024a, p. 7).

Esta estratégia pode resumir-se a três elementos dinâmicos e interdependentes, onde a existência de projetos e indicadores²¹ permite a medição da execução das LdA, em particular, do seu impacto. Adicionalmente, dinamiza o processo de aprendizagem e de adaptação estratégica, garantindo a necessária adaptação às dinâmicas contextuais e a sua coerência ao longo do tempo (vd. Figura 19) (GovEsp, 2024a) (GovEsp, 2019, pp. 58-66).

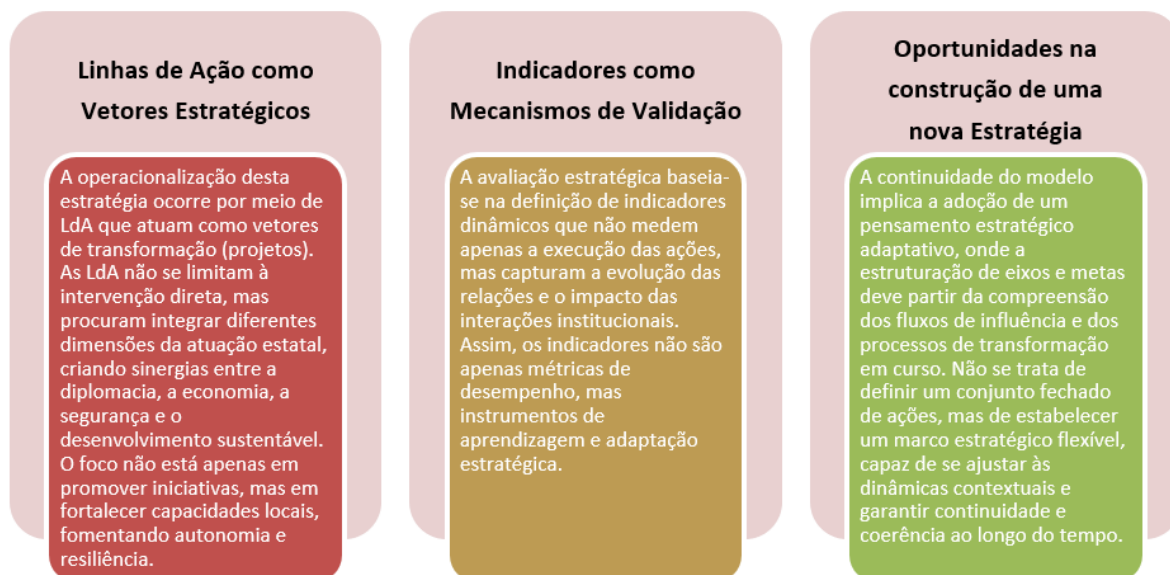


Figura 19 – Principais elementos da Estratégia de Espanha para África

Fonte: adaptado de GovEsp (2024a)

Para N. de Sousa (*op. cit.*), Espanha possui uma estratégia particularmente bem definida e articulada, nomeadamente, na CPV, potenciando os IPN, mediante os seus interesses.

4.2.2 Noruega

Esta estratégia visa fortalecer laços políticos e económicos com os países africanos, promovendo a cooperação em aspetos de segurança, desenvolvimento sustentável e investimento. Ao destacar a importância do multilateralismo, com organizações regionais, para reforçar a paz e a estabilidade na região, apresenta como principais objetivos o reforço da cooperação política e económica, através de parcerias, baseadas na igualdade e nos interesses mútuos (Norwegian Ministry of Foreign Affairs [NMFA], 2024, p. 15).

A Noruega apoia iniciativas para a segurança marítima, incluindo a proteção da navegação comercial no GdG, além de contribuir para operações de paz lideradas pela ONU. Ao nível económico, esta estratégia enfatiza a cooperação em energias renováveis que

²¹ A estratégia de Espanha para África (2025-2029) dá continuidade ao *III Plan Africa - Spain and Africa: challenges and opportunities* (GovEsp, 2019, pp. 58-66).



potenciem a transição energética e o conhecimento científico. Iniciativas como o Fundo Norueguês de Investimentos para Países em Desenvolvimento são centrais para fomentar negócios sustentáveis, reduzir fluxos financeiros ilícitos e fortalecer uma boa governança. No âmbito ambiental, esta estratégia dinamiza ações que visam a gestão sustentável dos oceanos (NMFA, 2024).

Para A. Campos (*op. cit.*) a Noruega evidencia-se como uma referência, a nível mundial, através do trabalho desenvolvido pelo *Norwegian Petroleum Directorate* nos levantamentos sísmicos de várias áreas marítimas do AS, situação que lhe permite uma posição diferenciada face a outros competidores.

4.2.3 Convergências

Resultado da análise consolidada, a ambas as estratégias, foi possível identificar Convergências, em tornos dos IPN DIME, apresentadas na Figura seguinte.

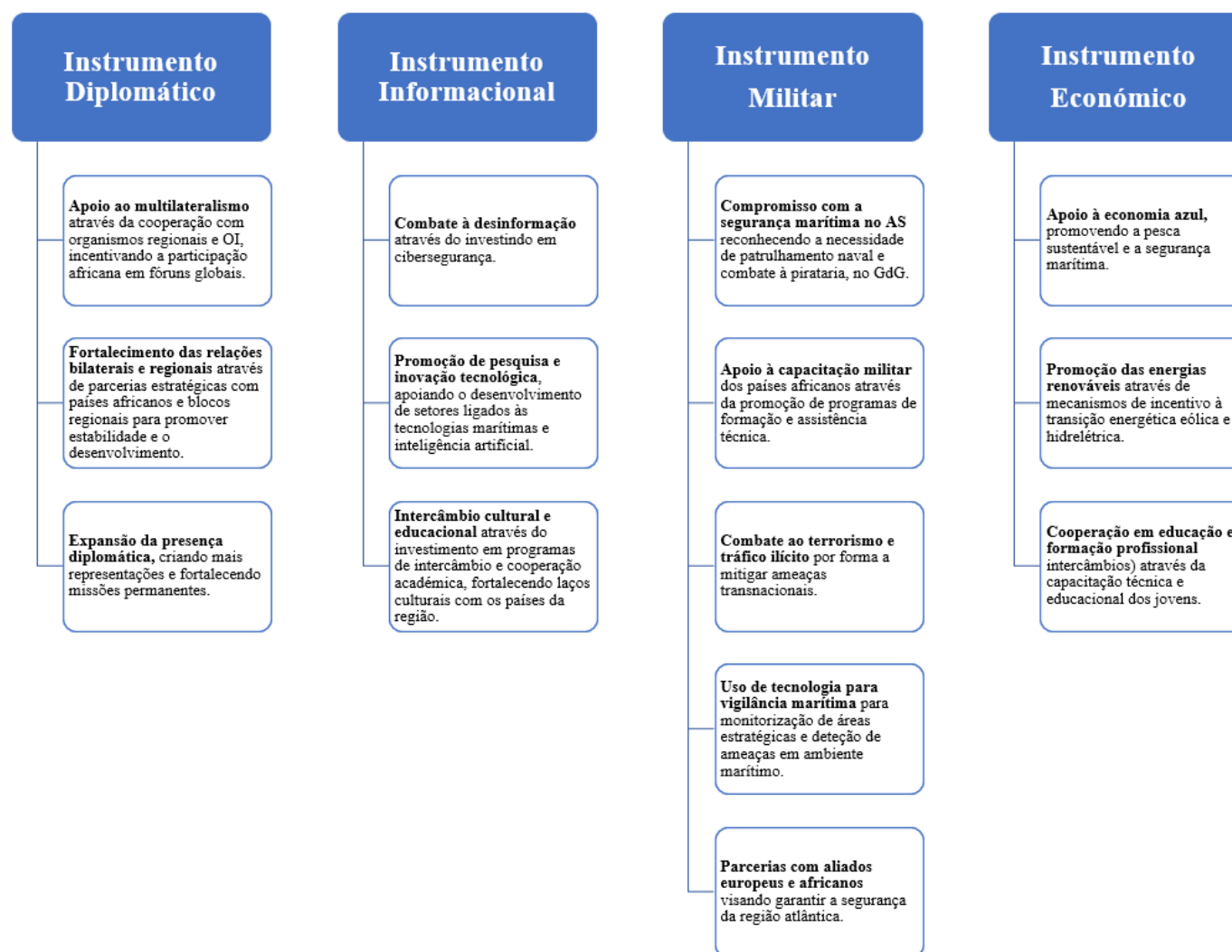


Figura 20 – Estratégias de Espanha e Noruega: Convergências
Fonte: adaptado de NMFA (2024); GovEsp (2024a) (2024b).



4.3 Estratégia Nacional para o Mar

A Estratégia Nacional para o Mar (ENM), publicada em 2020, está centrada em torno de dez Objetivos Estratégicos apresentados na figura seguinte.

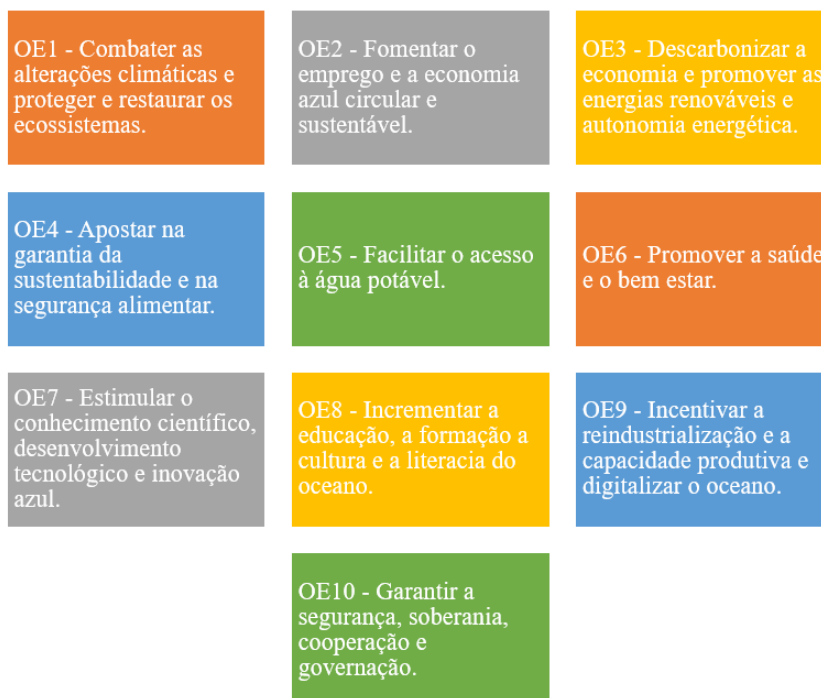


Figura 21 – Objetivos Estratégicos da ENM

Fonte: (RCM n.º 68, 2021).

Estes objetivos estratégicos são alvo de acompanhamento e monitorização contínua, sendo a economia azul e o relacionamento dos portugueses com o mar considerados desígnios nacionais. Decorrente da análise SWOT (*vd.* Figura 22) é de relevar como potencialidade, a língua portuguesa e a diáspora; como oportunidade, a disponibilidade de financiamento internacional; como vulnerabilidade, a insuficiência de meios para assegurar a proteção dos recursos; e, como ameaças, a IUU e a pirataria (RCM n.º 68, 2021, p. 23) elementos de análise potencialmente relevantes para uma estratégia nacional para o AS.



Figura 22 – Matriz SWOT da ENM
Fonte: (RCM n.º 68, 2021).

4.4 Novas dinâmicas: Conferência de Berlim

A Conferência de Berlim (2025) vem confirmar que vivemos num mundo diferente, onde a segurança europeia não pode ser discutida isoladamente das tendências globais. Se a



multipolaridade poderia conduzir a um mundo mais justo e mais pacífico, a perspectiva de regressão e de guerra generalizada parece caracterizar esta nova realidade (MSR, 2025, pp. 6-7).

Para Portugal, a multipolarização apresenta desafios, mas também pode revelar oportunidades, num quadro de fortalecimento das relações com países emergentes e de diversificação de parcerias estratégicas, nomeadamente, com a CPLP.

Contudo o Brasil vê o surgimento de uma ordem multipolar como mecanismo de reequilíbrio das estruturas de poder conferindo, aos países do Sul Global, uma posição diferenciada na agenda internacional (MSR, 2025, p. 109).

4.5 Resumo

Ao pretender garantir a dissuasão e a defesa contra todas as ameaças, a leste e a sul, a OTAN é forçada a gerir adequadamente os seus recursos. Adicionalmente, mesmo perante uma grande multiplicidade de conflitos e situações de instabilidade, a potenciarem desafios de segurança, subsiste resistência de alguns países à presença da Aliança no AS.

Visando promover a paz e a segurança internacionais e salvaguardar o fluxo de comércio – respeitando princípios de transparência, sustentabilidade e biodiversidade –, a atuação da UE pode estar enformada de alguma competição entre os seus EM.

Com uma dinâmica muito própria, a CPLP fomenta uma partilha de maritimidade e atlantismo que posiciona Portugal de forma particularmente diferenciada no AS. É com esta dinâmica que surge o CeAt, privilegiando uma abordagem global, que ganha força junto da comunidade atlântica na promoção da segurança e do desenvolvimento da região. Num contexto multipolar em que a dinâmica de interação com a CPLP pode ganhar particular relevo, a forma como Portugal interpreta o Atlântico, através da ENM, revela áreas onde Portugal pode projetar o seu conhecimento no AS.

Espanha e Noruega relevam semelhanças nas suas estratégias, procurando reforçar laços políticos, económicos de segurança e culturais, com os países africanos. Ao considerar a região estratégica, para a economia e segurança, Espanha procura potenciar a sua presença como Ator na política da UE. A estratégia norueguesa destaca a importância do multilateralismo e de parcerias com organizações regionais, visando fortalecer laços políticos e económicos, promovendo a cooperação nos aspetos de segurança e desenvolvimento sustentável.



Considera-se, assim, encontrada resposta à QD2: *Como atuam as OI (OTAN, UE, CPLP e CeAt) e outros Atores (Espanha e Noruega), no AS?* através da contextualização apresentada na Figura seguinte.

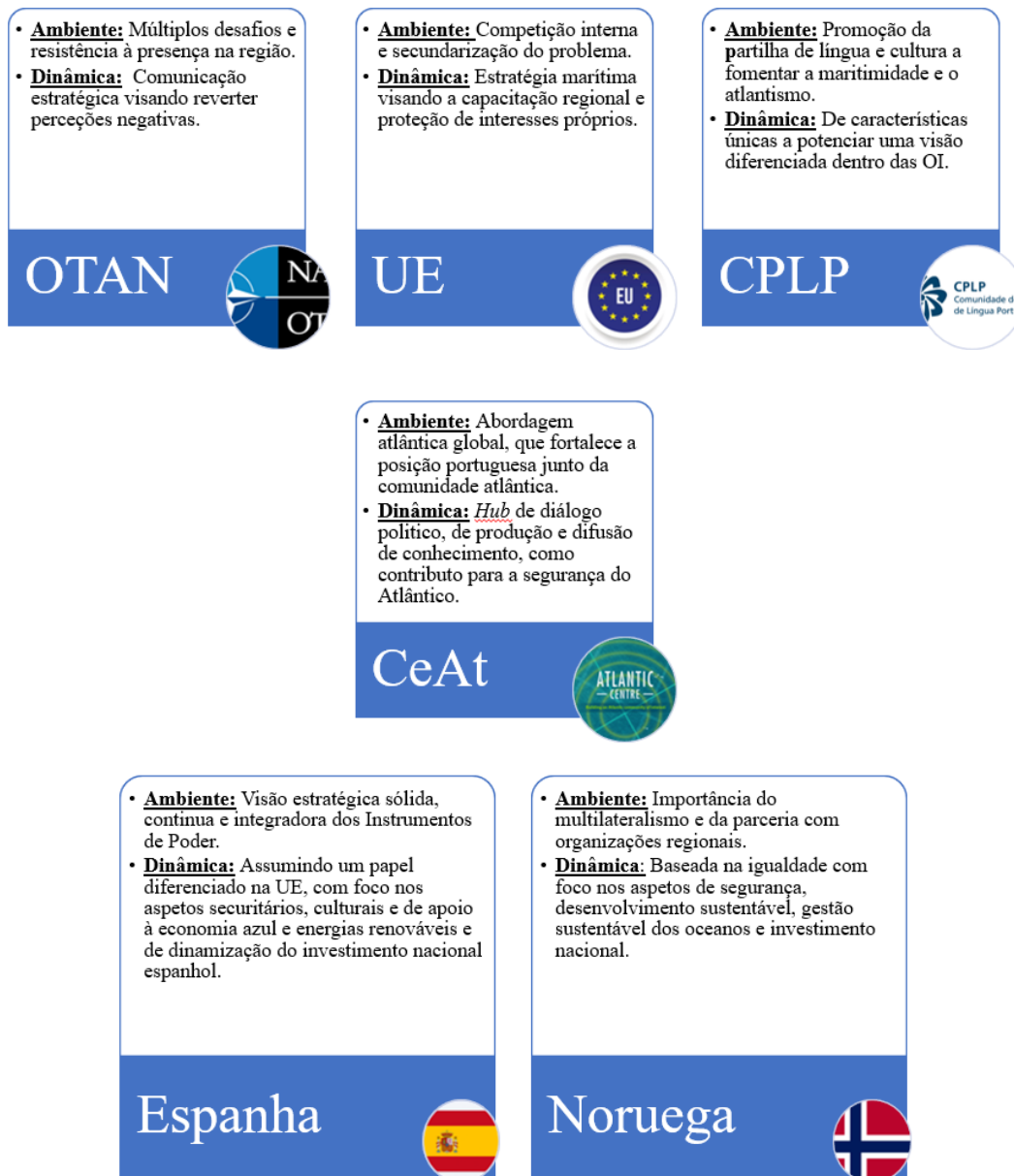


Figura 23 – Resumo das estratégias em análise



5. A Marinha Portuguesa no Atlântico Sul

Na procura de resposta à QD3 e suportado pelas entrevistas efetuadas, extraíram-se três IC (vd. Quadro 3) que contribuem para a caracterização das Ações da MP no AS.

Quadro 3 – IC da QD3

	Ideia Chave	Fundamento
IC9	A Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) é um dos principais mecanismos de presença da MP na região.	DA, DC, IC, ID, MA, MB, ME, AA, AB, AC, AD
IC10	Recursos limitados afetam a capacidade da MP em manter uma presença contínua, pelo que a modernização e o investimento, incluindo as novas tecnologias, são fundamentais para o aumento de capacidade.	DD, IC, ID, MB, MC, EA, AA, AB
IC11	A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) e a CPV, ainda que em contextos distintos, surgem como parceiros diferenciados que potenciam a posição nacional na região.	DA, DB, DD, DE, IA, MC, MD, EA, AB

Na procura de resposta à QD3, para G. Silva (entrevista presencial, 21 de fevereiro de 2025), a MP está no centro estratégico da PEP, pois não há política para o Atlântico sem a MP. A Figura seguinte ilustra a sequência seguida no quinto capítulo, em função da QD estabelecida.

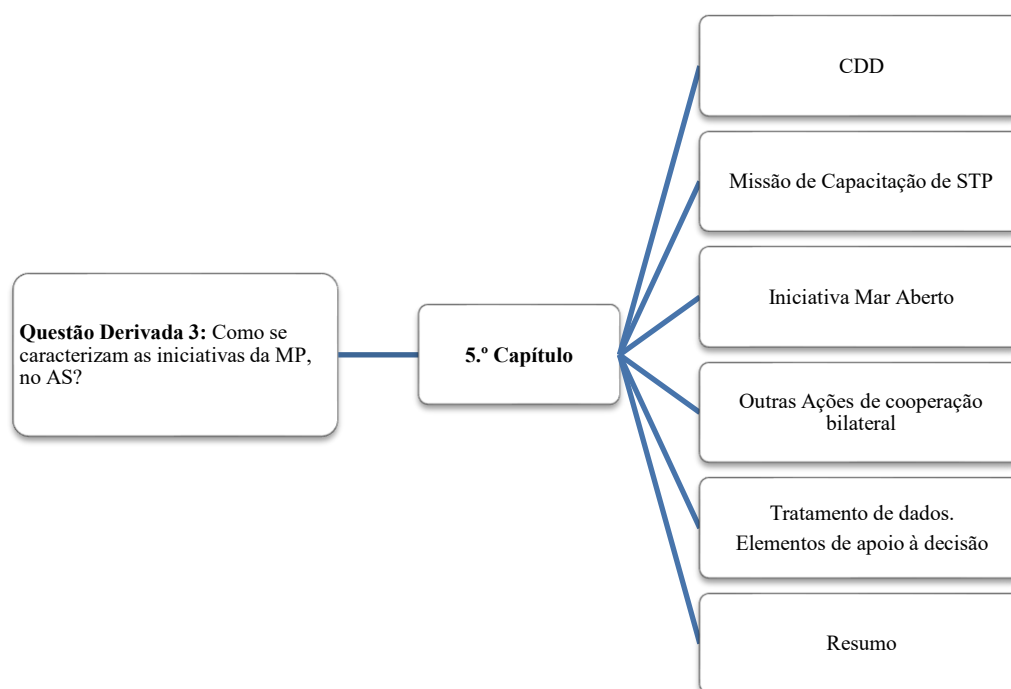


Figura 24 – Sequência do quinto capítulo

Para S. Pereira (entrevista remota, 30 de janeiro de 2025), só a existência de uma estratégia consolidada para o AS permite compreender qual o papel da MP. G. Alexandre (entrevista presencial, 15 de janeiro de 2025) reforça que não obstante a presença da MP ser



fundamental, permanece por esclarecer o seu envolvimento face à ausência de uma estratégia.

O Eixo 2 da Estratégia de Cooperação Portuguesa²² considera como prioritário o desenvolvimento de capacidades na área da defesa, em particular, via CDD (RCM n.º 121, 2022). As iniciativas da MP no AS, desenvolvem-se num quadro de complementaridade sob coordenação²³ da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), no âmbito da CDD e enquadradas nas Forças Nacionais Destacadas (FND) do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA). Não obstante, subsistem algumas iniciativas que se desenvolvem à margem desta contextualização, como o Programa de Mobilidade da Escola Naval (PM-EN) e as atividades de recolha de dados hidrográficos, no âmbito de acordos de cooperação bilateral do Instituto Hidrográfico (IH).

No AS e no período em análise, a MP participou e desenvolveu o que se passará a designar por “Ações”, abrangendo quatro países em particular: ANG, CPV, STP e República da Guiné-Bissau (GNB). A Figura seguinte apresenta as Ações desenvolvidas e o seu enquadramento genérico.

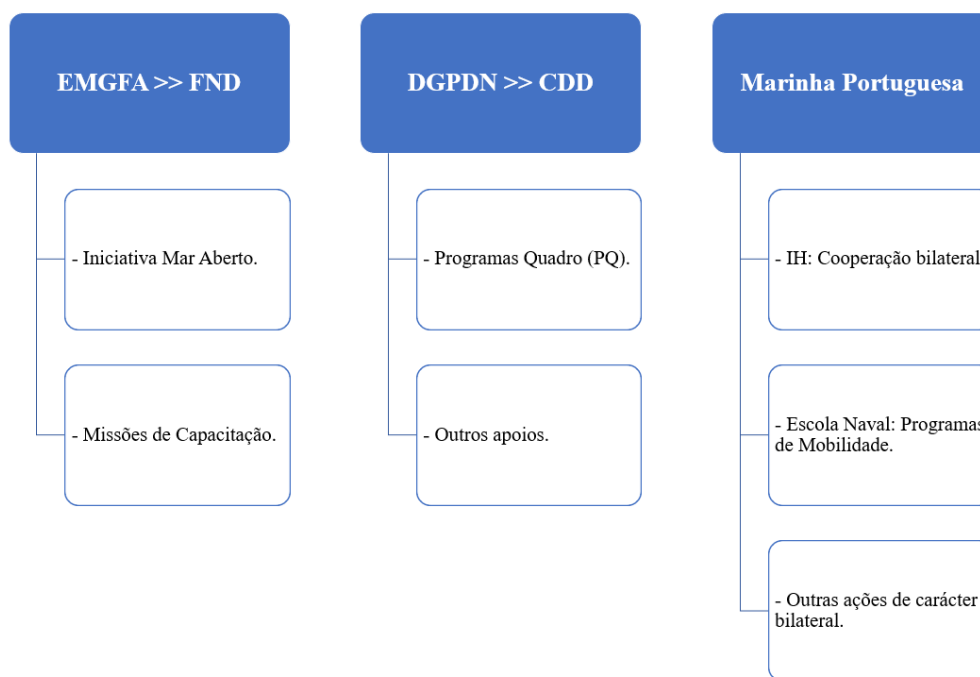


Figura 25 – Enquadramento das Ações da MP²⁴ no AS

²² Promoção de sociedades justas e inclusivas.

²³ Autoridade funcional.

²⁴ A Missão de Capacitação de STP está integrada no PQ de CDD (2021-2025) sendo também uma FND (EMGFA, 2024) (Portaria n.º 712/2, 2024).



Para N. de Sousa (*op. cit.*) o *deficit* de pessoal e recursos materiais podem vir a afetar as missões num contexto em que a prioridade, na atual conjuntura, consiste na atribuição de meios para a OTAN.

5.1 Cooperação no Domínio da Defesa

A Política de CDD visa contribuir para: a paz e segurança internacional; o fortalecimento das relações com países parceiros; e, o aumento da credibilidade nacional, junto da Comunidade Internacional (CI) (Defesa Nacional, 2024).

Esta cooperação contribui para a PEP, constituindo um veículo de capacitação de países terceiros, na produção de segurança. A CDD é suportada por acordos bilaterais (PQ), que estabelecem projetos²⁵ de natureza estratégica e operacional. No âmbito desta investigação, Portugal possui PQ com ANG, CPV, STP e GNB²⁶, sendo de relevar a formação de longa duração em território nacional, que subsiste como um pilar de grande importância estratégica (Defesa Nacional, 2024).

Para P. Seabra (*op. cit.*) a CDD revela singularidade estando condicionada pelas relações bilaterais, do período pós-colonial e pelos desafios associados à necessidade de criar mecanismos de cooperação nos setores de segurança e defesa. Esta iniciativa permite ter um papel relevante junto de parceiros incontornáveis, fundamentando as suas ações na cooperação e não na assistência, salvaguardando, assim, a soberania de cada País.

Para N. de Sousa (*op. cit.*), o facto da CDD se aplicar, de forma semelhante, a todo o espaço da CPLP, num contexto de interesses, necessidades e ambições distintas, condiciona a criação de projetos mais vocacionados para algumas áreas e um apoio mais consequente. Ainda assim, a CDD é o elemento mais próximo de uma abordagem estratégica ao AS.

O Quadro seguinte identifica as Ações desenvolvidas, através da CDD²⁷, numa perspetiva de continuidade.

²⁵ Abrangendo as áreas técnico-militar, segurança marítima, formação, ciberdefesa, hidrografia, cartografia, parcerias industriais e missões de paz (Defesa Nacional, 2024).

²⁶ PQ de carácter provisório.

²⁷ No âmbito desta investigação a Missão de Capacitação de STP, pelo facto de ser considerada uma FND, não será considerada como Ação de CDD, sendo abordada no parágrafo 5.2.



Quadro 4 – Ações, da MP, no âmbito da CDD, no AS (2019-2024)

País	Ações	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Coordenação e financiamento
ANG	Projeto 4 - Apoio à Marinha de Guerra Angolana	✓	✓	✓	✓	✓	✓	DGPDN - CDD
	Núcleo administrativo / Logístico	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
CPV	Projeto 2 - Reforço da segurança e autoridade do Estado no mar	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
GNB	Projeto 1 - Apoio à estrutura superior da defesa e ao Estado-Maior General das Forças Armadas	✓	✓	✓	✓			
	Projeto 3 - Apoio à Marinha de Guerra					✓	✓	
	Gestão da residência de Stª Luzia		✓	✓			✓	
STP	Projeto 2 - Apoio à Guarda Costeira e manutenção do sistema de assinalamento marítimo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Missão de Capacitação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo Estado-Maior da Armada (EMA) - Divisão de Relações Externas (DIVRE) (email, 19 de março de 2025)

(I6) (I7) (I11) Em termos globais identificam-se as seguintes tarefas e pessoal envolvido, resultado da participação da MP, na CDD, no AS (vd. Quadro 5).

Quadro 5 – Dados da CDD (2019-2024)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Treino (total de dias)	220	52	29	265	57	256
Pessoal envolvido	22	1	125	7	3	22
Formação (total de dias)	3036	35	2376	1715	2506	622
Pessoal envolvido	27	135	43	52	13	3
Comando e Estado-maior) (total de dias)	2125	1722	1825	1836	1782	2958
Pessoal envolvido	8	6	5	6	12	13
Atividades técnicas (total de dias)	1520	158	365	0	2544	2340
Pessoal envolvido	12	1	1	0	16	14
Total de dias de atividades	6901	1967	4595	3816	6889	6176
Total pessoal envolvido	69	143	174	65	44	52
Militares destacados residentes	29	17	46	23	37	41
Militares destacados não residentes	12	0	2	1	16	22

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo EMA - DIVRE (op. cit.)

O Gráfico seguinte representa o custo da CDD, sendo de relevar o apoio à Marinha de Guerra de Angola (MGA).

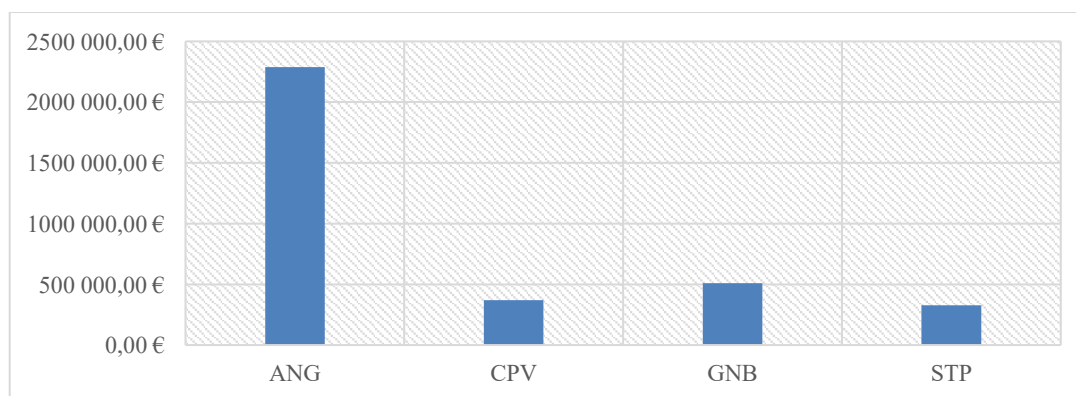


Gráfico 4 – Custo da CDD no AS (2019-2024)

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo EMA - DIVRE (op. cit.)



Em termos de despesa é possível identificar uma tendência crescente, entre 2019 e 2024, situação apenas afetada pela pandemia Covid-19 em 2020-2021 (vd. Gráfico 5).

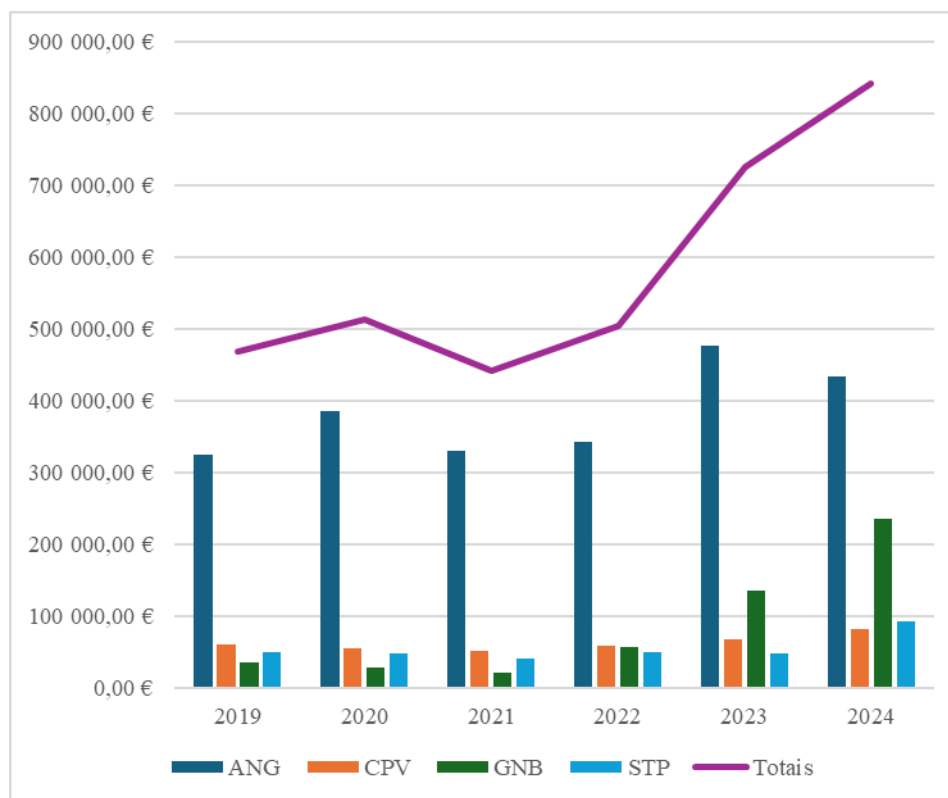


Gráfico 5 – Variação da despesa, no âmbito da CDD, no AS (2019-2024)

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo EMA - DIVRE (*op. cit.*)

As Ações desenvolvidas resultaram num custo estimado de cerca de 3,5 milhões de euros, podendo ser contabilizados mais de 30 000 dias de atividades envolvendo 547 militares. Em período análogo podem, igualmente, ser contabilizados cerca de 4,3 milhões de euros²⁸, em despesas com formação, em território nacional (EMA – DIVRE, *op. cit.*).

5.2 Missão Portuguesa de Capacitação

5.2.1 República Democrática de São Tomé e Príncipe

(I9) (I10) Com início em janeiro de 2018, a Missão Portuguesa de Capacitação²⁹ de STP visa contribuir para a fiscalização conjunta e para a capacitação operacional marítima da região. Esta iniciativa teve a participação, entre 2018 e 2023, do Navio da República Portuguesa (NRP) *Zaire*, ao abrigo de um acordo bilateral entre ambos os países. O NRP *Zaire* foi operado por uma guarnição mista, de militares portugueses e elementos da Guarda Costeira são-tomense. As missões desenvolvidas tiveram especial enfoque na busca e

²⁸ Valor correspondente apenas ao período 2019-2023.

²⁹ Uma Missão Portuguesa de Capacitação desenvolve-se sob autoridade hierárquica do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e funcional da DGPDN.



salvamento marítimo e na vigilância e fiscalização da pesca. Esta iniciativa, considerada bastante inovadora, foi classificada como um modelo de sucesso pela CI (Bragança, 2020, pp. 31-33). Em abril de 2023, o NRP *Zaire* foi substituído pelo NRP *Centauro* estando atualmente destacados em STP, 54 militares que constituem uma FND³⁰ (Portaria n.º 712/2, 2024).

Missão inserida no PQ da CDD, com STP (2021-2025), apresenta resultados muito positivos, refletindo uma redução dos incidentes de segurança marítima reportados na região. Esta Ação constitui-se como um vetor decisivo para a capacitação da Guarda Costeira de STP e garante uma presença militar portuguesa no apoio à segurança marítima no GdG e junto dos Países da CPLP (DGPDN, 2024, p. 29).

(18) Em termos de despesa regista-se o seguinte (vd. Gráfico 6).

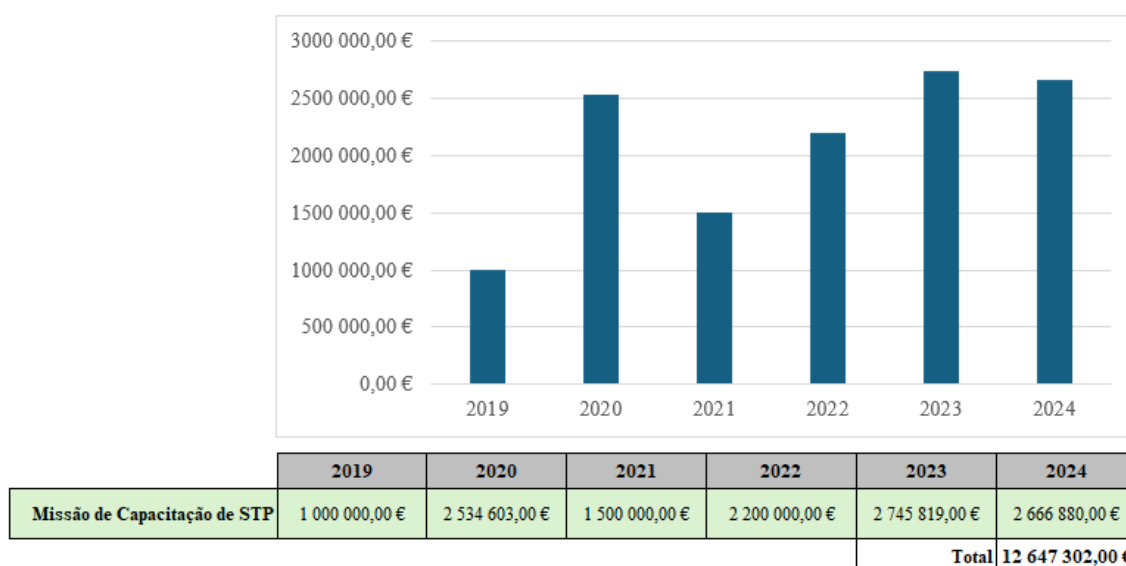


Gráfico 6 – Despesa anual (2019-2024)³¹ da Missão de Capacitação de STP

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo EMA - DIVRE (*op. cit.*)

5.2.2 República da Guiné-Bissau

No âmbito da CDD, Portugal e a GNB têm desenvolvido várias atividades, nomeadamente ações de capacitação, de ensino e de formação com resultados positivos para ambos os países. No quadro desta investigação é de relevar a sustentação de uma lancha de assalto rápida e a implementação do projeto Costa Segura (Portaria n.º 359, 2024).

³⁰ Atualmente esta FND é composta pelo NRP *Centauro*, pela Embarcação de Alta Velocidade *Príncipe* e por uma equipa de apoio em terra (Portaria n.º 712/2, 2024).

³¹ Os valores referentes a 2022 foram obtidos por extrapolação.



5.3 Iniciativa Mar Aberto

Desde 2008 que a MP desenvolve a iniciativa Mar Aberto com o objetivo de contribuir para o esforço de capacitação dos países do GdG, no âmbito da segurança marítima e do combate a atividades ilícitas. A importância desta iniciativa é salientada, no quadro da CPLP, porquanto é necessário um reforço da capacidade de “atuar como um grupo” (Governo de Portugal, 2019).

(I8) (I9) (I10) No período a que se reporta esta investigação, a iniciativa Mar Aberto teve a seguinte contextualização e custo (vd. Quadro 6), envolvendo de forma direta, aproximadamente, 730 militares.

Quadro 6 – Contextualização e custo da iniciativa Mar Aberto (2019-2024)

Ano	Unidade	Financiamento	Período	Total de dias missão	Total de dias de missão por ano	Custo
2019	NRP Álvares Cabral	FND	22jan-06abr	74	144	1 529 549,00 €
	NRP Sines		07out-15dez	70		909 884,00 €
2020	NRP Alm. Gago Coutinho		31dez-13fev	45	45	515 120,32€
2021	NRP Setúbal		01mar-30mai	90	180	1 016 267,44 €
	NRP D. Carlos I		18out-15jan	90		1 473 571,01 €
2022	NRP Viana do Castelo		11abr-09jun	60	104	1 028 574,00 €
	NRP D. Carlos I		17nov-30dez	44		746 519,00 €
2023	NRP Setúbal		15abr-19ago	127	247	3 429 592,88 €
	NRP Arpão		04abr-01ago	120		
2024	NRP Viana do Castelo		21ago-11dez	112	112	2 654 350,02 €
				Total	832	12 788 307,35 €

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo Comando Naval (CN) (email, 14 de abril de 2025)

A iniciativa Mar Aberto caracteriza-se como um instrumento prioritário da PEP e da Defesa Nacional, nomeadamente, nas relações com a ANG, a CPV e a STP. Esta ação contribui para o aumento da segurança marítima da região e potencia, simultaneamente, a participação nas PMC (República Portuguesa, 2021). Em 2024 reafirmando o Atlântico, em particular o GdG, como EEIN, esta iniciativa teve, entre outras, as seguintes tarefas (vd. Figura 26).

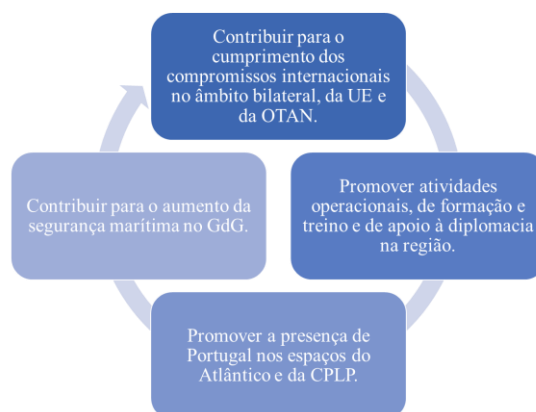


Figura 26 – Tarefas da iniciativa Mar Aberto
Fonte: adaptado de DGPDN (2024)



Caracterizada por utilizar uma variada tipologia de meios navais, para N. de Sousa (*op. cit.*), a utilização de navios do tipo fragata permite aumentar a capacidade e a visibilidade de Portugal e da MP, provocando impacto diferenciado.

(19) O gráfico seguinte ilustra o número de dias de missão efetuados, entre 2019 e 2024, sendo de relevar um esforço significativo em 2023, que incluiu a participação do NRP *Arpão*. Exceção feita ao ano de 2020, por força da pandemia Covid-19, a presença da MP no AS foi sempre superior a 100 dias de missão³².

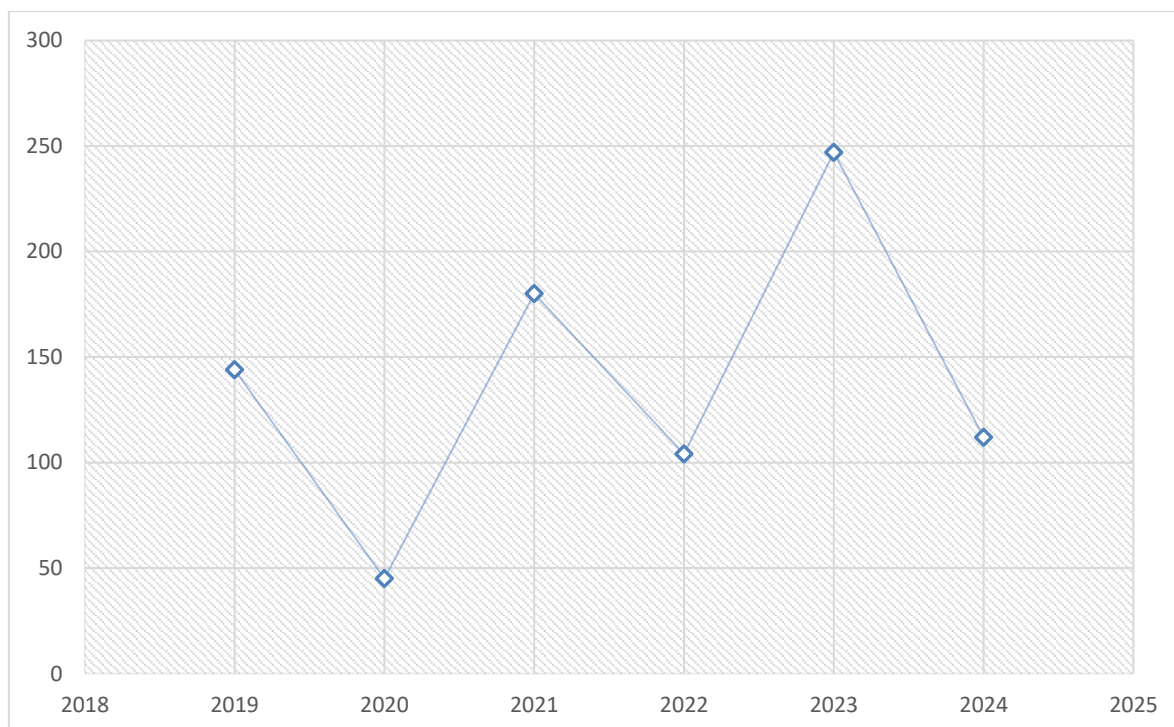


Gráfico 7 – Iniciativa Mar Aberto: dias de missão (2019-2024)

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo CN (*op. cit.*)

5.4 Outras Ações de cooperação bilateral

Adicionalmente subsistem, ainda, algumas iniciativas que se desenvolvem numa perspetiva bilateral, sendo de relevar o PM-EN e a cooperação bilateral do IH. No setor do Material, a MP desenvolve iniciativas, de carácter operacional e estratégico, que se materializam no contributo para o desenvolvimento e edificação de capacidades. A caracterização destas Ações é apresentada no [Apêndice F](#).

5.5 Tratamento de dados. Elementos de apoio à decisão

No âmbito do desenvolvimento das suas Ações, em particular na CDD, a MP desenvolve Fichas de Projeto onde identifica e caracteriza: objetivos gerais, objetivos

³² Apenas é contabilizada a iniciativa Mar Aberto estando, nestes cálculos, excluída a Missão de Capacitação da STP.



específicos, matriz de atividades e indicadores. Nesta abordagem, cada um dos objetivos específicos possui um estado final desejado que identifica as metas a atingir (EMA - DIVRE, *op. cit.*). Contudo, da análise efetuada, os indicadores e metas estabelecidas estão somente focados na execução dos objetivos estabelecidos, não considerando o impacto no problema identificado. A título de exemplo, possível de extrapolar, atente-se na abordagem ao Projeto 4 (*vd.* Figura 27), com a MGA, onde foram estabelecidos os seguintes indicadores:

- taxa de execução dos pareceres e esclarecimentos de âmbito naval;
- taxa de execução dos estudos, pareceres e propostas; e,
- número de visitas de intercâmbio de delegações da MGA, a Portugal (EMA - DIVRE,

op. cit.).

PROJETO 4		MARINHA DE GUERRA ANGOLANA
OBJETIVO GERAL		APOIAR A MARINHA DE GUERRA ANGOLANA E A SEGURANÇA MARÍTIMA
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)		
OE 1	Apoiar tecnicamente o Comando e o Estado-Maior da Marinha de Guerra.	
MATRIZ DE ATIVIDADES, INDICADORES E METAS DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS		Apêndice 1
ESTADO FINAL		
OE 1	Que estejam concluídos, os estudos, normas e regulamentos solicitados e acordados, necessários à melhoria da estrutura e funcionamento da Marinha de Guerra Angolana, bem como da gestão e formação dos seus Quadros.	

Figura 27 – Descrição geral do Projeto 4 com a MGA

Fonte: adaptado de dados fornecidos pelo EMA - DIVRE (*op. cit.*)

5.6 Resumo

A atuação da MP no AS decorre sob coordenação do EMGFA, no contexto das FND, sendo complementada por iniciativas bilaterais, como o PM-EN e a recolha de dados hidrográficos do IH. No quadro de ação da DGPDN, a CDD fortalece as relações internacionais e capacita países parceiros, por meio de PQ.

A iniciativa Mar Aberto contribui para as PMC e reforça a capacitação dos países lusófonos na segurança marítima, consistindo num instrumento importante no reforço da PEP. Portugal também desenvolve ações de fiscalização conjunta e capacitação operacional, nomeadamente, em STP, através de uma FND, de carácter permanente.

(I6) (I7) No período em apreço e não obstante a dificuldade que subsiste em correlacionar os vários elementos disponíveis, foi possível apurar valores globais do esforço efetuado, no âmbito das Ações desenvolvidas (*vd.* Quadro 7).

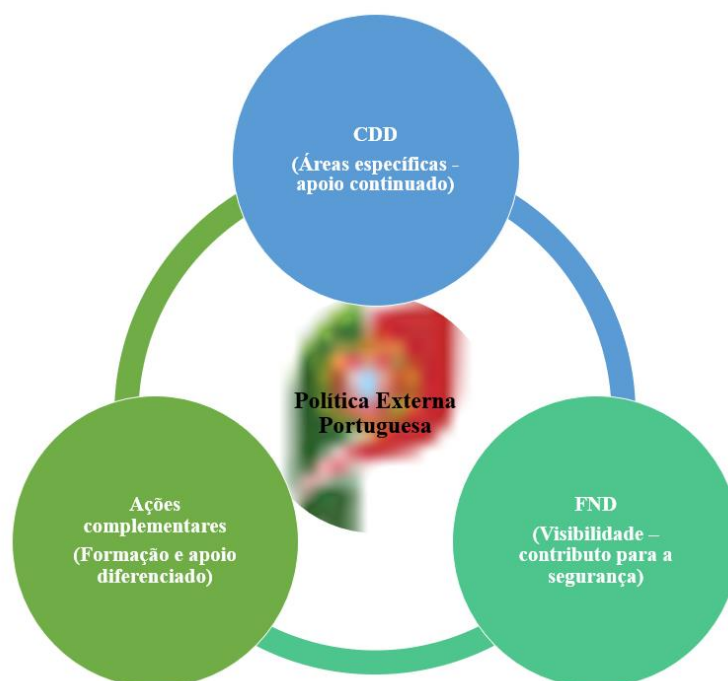
Quadro 7 – Esforço global da MP, no AS, no período 2019-2024

	Custo (milhões de euros)	Dias de empenhamento	Pessoal envolvido
Iniciativa Mar Aberto	12,7	832	730
Missão de Capacitação de STP	12,6	2190	40
CDD	3,5	30000	547
Formação	4,3	-	-
Ações IH	0,5	860	70
Totais	33,6	33882	1387

Num esforço crescente, no âmbito das várias Ações executadas, importa ter presente que esta dinâmica pode vir a ser alterada em função da escassez de pessoal, limitações de material e de outras prioridades que possam vir a ser estabelecidas.

Das várias Ações analisadas, não obstante a existência de métricas associadas aos objetivos estabelecidos, não foi possível percecionar o impacto das medidas por ausência de indicadores específicos. Não obstante, subsiste a perceção de utilidade e de contributo para o aumento da segurança na região.

Considera-se, assim, encontrada resposta à QD 3: *Como se caracterizam as iniciativas da MP, no AS?* sendo de relevar a transversalidade das Ações da MP, com foco direto ou indireto em questões de segurança marítima, numa perspetiva de curto, médio e longo prazo, considerando a salvaguarda da soberania de cada País. Num quadro de continuidade e complementaridade, as Ações da MP, no AS, desenvolvem-se da seguinte forma (vd. Figura 28).


Figura 28 – Caracterização das Ações, da MP, no AS



6. Contributos para a estratégia de Portugal no Atlântico Sul

O sucesso dos contributos (LdA) formulados, para a estratégia de Portugal no AS, está intimamente dependente da existência de indicadores e métricas consequentes, pensados em função do impacto no problema que esteve na origem da Ação.

6.1 Linhas de Ação

A realização das entrevistas permitiu, através de uma análise SWOT (*vd.* Quadro 8), a obtenção de 60 LdA (*vd.* Quadros 9 a 18) setoriais, em função do respetivo IPN DIME-A.

Quadro 8 – Metodologia da análise SWOT

IPN	Oportunidades (O)	Ameaças (A)
Potencialidades (P)	LdA que usam as Potencialidades para tirar vantagem das Oportunidades	LdA que usam as Potencialidades para evitar as Ameaças
Vulnerabilidades (V)	LdA que tiram vantagem das Oportunidades para ultrapassar as Vulnerabilidades	LdA que minimizam as Vulnerabilidades e evitam as Ameaças

Fonte: adaptado de *Project Management Institute* (2013)



Quadro 9 – Instrumento Diplomático: Matriz SWOT

Ambiente Interno			Ambiente Externo		
Pontencialidades		Referências	Oportunidades		Referências
P1	Relações históricas e culturais consolidadas, com países do AS especialmente CPLP, proporcionando vantagens diplomáticas e económicas.	DA, DB, DC, DD	O1	Expansão da economia azul e área da defesa visando fortalecer a presença de Portugal na região.	DA, DC, DD
P2	Participação ativa de Portugal na OTAN, UE, CPLP, e CeAt, influenciando as dinâmicas regionais.	DA, DB, DC, DD, DE	O2	Crescente interesse internacional na segurança e estabilidade do AS, possibilitando parcerias com novos aliados e aliados estratégicos.	DA, DB, DC, DD
P3	Presença naval estratégica, através de iniciativas como Mar Aberto e projetos CDD, contribuindo para a segurança e estabilidade regional.	DA, DB, DC, DD	O3	Possibilidade de fortalecer o "soft power" português através da valorização da língua portuguesa e do apoio à capacitação de países da região.	DA, DB, DC, DD
Vulnerabilidades		Referências	Ameaças		Referências
V1	Recursos financeiros e materiais limitados, condicionam uma maior presença e recomendam maior investimento.	DA, DC, DD, DE	A1	Crescente presença de outras potências, como a CHI e a RUS, na região, que podem dificultar a projeção de influência portuguesa.	DD
V2	Ausência de uma estratégia consolidada, para o AS, o que reduz a capacidade de atuação coordenada e eficaz da MP.	DB, DD	A2	Instabilidade política e desafios de segurança que ameaçam a estabilidade da região.	DA, DE
V3	Dependência de organizações multilaterais e da bilateralidade para a partilha de conhecimento e desenvolvimento de projetos o que pode limitar a autonomia e a rapidez na implementação das iniciativas.	DA	A3	Fragmentação regional e competitividade; ausência de uma estrutura que promova a cooperação e a integração dos países do AS.	DA, DD, DE



Quadro 10 – Instrumento Diplomático: Linhas de Ação

Linhas de Ação - Instrumento Diplomático	
Correlação entre Potencialidades e Oportunidades	
Aproveitar as relações históricas e culturais com a região para impulsionar projetos conjuntos na economia azul e no setor da defesa, fortalecendo a presença portuguesa.	Instrumento Diplomático LdA 1
Utilizar a participação ativa de Portugal em OI, para promover iniciativas de segurança e estabilidade no AS, estabelecendo novas parcerias estratégicas.	Instrumento Diplomático LdA 2
Expandir a presença naval estratégica, através da iniciativa Mar Aberto e dos projetos CDD, para apoiar países da região na capacitação e segurança marítima, consolidando a influência portuguesa.	Instrumento Diplomático LdA 3
Correlação entre Potencialidades e Ameaças	
Usar os laços históricos e culturais para reforçar alianças estratégicas e mitigar a crescente presença de potências concorrentes, como CHI e a RUS.	Instrumento Diplomático LdA 4
Aproveitar a participação de Portugal em OI para fortalecer a capacidade de resposta a ameaças.	Instrumento Diplomático LdA 5
Reforçar a presença naval estratégica contribuindo para a segurança marítima enquanto fator de estabilização regional.	Instrumento Diplomático LdA 6
Correlação entre Vulnerabilidades e Oportunidades	
Incrementar o investimento na economia azul e na área da defesa.	Instrumento Diplomático LdA 7
Na ausência de uma estratégia consolidada para o AS e perante a falta de recursos financeiros, recorrer a parcerias estratégicas que permitam reforçar a presença de Portugal na região.	Instrumento Diplomático LdA 8
Usar a valorização da língua portuguesa e o modelo atual de capacitação de países da região como mecanismo para fortalecer a influência portuguesa e compensar a falta de uma estratégia integrada para o AS.	Instrumento Diplomático LdA 9
Correlação entre Vulnerabilidades e Ameaças	
Mitigar a falta de recursos financeiros através de parcerias estratégicas que permitam reforçar a presença de Portugal, na região, evitando e o avanço de outras potências na região.	Instrumento Diplomático LdA 10
Desenvolver uma estratégia integrada para o AS, permitindo uma atuação coordenada e eficaz, para enfrentar desafios e ameaças.	Instrumento Diplomático LdA 11
Criar mecanismos que reduzam a dependência de Portugal de entidades externas, garantindo maior autonomia e capacidade de resposta a desafios e ameaças.	Instrumento Diplomático LdA 12



Quadro 11 – Instrumento Informacional: Matriz SWOT

Ambiente Interno			Ambiente Externo		
Pontencialidades		Referências	Oportunidades		Referências
P1	Relações estratégicas sólidas com países lusófonos do AS, fortalecendo a cooperação bilateral e multilateral.	IA, IC	O1	Aumento do papel de Portugal na economia azul e na inovação tecnológica, fortalecendo parcerias científicas e industriais.	IA, IC
P2	Participação ativa em OI que contribuem para a segurança e governança dos oceanos.	IA, IC, ID	O2	Crescente interesse de organizações internacionais na segurança marítima do AS.	IC
P3	Capacidade de promover o Instrumento Informacional através da cooperação científica e tecnológica.	IA	O3	Possibilidade de reforçar a posição de Portugal como um Ator relevante na governança dos oceanos e na proteção de infraestruturas estratégicas.	IC, ID
Vulnerabilidades		Referências	Ameaças		Referências
V1	Ausência de uma estratégia nacional consolidada, para o AS, resultando em ações dispersas e menos eficazes.	IC, ID	A1	Expansão da influência de potências externas (CHI e RUS), reduzindo o espaço de atuação estratégica de Portugal, na região.	IA, IC
V2	Recursos limitados para manter uma presença contínua e significativa na região, dificultando uma atuação estruturada.	IA, IC, ID	A2	Instabilidade e insegurança, em alguns países da região, condicionam a implementação de iniciativas e parcerias.	IC
V3	Dificuldade na operacionalização de mecanismos multilaterais, para alcançar objetivos estratégicos na região.	IA	A3	Risco de desinformação pode afetar a perceção e a influência de Portugal no AS.	ID



Quadro 12 – Instrumento Informacional: Linhas de Ação

Linhas de Ação - Instrumento Informacional	
Correlação entre Potencialidades e Oportunidades	
Aproveitar as relações estratégicas com países lusófonos para expandir a cooperação na economia azul e inovação tecnológica, promovendo investimentos conjuntos e transferência de conhecimento.	Instrumento Informacional LdA 1
Usar a participação em OI para impulsionar o envolvimento de Portugal na segurança marítima do AS, consolidando parcerias estratégicas.	Instrumento Informacional LdA 2
Fortalecer o Instrumento Informacional através do desenvolvimento de projetos de cooperação científica e tecnológica, reforçando a posição de Portugal na governança dos oceanos.	Instrumento Informacional LdA 3
Correlação entre Potencialidades e Ameaças	
Reforçar as relações bilaterais e multilaterais para mitigar a influência de potências externas, garantindo que os interesses estratégicos de Portugal são preservados.	Instrumento Informacional LdA 4
Utilizar a participação em OI para fortalecer a estabilidade e segurança regional, reduzindo o impacto da instabilidade política nos países do AS.	Instrumento Informacional LdA 5
Desenvolver estratégias de comunicação e diplomacia pública que combatam a desinformação e reforcem a narrativa de Portugal como um parceiro confiável e influente na região.	Instrumento Informacional LdA 6
Correlação entre Vulnerabilidades e Oportunidades	
Desenvolver e consolidar uma estratégia nacional, para o AS, alinhada com as oportunidades da economia azul e da inovação tecnológica.	Instrumento Informacional LdA 7
Aproveitar o crescente interesse internacional na segurança marítima potenciando a obtenção de financiamentos, permitindo superar as limitações de recursos.	Instrumento Informacional LdA 8
Dinamizar os mecanismos bilaterais e multilaterais explorando a posição de Portugal na governança dos oceanos.	Instrumento Informacional LdA 9
Correlação entre Vulnerabilidades e Ameaças	
Desenvolver e consolidar uma estratégia nacional para o AS e reforçar a presença de Portugal na região.	Instrumento Informacional LdA
Implementar uma abordagem flexível e adaptável para lidar com instabilidade e insegurança, garantindo que os interesses portugueses são protegidos mesmo em cenários adversos.	Instrumento Informacional LdA
Fortalecer a capacidade de resposta nacional contra a desinformação, garantindo uma presença informacional ativa que proteja a imagem e a influência de Portugal no AS.	Instrumento Informacional LdA



Quadro 13 – Instrumento Militar: Matriz SWOT

Ambiente Interno			Ambiente Externo		
Pontencialidades		Referências	Oportunidades		Referências
P1	Relações históricas e culturais – Portugal possui laços históricos e culturais com os PALOP, no AS, o que facilita a cooperação multivetorial.	MA, MD, ME	O1	Cooperação estratégica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Continuação da colaboração bilateral e multilateral, especialmente nas áreas de segurança marítima, logística, técnica, formação militar e economia azul.	MA, MB, MC, MD, ME
P2	Presença operacional da MP – A MP tem uma atuação consolidada no AS, como a Iniciativa Mar Aberto e a cooperação bilateral com STP (Missão de Capacitação).	MA, MB, MC, MF	O2	Investimento em tecnologia e infraestruturas – Possibilidade de fortalecer a vigilância marítima bem como promover a formação técnica dos países parceiros.	MC, MD
P3	Importância estratégica para a economia e a segurança – O AS é fundamental para o abastecimento energético de Portugal e para a proteção de rotas comerciais essenciais para o país e para a UE.	MA, MD, ME, MF	O3	Apoio de OI – A UE e outras OI podem fornecer financiamento e suporte para programas de segurança e desenvolvimento no AS, que Portugal pode influenciar.	ME
Vulnerabilidades		Referências	Ameaças		Referências
V1	Falta de uma estratégia nacional consolidada para o AS – Ausência de um plano estruturado que alinhe os interesses nacionais, limitando a eficácia das iniciativas.	MA, MB,	A1	Concorrência de potências externas – A crescente influência da CHI e da RUS, na região, pode reduzir o espaço de manobra de Portugal e comprometer interesses estratégicos.	ME
V2	Restrições de recursos – A MP enfrenta dificuldades logísticas, de pessoal e de financiamento, o que impacta a capacidade de manter uma presença constante na região.	MA, MB, MC, ME	A2	Instabilidade política e ameaças securitárias – Pirataria, tráfico de drogas e a instabilidade política nos países costeiros representam desafios significativos para a segurança marítima.	MB, MF
V3	Dependência de atores externos – Falta de coordenação entre os diferentes IPN e dependência de apoio externo para a execução de projetos na região.	MA, MB	A3	Falta de coordenação internacional – Divergências entre os interesses dos países da UE condicionam a formulação de uma política comum e eficaz para a região.	MB



Quadro 14 – Instrumento Militar: Linhas de Ação

Linhas de Ação - Instrumento Militar	
Correlação entre Potencialidades e Oportunidades	
Potenciar as relações históricas e culturais com os PALOP para fortalecer a cooperação em segurança marítima, economia azul e formação militar, consolidando a posição de Portugal como parceiro estratégico.	Instrumento Militar LdA 1
Utilizar a presença operacional da MP para reforçar iniciativas de fiscalização e capacitação conjunta, melhorando a segurança regional e promovendo parcerias duradouras.	Instrumento Militar LdA 2
Explorar a importância estratégica do AS para atrair investimentos europeus e multilaterais.	Instrumento Militar LdA 3
Correlação entre Potencialidades e Ameaças	
Fazer uso dos laços históricos e culturais para diminuir a influência de potências externas, promovendo um modelo de cooperação baseado na confiança e no desenvolvimento sustentável.	Instrumento Militar LdA 4
Fortalecer a presença operacional da MP na região, garantindo a continuidade das missões e parcerias bilaterais, mesmo em cenários de instabilidade política e ameaças securitárias.	Instrumento Militar LdA 5
Reforçar a participação de Portugal em iniciativas da UE e da CPLP, promovendo maior alinhamento entre os interesses europeus e lusófonos para superar a falta de coordenação internacional.	Instrumento Militar LdA 6
Correlação entre Vulnerabilidades e Oportunidades	
Desenvolver uma estratégia nacional para o AS, alinhando os interesses de Portugal com as oportunidades de cooperação com os PALOP e OI.	Instrumento Militar LdA 7
Prioritizar o apoio e o investimento em função das necessidades dos países da região, garantindo uma maior eficiência e eficácia das ações.	Instrumento Militar LdA 8
Utilizar o apoio da UE e de outras OI para reduzir a dependência de atores externos (CHI e RUS), promovendo um modelo de financiamento sustentável, alinhado com as necessidades regionais, para projetos estratégicos do AS.	Instrumento Militar LdA 9
Correlação entre Vulnerabilidades e Ameaças	
Na ausência de uma estratégia consolidada, criar parcerias estratégicas que permitam minimizar as restrições de recursos da MP e reforçar a sua presença contínua no AS, mesmo perante a concorrência de outras potências.	Instrumento Militar LdA 10
Implementar uma abordagem flexível e criteriosa para lidar com a instabilidade política e ameaças securitárias, garantindo um contributo efetivo para a segurança marítima da região.	Instrumento Militar LdA 11
Estabelecer mecanismos eficazes de coordenação entre os interesses nacionais, da UE e da CPLP, diminuindo o impacto da falta de alinhamento político no AS.	Instrumento Militar LdA 12



Quadro 15 – Instrumento Económico: Matriz SWOT

Ambiente Interno			Ambiente Externo		
Pontencialidades		Referências	Oportunidades		Referências
P1	Presença consolidada de algumas empresas portuguesas no AS, garantindo continuidade e influência no setor da defesa, logístico e energético.	EA, EB, EC	O1	Crescente interesse da UE e de OI na estabilidade económica do AS, possibilitando acesso a investimentos e parcerias estratégicas.	EA
P2	Potencial estratégico do AS para Portugal, no comércio, exploração de recursos naturais e energéticos.	EA	O2	Exploração de novas cadeias de valor na economia azul, como as energias renováveis oceânicas, a biotecnologia marinha e a exploração sustentável de recursos pesqueiros.	EA
P3	Níveis crescentes de cooperação económica e diplomática, com países da CPLP, facilitando a implementação de projetos estruturantes na região.	EA, EC	O3	Expansão da cooperação empresarial e tecnológica com países do AS, aproveitando sinergias nos setores da diplomacia, defesa e economia.	EA, EB, EC
Vulnerabilidades		Referências	Ameaças		Referências
V1	Falta de um planeamento estratégico consolidado e contínuo por parte do Estado português para maximizar as oportunidades económicas no AS.	EA	A1	Aumento da criminalidade marítima e da instabilidade política na região.	EB
V2	Infraestruturas portuárias e logísticas deficientes, em alguns países da região, dificultando o comércio e o transporte marítimo eficiente.	EA	A2	Falta de financiamento e apoio governamental consistente.	EA, EC
V3	Dependência de financiamento externo para a implementação de projetos estratégicos.	EA, EC	A3	Risco de exploração descontrolada dos recursos naturais, podendo resultar em impactos ambientais e restrições comerciais no futuro.	EA



Quadro 16 – Instrumento Económico: Linhas de Ação

Linhas de Ação - Instrumento Económico	
Correlação entre Potencialidades e Oportunidades	
Utilizar o potencial estratégico do AS para desenvolver projetos conjuntos de exploração sustentável de recursos naturais e energéticos, alinhando-se com os interesses da UE e de outras OI.	Instrumento Económico LdA 1
Aproveitar a presença consolidada de empresas portuguesas no AS para estabelecer parcerias estratégicas e captar investimentos internacionais, fortalecendo cadeias de valor.	Instrumento Económico LdA 2
Fortalecer a cooperação diplomática e económica com países da CPLP para impulsionar a modernização das infraestruturas, promovendo um comércio mais eficiente e sustentável.	Instrumento Económico LdA 3
Correlação entre Potencialidades e Ameaças	
Utilizar a presença de empresas portuguesas no setor logístico e energético, contribuindo para a estabilidade regional, mitigando o impacto da instabilidade política e da criminalidade marítima, garantindo maior segurança e previsibilidade nos negócios.	Instrumento Económico LdA 4
Aproveitar o potencial estratégico do AS reforçando o investimento na regulação ambiental e na prevenção da exploração descontrolada dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo.	Instrumento Económico LdA 5
Maximizar a cooperação diplomática e económica com a CPLP para criar mecanismos de dinamização da economia azul e combate à IUU.	Instrumento Económico LdA 6
Correlação entre Vulnerabilidades e Oportunidades	
Desenvolver um planeamento estratégico consolidado para o AS, alinhado com as oportunidades de investimento da UE e de OI, garantindo um crescimento económico sustentável.	Instrumento Económico LdA 7
Explorar novas cadeias de valor na economia azul para reduzir a dependência de financiamento externo, promovendo maior autonomia nos projetos estratégicos na região.	Instrumento Económico LdA 8
Aproveitar a expansão da cooperação empresarial e tecnológica com países do AS contribuindo para superar as deficiências em infraestruturas portuárias e logísticas, melhorando a eficiência do comércio marítimo.	Instrumento Económico LdA 9
Correlação entre Vulnerabilidades e Ameaças	
Criar um plano de ação para reduzir a instabilidade política e a criminalidade marítima, garantindo a continuidade das operações comerciais e logísticas no AS.	Instrumento Económico LdA 10
Reforçar a captação de recursos financeiros e apoio governamental para aumentar a resiliência dos projetos estratégicos e evitar a interrupção de iniciativas essenciais para o desenvolvimento da região.	Instrumento Económico LdA 11
Promover investimentos sustentáveis que minimizem o risco de exploração descontrolada dos recursos naturais, assegurando que os projetos estratégicos respeitam os padrões ambientais e regulatórios.	Instrumento Económico LdA 12


Quadro 17 – Componente Académica: Matriz SWOT

Ambiente Interno			Ambiente Externo		
Pontencialidades		Referências	Oportunidades		Referências
P1	Interesse crescente da academia portuguesa, no AS, refletido no aumento de projetos de investigação e programas de ensino focados nesta região.	AA, AB, AC, AD	O1	Trabalho ao nível do ensino da língua portuguesa, numa perspectiva bilateral e multilateral, com vista a fomentar a lusofonia.	AA, AB
P2	Capacidade de influência através da CPLP e de redes académicas lusófonas onde a formação de quadros dos PALOP e a presença académica portuguesa fortalecem a influência de Portugal na região.	AA, AB	O2	Possibilidade de fortalecer a cooperação multilateral através da CPLP e da UE, porquanto a CPLP pode ser um veículo de entrada para Portugal consolidar sua influência, enquanto a UE pode apoiar iniciativas de segurança e desenvolvimento.	AA, AD
P3	Envolvimento de Portugal em fóruns (CeAt) e iniciativas internacionais que promovem a cooperação académica e a partilha de conhecimento sobre o AS.	AA, AC	O3	Possibilidade de Portugal liderar iniciativas académicas e científicas focadas na governança dos oceanos e no desenvolvimento de políticas públicas para o AS.	AA
Vulnerabilidades		Referências	Ameaças		Referências
V1	Falta de uma estratégia nacional para o AS onde uma ausência de abordagem consolidada dificulta a definição de prioridades.	AA, AD	A1	Crescente influência de potências externas (CHI e a RUS) na definição da narrativa sobre o AS, podendo reduzir a margem de influência de Portugal.	AA, AD
V2	Dificuldade em estabelecer colaborações sustentáveis, com algumas universidades e outros organismos, devido a desafios estruturais e ausência de programas de mobilidade adequados.	AA, AB	A2	Concorrência do Brasil na influência regional, através da presença académica, económica e securitária, nos PALOP, condicionando o espaço de Portugal na região.	AA, AD
V3	Necessidade de maior articulação entre a academia, decisores políticos e setor privado, visando transformar o conhecimento académico em ações com impacto estratégico.	AB, AC	A3	Falta de continuidade e coordenação nas políticas de investimento e financiamento da investigação sobre o AS, comprometendo a sustentabilidade dos projetos a longo prazo.	AB



Quadro 18 – Componente Académica: Linhas de Ação

Linhas de Ação - Componente Académica	
Correlação entre Potencialidades e Oportunidades	
Aproveitar o interesse crescente da academia portuguesa no AS, para impulsionar o ensino da língua portuguesa, fortalecendo a lusofonia e criando programas académicos bilaterais e multilaterais.	Componente Académica LdA 1
Utilizar a influência da CPLP e de redes académicas lusófonas para consolidar Portugal como um parceiro estratégico da UE na região, promovendo projetos que beneficiem a segurança e o desenvolvimento do AS.	Componente Académica LdA 2
Aproveitar o envolvimento de Portugal em fóruns internacionais para liderar iniciativas científicas e académicas sobre governança oceânica e políticas públicas para o AS, ampliando a sua presença na formulação de políticas internacionais.	Componente Académica LdA 3
Correlação entre Potencialidades e Ameaças	
Fortalecer a presença académica portuguesa nos PALOP para mitigar a crescente influência de potências externas, garantindo que a perspetiva portuguesa se mantém presente de forma consolidada.	Componente Académica LdA 4
Apostar na cooperação estratégica com a UE e outras organizações internacionais, para reforçar o papel de Portugal em projetos estruturantes nos PALOP, face a uma dinâmica de competição.	Componente Académica LdA 5
Garantir um compromisso contínuo em fóruns e iniciativas internacionais para assegurar um fluxo de financiamento estável e contínuo para a investigação sobre o AS, reduzindo o risco de descontinuidade nos projetos.	Componente Académica LdA 6
Correlação entre Vulnerabilidades e Oportunidades	
Aproveitar a possibilidade de Portugal liderar iniciativas académicas sobre a boa governança dos oceanos no apoio à estruturação de uma estratégia nacional para o AS, definindo prioridades e objetivos concretos.	Componente Académica LdA 7
Utilizar o reforço da cooperação multilateral com a CPLP e a UE para estabelecer colaborações sustentáveis com universidades regionais.	Componente Académica LdA 8
Potenciar o ensino da língua portuguesa como uma ferramenta de integração que aproxime a academia, os decisores políticos e o setor privado, transformando o conhecimento académico em ações estratégicas.	Componente Académica LdA 9
Correlação entre Vulnerabilidades e Ameaças	
Desenvolver uma estratégia nacional para o AS que permita coordenar esforços entre a academia, os decisores políticos e o setor privado, reduzindo o impacto da concorrência de outras potências.	Componente Académica LdA 10
Fortalecer a cooperação com parceiros estratégicos na CPLP e na UE para garantir que a influência académica portuguesa não é marginalizada.	Componente Académica LdA 11
Criar programas de financiamento sustentáveis para evitar a descontinuidade dos projetos académicos sobre o AS, garantindo a sua estabilidade e impacto a longo prazo.	Componente Académica LdA 12



Este exercício evidenciou FC (*vd.* Quadro 19), através de análise consolidada às LdA, que contribuem para a formulação da estratégica (Yarger, 2006, pp. 35-36). Estes FC apontam para elementos comuns, considerados essenciais, para a presença e influência de Portugal no AS, através ou com o contributo da MP.

Quadro 19 – Identificação dos FC através das LdA

FC1	ID LdA 9	ID LdA 11	II LdA 3	II LdA 7	II LdA 10	II LdA 12	IM LdA 3	IM LdA 7	IM LdA 8	IE LdA 2	IE LdA 7	CA LdA 10		
FC2	ID LdA 1	ID LdA 2	II LdA 1	II LdA 9	IM LdA 1	IM LdA 6	IM LdA 7	IE LdA 3	IE LdA 6	CA LdA 1	CA LdA 2	CA LdA 5	CA LdA 8	CA LdA 9
FC3	ID LdA 4	ID LdA 10	ID LdA 11	II LdA 4	II LdA 11	II LdA 12	IM LdA 9	IM LdA 5	CA LdA 4	CA LdA 11				
FC4	ID LdA 2	ID LdA 3	ID LdA 4	ID LdA 6	II LdA 2	IM LdA 2	IM LdA 5	IM LdA 11	IE LdA 4	IE LdA 10	CA LdA 3			
FC5	ID LdA 2	ID LdA 8	ID LdA 10	ID LdA 12	II LdA 8	IM LdA 10	IE LdA 7	IE LdA 11	CA LdA 6	CA LdA 12				
FC6	ID LdA 2	ID LdA 4	ID LdA 9	II LdA 5	II LdA 6	IM LdA 6	IM LdA 12	IE LdA 1	IE LdA 6	IE LdA 7	CA LdA 2	CA LdA 5	CA LdA 8	
FC7	ID LdA 1	ID LdA 7	II LdA 1	IM LdA 1	IE LdA 5	IE LdA 6	IE LdA 8	IE LdA 9	IE LdA 12	CA LdA 7				

Legenda do Quadro 19

ID	Instrumento Diplomático
II	Instrumento Informacional
IM	Instrumento Militar
IE	Instrumento Económico
CA	Componente Académica

6.2 Fatores de Convergência

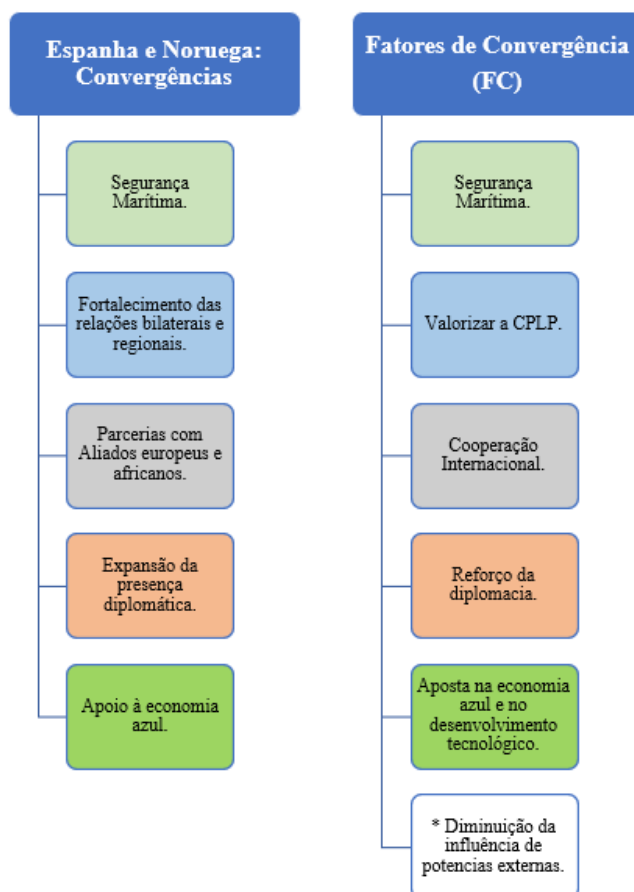
Dos FC identificados importa relevar a forma consensual com que todos os IPN (DIME-A) identificam, como vulnerabilidade, a ausência de uma estratégia nacional para o AS, constituindo a definição de prioridades e o alinhamento entre setores fundamental. Os FC, apresentados na Figura seguinte, foram complementados com informação adicional que visa a sua fundamentação em apoio à Prova da Estratégia, junto da população alvo considerada (*vd.* [Apêndice C](#)).



FC1	Subsiste a necessidade de uma Estratégia Nacional para o AS.
	Todos os Instrumentos de Poder identificam a ausência de uma estratégia nacional como uma vulnerabilidade.
	A definição de prioridades e o alinhamento entre setores é essencial para garantir uma presença coordenada e eficaz.
	A boa governança dos oceanos, a economia azul e a segurança marítima surgem como eixos centrais para a definição de uma estratégia.
FC2	Identifica-se a necessidade de valorização da CPLP como instrumento de influência.
	A CPLP surge como um veículo para consolidar a presença de Portugal, nas dimensões diplomática, militar, económica e académica.
	Através da CPLP, Portugal pode: expandir a influência da língua portuguesa; reforçar a cooperação científica, económica e securitária; e, atuar como interlocutor privilegiado entre os PALOP e as OI.
FC3	Subsiste a necessidade de mitigação da concorrência e influência de potências externas.
	CHI, RUS e Brasil, ainda que com contextualizações substancialmente diferentes, são identificados como Atores concorrentes que desafiam a influência de Portugal no AS.
	O reforço das relações bilaterais e multilaterais, com a UE, a CPLP e outros parceiros, surge como resposta à competição geopolítica.
	A presença diplomática e militar deve ser reforçada para evitar que Portugal seja marginalizado.
FC4	Subsiste a necessidade de incrementar a segurança e a estabilidade regional.
	A segurança marítima, a boa governança dos oceanos e a economia azul são referidas como áreas prioritárias para garantir estabilidade e o desenvolvimento sustentável.
	A presença da MP na região e o envolvimento em iniciativas da UE e da CPLP são apontados como contributo para combater ameaças.
FC5	Subsiste a necessidade de um plano sustentável de financiamento.
	A falta de financiamento contínuo, consequência da ausência de uma estratégia consolidada, é um obstáculo transversal a vários Instrumentos.
	A melhoria nos processos de captação de fundos europeus e multilaterais e o desenvolvimento de mecanismos de financiamento alternativos, para reduzir a dependência dos ciclos políticos nacionais, são apontadas como potenciais medidas de mitigação.
FC6	Subsiste a necessidade de reforço da diplomacia e da cooperação Internacional.
	A diplomacia portuguesa deve focar-se em potenciar laços históricos e culturais com os PALOP, visando estabelecer parcerias estratégicas em áreas como a segurança, a economia e a ciência; atrair investimentos europeus e multilaterais para modernizar as infraestruturas regionais; e, reforçar o papel de Portugal na governança oceânica e na segurança marítima internacional.
FC7	Subsiste a necessidade de apostar na economia azul e na inovação tecnológica.
	O AS representa uma oportunidade para o desenvolvimento de setores estratégicos como: infraestruturas portuárias e logísticas; exploração sustentável de recursos naturais e energéticos; e, projetos de inovação e digitalização ligados à segurança marítima e economia azul.
	A cooperação entre a academia, o setor privado e os decisores políticos deve ser intensificada visando potenciar o conhecimento científico.

Figura 29 – Fatores de Convergência

Quando comparadas as Convergências, obtidas das estratégias de Espanha e da Noruega, com os FC, verifica-se um alinhamento, ainda que condicionado pelas características e dinâmica da abordagem nacional (vd. Figura 30).



Legenda da figura 30: Não obstante as estratégias de Espanha e da Noruega não referirem, objetivamente, a necessidade de reduzir a influência de potências externas, nomeadamente, a CHI e a RUS, a estratégia norueguesa refere um claro desalinhamento com as políticas de ambos os países.

Figura 30 – Fatores de proximidade entre os FC e as Convergências dos países analisados

6.3 Prova da estratégia

Decorrente da Prova da Estratégia consideram-se validados, através dos critérios de Exequibilidade, Adequabilidade e Aceitabilidade³³, os FC5, FC6 e FC7, em função dos resultados obtidos (vd. Quadro 20), optando-se por analisar, com maior detalhe, os resultados dos FC1, FC2, FC3 e FC4.

Relativamente ao FC1, subsiste uma ligeira tendência que considera que uma abordagem estratégica integrada norte-sul, alinhada com o princípio de base do CeAt (*all of the Atlantic*), que não estimule uma aproximação diferenciada, deve ser equacionada. Esta interpretação, mesmo não tendo uma grande representatividade, relativamente ao fator

³³ Adequabilidade: determina se a solução atende aos objetivos. Exequibilidade: refere-se à capacidade prática de implementar a ação. Aceitabilidade: avalia se ação é aceitável para as partes (Ribeiro, 2009, pp. 190-195).



Exequibilidade, acaba por estar refletida porquanto para vários dos entrevistados subsiste alguma resistência em separar as áreas A e B, devendo estas ser abordadas em conjunto.

Quanto à valorização da CPLP como instrumento de influência (FC2), apesar de residual, subsiste a opinião de que esta não se materializa em ações práticas e objetivas, nomeadamente no campo militar, permanecendo, assim, a dúvida sobre a capacidade efetiva de influência da organização.

O FC3, que visa incrementar a segurança e a estabilidade regional, foi contrariado por parte de alguns dos entrevistados, nomeadamente, quanto à sua Exequibilidade, de forma isolada, por parte da MP (em linha com FC4) e Aceitabilidade, em função do atual contexto geopolítico e de outras prioridades que possam subsistir.

Relativamente ao FC4, as limitações de operação da MP são relevadas em termos da sua Exequibilidade. Nesta análise, importa relevar que a Prova da Estratégia não considerou a possibilidade de diminuição do esforço no eixo sul, em função de outros empenhamentos – nomeadamente junto da OTAN – situação que agravaria esta tendência.

Por último, importa destacar que o FC1 está na génese desta investigação, condicionando, desde logo, os contributos da MP. Já os FC2 e FC5, pela sua dimensão política, devem ser interpretados numa perspetiva supra MP, devendo a influência nestes FC ser interpretada de forma indireta.

O Gráfico seguinte ilustra os resultados obtidos.

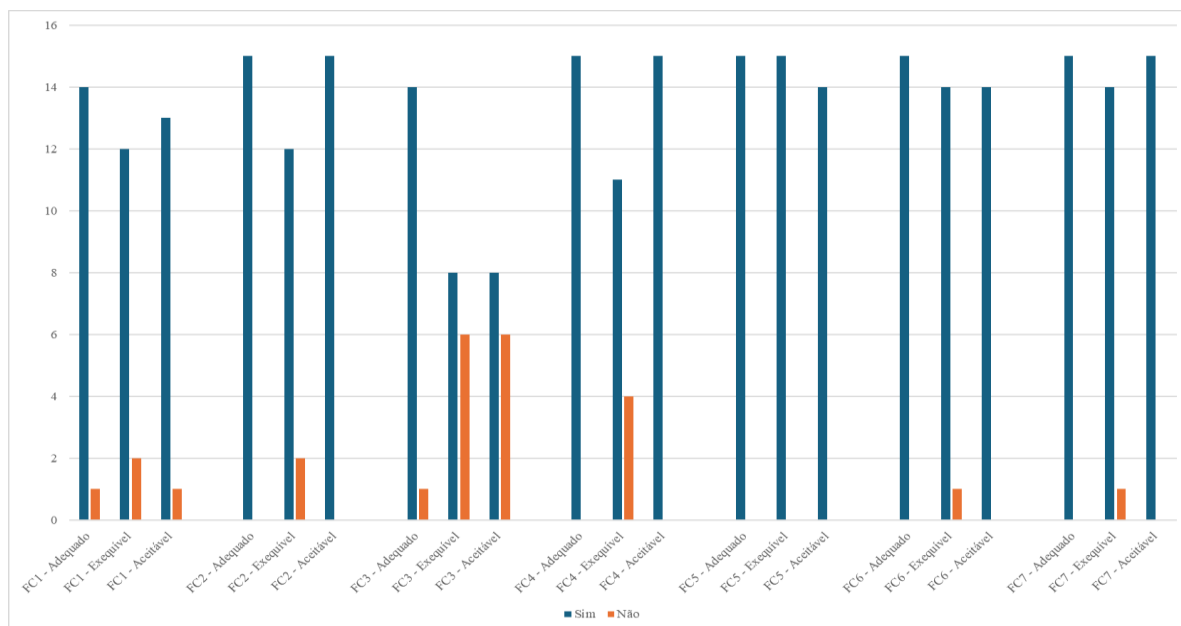


Gráfico 8 – Prova da Estratégia



Quadro 20 – Prova da Estratégia³⁴

Instrumento	ID	FC1						FC2						FC3						FC4						FC5						FC6						FC7					
		Adequado		Exequível		Aceitável		Adequado		Exequível		Aceitável		Adequado		Exequível		Aceitável		Adequado		Exequível		Aceitável		Adequado		Exequível		Aceitável		Adequado		Exequível		Aceitável							
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não						
Diplomático	DA	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	DD	1				1		1		1		1				1		1		1		1				1		1				1		1		1		1					
	DE	1		1		1		1				1		1				1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
Informacional	IA	1			1			1			1	1		1		1	1			1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1				
	IC	1		1		1		1		1			1		1		1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	ID	1		1		1		1		1		1		1		1			1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
Militar	MA	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	ME	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	MF	1		1			1	1			1	1		1			1		1	1		1		1		1		1		1		1			1	1			1	1			
Económico	EA	1		1		1		1		1		1		1		1		1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1				
	EB	1		1		1		1		1		1			1		1	1			1	1		1		1			1			1		1		1		1					
	EC	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
Académico	AA	1		1		1		1		1		1		1		1			1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	AC		1		1	1		1		1		1			1	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
	AD	1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1		1					
Tendência		14	1	12	2	13	1	15	0	12	2	15	0	14	1	8	6	8	6	15	0	11	4	15	0	15	0	15	0	14	0	15	0	14	1	14	0	15	0	14	1	15	0

³⁴ Nas células a cinzento o entrevistado optou por não responder.

6.4 Prioridades Geográficas e Instrumentos do Poder

Visando valorizar esta investigação considerou-se uma abordagem, ao Objeto de Estudo, que permitisse aos entrevistados uma análise diferenciada em função do IPN que representam. Neste quadro, foi idealizada a Figura seguinte que apresenta o Objeto de Estudo de forma a permitir priorizar as Áreas identificadas, em função da exiguidade de recursos, mas também, das diferentes dinâmicas que os IPN pudessem vir a revelar. Para consolidar esta abordagem foram consideradas as questões quatro e nove da entrevista semiestruturada (vd. [Apêndice C](#)), às quais se optou por dar tratamento diferenciado.

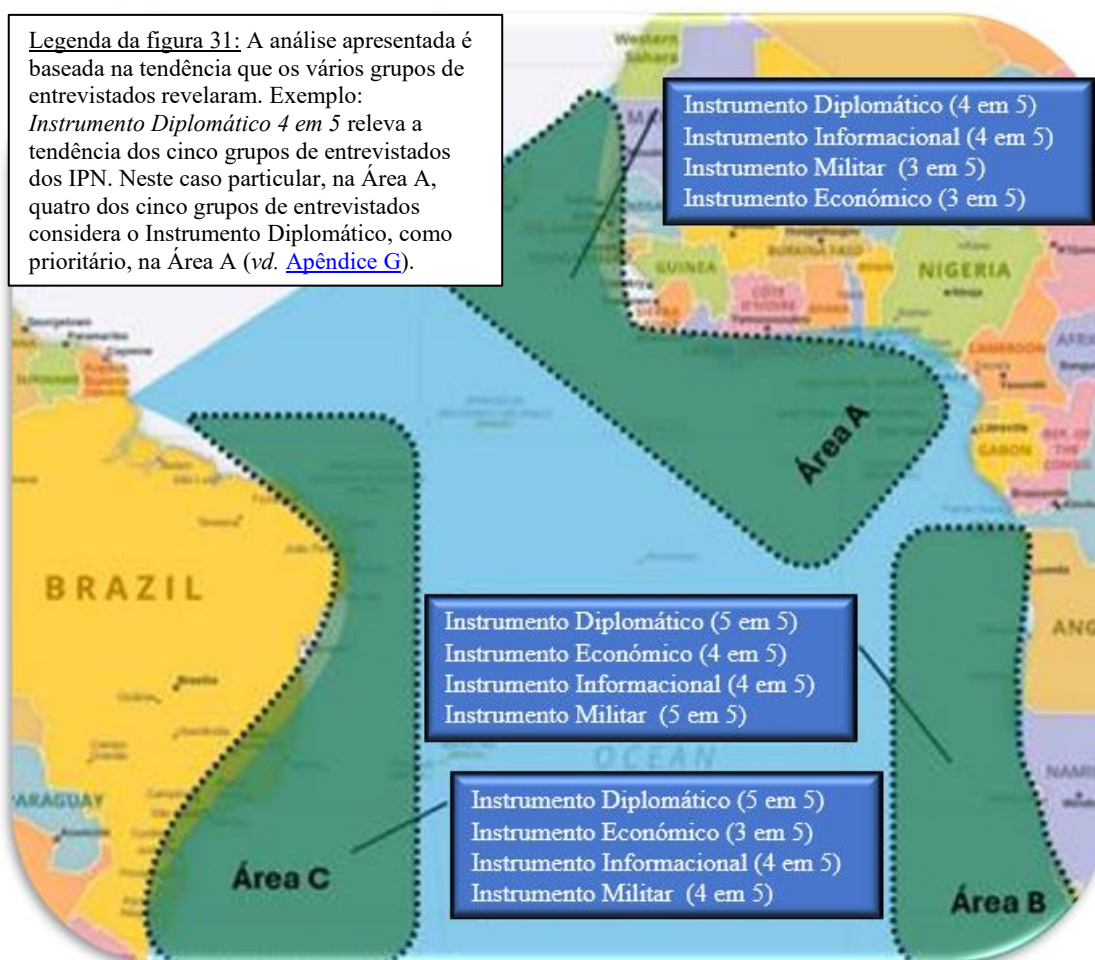


Figura 31 – Áreas de interesse no Atlântico Sul

Relativamente à priorização que deverá ser dada aos IPN (questão quatro) em cada uma das Áreas identificadas, a tendência dos grupos de entrevistados aponta para que o Instrumento Diplomático seja considerado prioritário, nas Áreas A, B e C, exceção feita ao Instrumento Militar, na Área A, para os entrevistados do Instrumento Militar. Esta perspetiva fundamenta-se na grande diversidade do AS que obriga a uma presença constante do Instrumento Diplomático visando, através da bilateralidade, potenciar a multilateralidade (N.



Bragança, entrevista presencial, 31 de janeiro de 2025) garantindo que Portugal continua a ser um Ator relevante junto dos seus parceiros europeus (S. Medeiros, entrevista remota, 18 de fevereiro de 2025). Não obstante esta prioritização, subsiste sempre uma relação entre todos os IPN, não sendo adequado o estabelecimento de fronteiras de atuação (P. Seabra, *op. cit.*) (R. Marreiros, entrevista remota, 3 de fevereiro de 2025), em face da tendência para uma orquestração simultânea e complementar dos vários IPN (Rodrigues, Walton, & Chu, 2020, pp. 121-122). Quanto à importância dada ao Instrumento Militar, por alguns dos entrevistados, na Área A, esta perspectiva fundamenta-se nas preocupações securitárias e do resultado positivo da presença da MP na região (N. de Sousa, *op. cit.*) (J. Pires, entrevista presencial, 27 de janeiro de 2025) (vd. [Apêndice G](#)).

Relativamente à questão nove, verificou-se unanimidade na prioridade que deve ser dada à Área A, devido à sua importância estratégica, desafios de segurança, interesses económicos e diplomáticos. Para alguns dos entrevistados, não obstante a dificuldade em operar na Área B, em função de constrangimentos de carácter logístico e operacional (A. Campos, *op. cit.*) (J. Pires, *op. cit.*), bem como a diferente contextualização securitária e económica (G. Alexandre, *op. cit.*), subsiste uma perspectiva de continuidade entre as Áreas A e B (N. Bragança, *op. cit.*). Esta situação acaba por ser reforçada pela abordagem que a CDD confere aos países das Áreas em questão.

6.5 Resumo

Face ao exposto, considera-se encontrada resposta à QC: *Quais os contributos da MP, para a estratégia de Portugal, para o AS?* devendo ser considerados como contributos os FC3, FC4, FC6 e FC7.



7. Conclusões

O mar subsiste como um importante ativo estratégico numa perspetiva de segurança e defesa. De identidade atlântica, Portugal caracteriza a segurança nacional para além das fronteiras territoriais do Estado, privilegiando opções alternativas aos centros tradicionais de produção de energia. Na ausência de uma estratégia nacional para o AS, num quadro de grande complexidade, múltiplas prioridades e escassos recursos, a forma como Portugal aborda o mar permanece inalterada devido à sua importância geopolítica, económica, securitária e cultural. Com o aumento da importância do transporte por via marítima e uma tendência de realinhamento dos mercados energéticos, o AS surge como sólida opção alternativa. Portugal deve, assim, interpretar o Atlântico em função de uma visão atlantista muito própria, reforçada pelos novos desafios que resultam da multipolarização e da perspetiva de alteração do relacionamento transatlântico.

Decorrente da abordagem metodológica efetuada, esta investigação desenvolveu-se em duas fases, nomeadamente: 1) exploratória e 2) analítica e conclusiva, tendo por base um raciocínio lógico dedutivo e uma estratégia qualitativa. Assente numa fundamentação prévia do Objeto de Estudo, através de elementos genéricos obtidos em documentação de referência e dando continuidade a uma investigação centrada na mesma temática, o modelo de estudo de caso surgiu potenciando a identificação de elementos de relevo para a investigação.

Estabelecendo como Objeto de Estudo o AS e restringindo esta investigação à formulação dos contributos da MP, para a estratégia de Portugal no AS, através dos IPN, a QC: Quais os contributos da MP, para a estratégia de Portugal, para o AS? foi suportada por três QD, nomeadamente:

- QD1: Qual a relevância do AS para Portugal?

- QD2: Como atuam as OI (OTAN, UE, CPLP e CeAt) e outros Atores (Espanha e Noruega), no AS?

- QD3: Como se caracterizam as iniciativas da Marinha, no AS?

A recolha de dados e análise documental basearam-se em fontes documentais e entrevistas semiestruturadas realizadas a entidades com conhecimento e experiência prática no Objeto de Estudo. Tendo-se optado por analisar, de forma diferenciada, os IPN, através de uma matriz SWOT, de onde se retiraram LdA, os resultados obtidos geraram FC que consolidam uma perspetiva maioritariamente consonante, partindo de visões distintas.

Relativamente ao OE1: *Analisar a relevância do AS, para Portugal, no contexto dos IPN*, foi possível concluir que este espaço possui grande importância geopolítica,



económica, securitária e cultural revelando elevados níveis de competição. A presença de potências externas, nomeadamente CHI e RUS, com elevados níveis de penetração e disfuncionalidade, aconselham consistência nas abordagens bilaterais e multilaterais, junto de parceiros e OI. Decorrente de uma abordagem diferenciada a várias Áreas no AS, verifica-se uma tendência que aponta para que o Instrumento Diplomático seja considerado prioritário, fundamentando-se esta perspetiva na grande diversidade do AS que obriga a uma presença constante da diplomacia para, através da bilateralidade, potenciar a multilateralidade e contribuir para que Portugal continue a ser um Ator relevante junto dos seus parceiros europeus. Contudo, subsiste sempre uma forte relação entre todos os IPN, sendo aconselhada a sua articulação.

Em suma, dinâmica de relevância crescente, priorizando o Instrumento Diplomático.

Relativamente ao OE2: *Analisar a atuação das OI (OTAN, UE, CPLP e CeAt) e de outros Atores (Espanha e Noruega) no AS*, foi possível identificar uma grande amplitude na abordagem 360° da OTAN, visando garantir a dissuasão e a defesa contra todas as ameaças, a leste e a sul. Não obstante, verifica-se algum distanciamento da região, em função das múltiplas prioridades existentes e da consequente necessidade de gestão de recursos e da resistência de alguns países à presença da Aliança.

A UE privilegia uma abordagem holística de promoção da paz e da segurança internacionais respeitando princípios de transparência e sustentabilidade. Assente em ações concretas, como as PMC, a atuação da UE acaba por enfrentar competição interna indesejada, condicionando o impacto das medidas tomadas. Porém, permanece como oportunidade para Portugal a criação de condições para continuar a explorar, de forma consequente, alternativas de financiamento para projetos na região.

Com a CPLP a capitalizar a promoção da língua portuguesa, a discrição da sua atuação em áreas como a segurança marítima fomenta alguma apreensão em relação ao seu potencial. Porém, a CPLP favorece uma imagem de maritimidade e atlantismo que conferem a Portugal uma posição diferenciada no Atlântico e junto da UE.

Com uma visão integradora, privilegiando uma abordagem atlântica global, o CeAt afirma-se na promoção da segurança e no desenvolvimento da região atlântica e como um fórum de discussão aberta e de criação de sinergias, onde os Países do norte interagem em igualdade com os Países do sul.

Com pontos de partida distintos, Espanha e Noruega relevam semelhanças nas suas estratégias ao procurarem reforçar laços políticos, económicos de segurança e culturais, com



os países africanos. Espanha, ao considerar a região estratégica para a economia e segurança, procura potenciar a sua presença como Ator na política da UE. A estratégia norueguesa, destaca a importância do multilateralismo e da parceria com organizações regionais visando fortalecer laços políticos e económicos, promovendo a cooperação em aspetos de segurança e desenvolvimento sustentável.

Em suma, grande transversalidade e abrangência, visando fomentar os laços económicos e incrementar a segurança marítima fundamentando-se em princípios de transparência e sustentabilidade.

Decorrente da análise efetuada ao OE3: *Avaliar as iniciativas da MP, no contexto dos IPN, no AS*, concluiu-se que a atuação da MP está assente numa base de complementaridade, sob coordenação do EMGFA, inserida nas FND e através de outras iniciativas bilaterais. Sob coordenação da DGPDN, a CDD fomenta a capacitação de países parceiros por meio de PQ, que se materializam em projetos. Iniciativas como o Mar Aberto e as ações de fiscalização conjunta, constituem um sólido contributo para o reforço de capacitação dos países lusófonos e para a consolidação da PEP. Todavia, não obstante o investimento e o número de Ações desenvolvidas apresentar uma dinâmica de crescimento e da perceção do aumento da segurança na região, mantém-se dificuldade em avaliar o impacto das medidas tomadas, por ausência de indicadores consequentes. Importa, no entanto, ter presente, que esta dinâmica de crescimento pode vir a ser condicionada, por limitações próprias, mas também, consequência de outras prioridades que possam vir a ser estabelecidas.

A MP está numa posição privilegiada para influenciar a criação de uma estratégia que considere o conhecimento adquirido, baseado numa relação de proximidade e presença continuada. Insistindo num trabalho coletivo, interministerial, que inclua uma sólida representação da região, nomeadamente dos parceiros prioritários, assente em torno de princípios de parceria e reciprocidade, estão criadas condições para o desenvolvimento de uma estratégia de Portugal para o AS, com uma sólida participação da MP.

Num quadro em que as Ações da MP constituem casos de sucesso, a sua adequada fundamentação, através indicadores de impacto, pode contribuir de forma consolidada para a definição de uma estratégia. Esta abordagem poderá, inclusivamente, potenciar o alargamento das ações da MP, sendo para isso necessário dinamizar a cooperação, nas perspetivas bilateral e, eventualmente, multilateral, sendo, no entanto, necessário criar condições para que tal aconteça.



Em suma, grande abrangência assente em cooperação bilateral, com uma taxa de esforço crescente, mas que pode vir a ser condicionada pela existência de outras prioridades.

Tendo presente o OG desta investigação: *Propor contributos, através da MP, para uma estratégia nacional no AS, no contexto dos IPN*, das várias estratégias analisadas sobressaem sete FC, que importa interpretar, em função da Política que vier a ser definida por Portugal. A importância do multilateralismo, o fortalecimento das relações bilaterais e a expansão da presença diplomática, suportam a importância do Instrumento Diplomático e deixam como interrogação a adequação do atual dispositivo existente na região. Adicionalmente, o compromisso com a segurança marítima, o apoio à capacitação militar e as parcerias com aliados europeus e africanos, são processos já implementados pela MP e valorizados, através destes FC. Por último, a educação e a formação, nomeadamente em áreas como as novas tecnologias, a economia azul e as energias renováveis, subsistem como áreas de consolidação de uma presença de longo prazo, para as quais a MP já contribui de forma direta ou indireta. Não obstante, na perspetiva das limitações existentes e considerando uma abordagem global ao Atlântico, Portugal deverá analisar, de forma criteriosa, as áreas geográficas de esforço, conjugando objetivos e capacidades.

Dos FC identificados, em função dos resultados obtidos para o critério da Adequabilidade³⁵ subsiste uma tendência de validação generalizada. Contudo, os FC1, FC2 e FC5 evidenciam uma dinâmica política que não deve ser ignorada no quadro dos contributos da MP para uma estratégia nacional no AS. A Figura seguinte reflete uma abordagem própria ao processo consolidado de contributos da MP para uma estratégia nacional no AS.

³⁵ Na Prova da Estratégia, no critério da Adequabilidade, não foram obtidas respostas negativas em número superior a uma resposta.

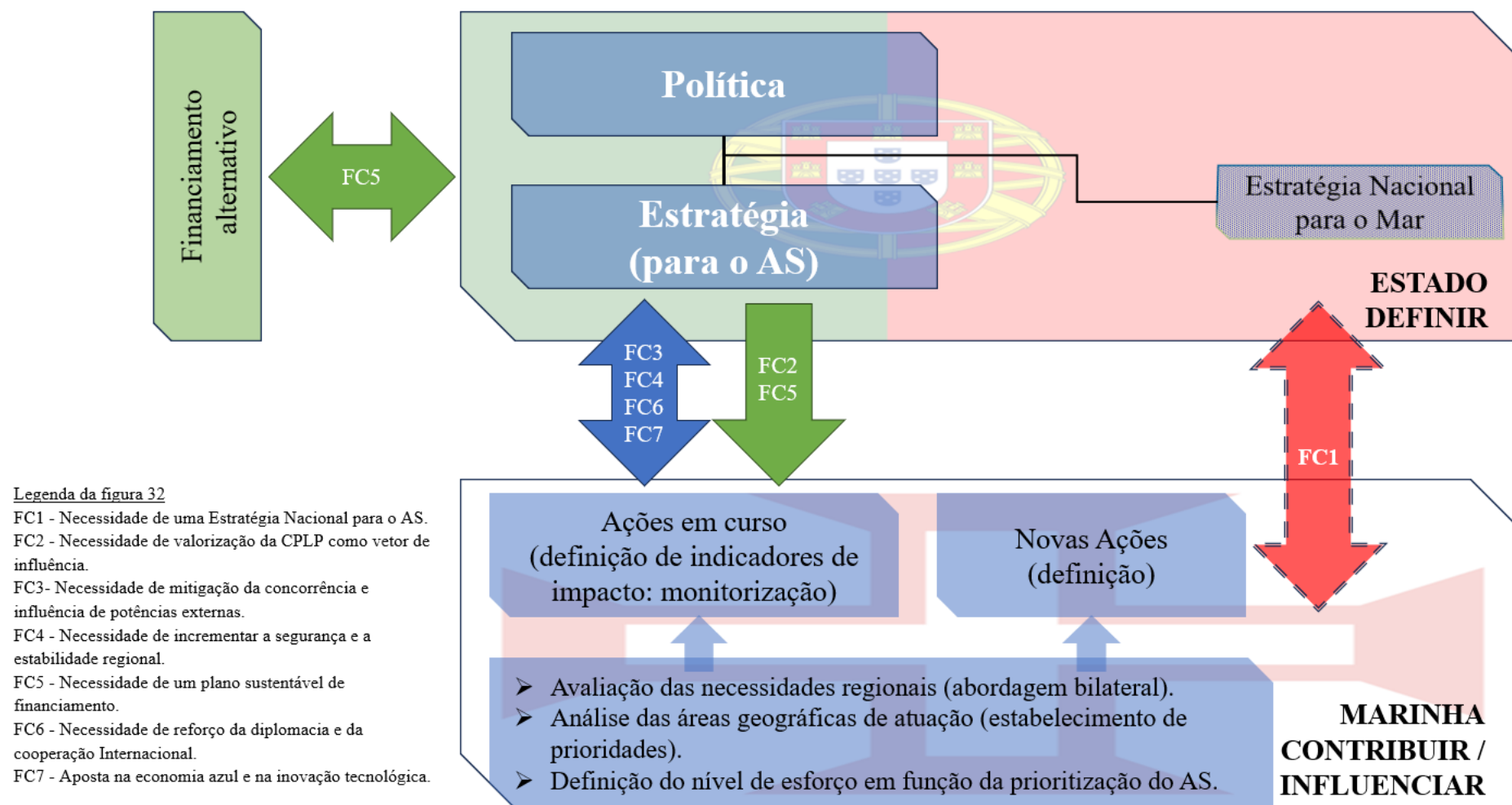


Figura 32 – Definição do modelo genérico de uma estratégia para o AS, com a participação da MP

Como corolário desta investigação são assim de considerar os FC3, FC4, FC6 e FC7, enquanto contributos da MP, para uma estratégia nacional, no AS, no contexto dos IPN (vd. Figura 33).

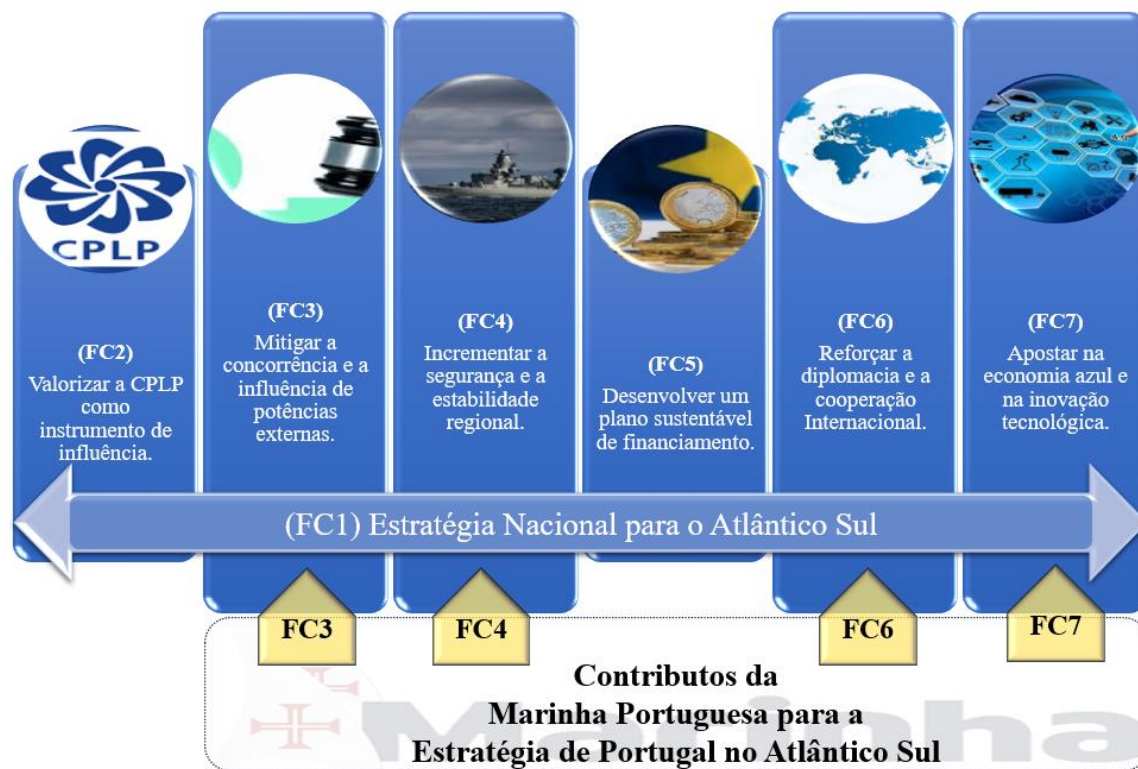


Figura 33 – Contributos da MP para a estratégia de Portugal no AS

Adicionalmente, esta investigação permitiu efetuar uma análise ao CeAt, em linha com uma das limitações identificadas no trabalho de Pereira (2020), de onde sobressai um posicionamento conciliador de aproximação Norte-Sul, gerador de sinergias e de uma cultura marítima, essencial para a região; bem como para contribuir para a consciencialização dos decisores políticos na definição de uma estratégia nacional para o AS, que permita a otimização de recursos e potencie o impacto das Ações, especialmente perante a existência de uma ENM que interpreta de forma meramente securitária a participação da MP, nas atividades do domínio marítimo.

Com um elevado número de LdA que dificultou o tratamento de dados, esta investigação surge, também, limitada pelo desnível entre o número de entrevistas efetuadas dentro de cada IPN, nomeadamente, o Informacional e o Económico, que pode ter condicionado os resultados obtidos. Adicionalmente, verificou-se alguma dificuldade em receber contributos objetivos dos Instrumentos anteriormente identificados, em função da sensibilidade das matérias abordadas.



Como estudos futuros, não obstante a dificuldade em quantificar o impacto das Ações em curso, mas percecionando-se de grande utilidade, a Figura 34 apresenta as várias recomendações de ordem prática passíveis de ser consideradas em função desta investigação.

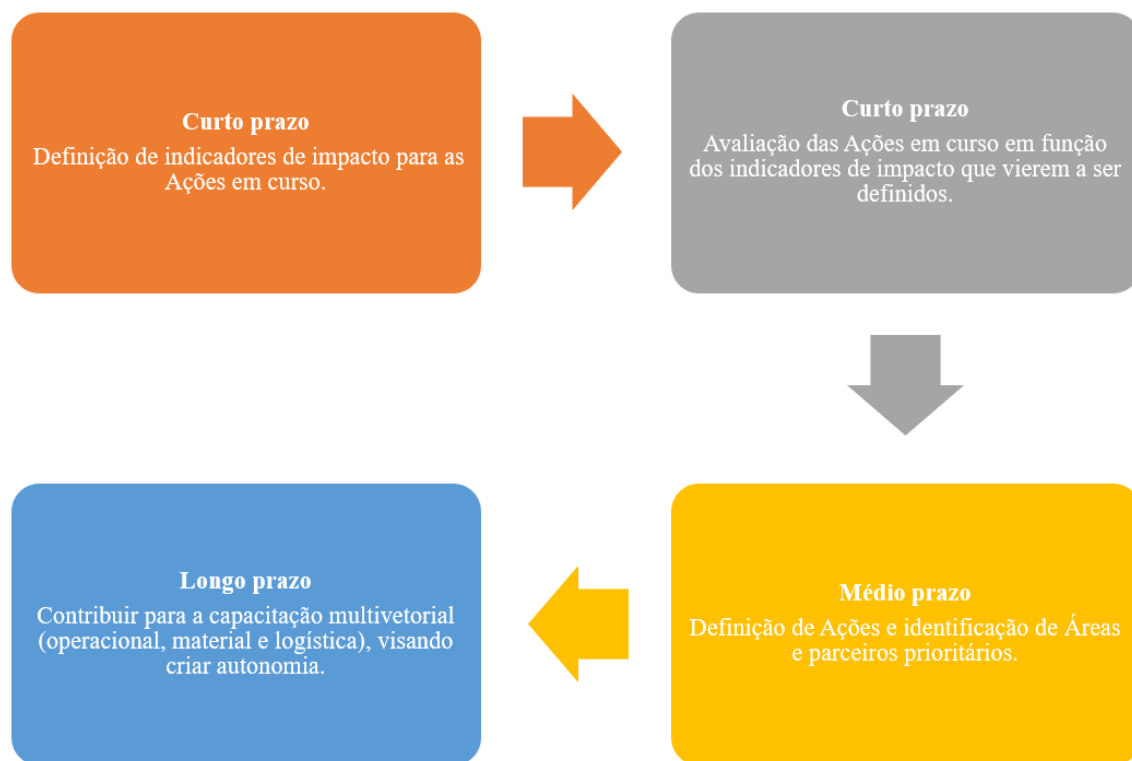


Figura 34 – Recomendações de ordem prática



Referências bibliográficas

- Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal. (abril de 2023). *AICEP*. Retirado em 22 de outubro de 2024, de Portugal Exporta: <https://www.portugalexporta.pt/noticias/paises-para-que-portugal-mais-exporta>
- Alexandre, A. G. (junho de 2023). The rest: journal of politics and development vol. 13(2). *European Union's Role in the Maritime Security in Africa*, pp. 112-129.
- Bragança, N. (Janeiro/Fevereiro de 2020). A Iniciativa "Mar Aberto". *Revista de Marinha*, pp. 31-33.
- Britannica. (30 de dezembro de 2024). *Britannica*. Retirado em 4 de dezembro de 2024, de Atlantic Ocean: <https://www.britannica.com/place/Atlantic-Ocean>
- Camões I.P. (2025). *Support to West Africa Integrated Maritime Security (SWAIMS): Component 2.3 - Operational response and management of the rule of law at sea*. Lisboa.
- Camões I.P. (s.d.). *Ficha de projeto*. Retirado de Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.: <https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/SWAIMS.pdf>
- Campos, A., & Ribeiro, S. (novembro de 2023). The Challenging Geopolitical Framework in the Atlantic Ocean. A Portuguese Perspective. *Atlantic Center Report no. 3: Great power competition in the Atlantic*, pp. 18-30.
- Capitalist, V. (2020). *Charted: Top Destinations for Africa's Exports*. Retirado em 19 de março de 2025, de <https://www.visualcapitalist.com/cp/africas-exports-1995-2020/>
- Centro do Atlântico. (2024). *Atlantic Center report no. 4: Illegal, unreported and unregulated fishing in the Atlantic Ocean*.
- Clausewitz, G. C. (2012). *On War* (eBook edition ed.). United States of America: Start Publishing LLC.
- Commercial Crime Services. (3 de março de 2025). *ICC: Commercial Crime Services*. Retirado de ICC: Commercial Crime Services: <https://icc-ccs.org/maritime-piracy-dropped-in-2024-but-crew-safety-remains-at-risk/>
- Corbett, J. (1911). *Some principles of Maritime Strategy*. Londres: epub.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Vol I* (1 ed.). Lisboa: IAEM.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (17 de julho de 1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Retirado em 27 de março de 2025, de CPLP: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3869>
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2012). *surge a Estratégia da CPLP para os Oceanos*. Retirado de chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://pescas.gw/gestao/assets/uploads/files/Estrategia-para-os-oceanos%20da%20CPLP.pdf>
- Cravinho, J. G. (13 de dezembro de 2018). *Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da Abertura Solene do ano letivo do Instituto Universitário Militar*. Retirado em 8 de junho de 2020, de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f8f2a13-fa26-4a6e-83bc-80f15ccdd079>
- Danish Government. (2019). *Danmarks Faste Repræsentation ved den Europæiske Union*. Retirado em 3 de março de 2020, de <https://eu.um.dk/>



- Decreto Regulamentar n.º 32. (27 de outubro de 1989). Estabelece a orgânica, modo de funcionamento, atribuições e quadros de pessoal de organismos e serviços do Ministério da Defesa Nacional. *Diário da República n.º 248/1989, Série I de 1989-10-27, páginas 4764 - 4779*. Lisboa, Portugal: Autor. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/sc/dgpdn>
- Defesa Nacional. (26 de novembro de 2024). *República Portuguesa - Defesa Nacional*. Retirado de Cooperação do Domínio da Defesa: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cdd>
- Defesa Nacional. (6 de março de 2025). *Atlantic Center*. Retirado de República Portuguesa: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/jpd/Paginas/default.aspx>
- Defesa Nacional. (15 de abril de 2025). Retirado de República Portuguesa: <https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/NATO-deve-adoptar-uma-perspetiva-de-360-graus-a-leste-e-a-sul.aspx>
- Direção-Geral de Política e Defesa Nacional. (2024). *Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais – 1.º semestre 2024*.
- Dias, A. M. (2019). A evolução da Sociedade Internacional Africana e as suas implicações para a política externa portuguesa. Em A. Raimundo (Ed.), *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos* (pp. 49-71). Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.
- Dinh, N., Daillier, P., & Pellet, A. (2003). *Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Diogo, H. (2014). *CEPESE: Geodinâmicas contemporâneas na diáspora portuguesa - População e sociedade*. Porto.
- Direção-Geral de Energia e Geologia [DGEG]. (5 de março de 2025). *DGEN*. Retirado de <https://www.dgeg.gov.pt/pt/estatistica/energia/>
- Duodu, K., Schandorf, S., & Sagoe, A. (novembro de 2023). Implications For Maritime Security In The Gulf Of Guinea Region. *Atlantic Center report no. 3: Great power competition in the Atlantic*, pp. 124-146.
- Estado-Maior General das Forças Armadas. (2 de outubro de 2024). *Forças Armadas*. Retirado em 10 de março de 2025, de <https://www.emgfa.pt/pt/comunicacao/Paginas/For%C3%A7as-Nacionais-Destacadas-2024.aspx>
- Feldt, L., Roell, P., & Thiele, R. (April de 2013). ISPSW Strategy Series: Focus on Defense and International Security. *Maritime Security – Perspectives for a Comprehensive Approach*.
- Filho, P. P. (2015). Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. *Amazônia e o Atlântico Sul - Desafios e perspectivas para a defesa do Brasil*, pp. 149-184.
- Fund for Peace. (2019). *fundforpeace.org*. Retirado em 20 de janeiro de 2020, de www.fragilestatesindex.org
- Fund for Peace. (14 de junho de 2023). *Fragile States Index*. Retirado de Category Archives: Analysis – 2023: <https://fragilestatesindex.org/category/analysis/analysis-2023/>



- Galito, M. S. (2019). *Ensaio sobre Política Externa Portuguesa. Working Paper CEsa CSG 176/2019*. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. [Documento online]. Retirado de <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp176.pdf>.
- Garcia, F., & Costa, R. (novembro de 2023). Introduction. *Atlantic Center report no. 3: Great power competition in the Atlantic*, pp. 10-18.
- Goldwyn, D. L., & Morrison, J. S. (julho de 2005). *A Report of the CSIS Task Force on Gulf of Guinea Security*. Washington, D.C.: CSIS - Center for Strategic and International Studies.
- Governo de Espanha. (2024a). *Espanha África 2025-2028*. Madrid.
- Governo de Portugal. (6 de abril de 2019). *Histórico XXI Governo*. Retirado em 13 de junho de 2020, de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=iniciativa-mar-aberto-foi-um-grande-sucesso>
- Governo de Portugal. (abril de 2024a). Programa do XXIV Governo Constitucional. *Programa do XXIV Governo Constitucional*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Governo de Espanha. (2019). *III Plan Africa*. Madrid.
- Governo de Espanha. (2024b). *National strategy for maritime security 2024*. Madrid.
- Graça, P. B. (2014). A extensão da plataforma continental: implicações estratégicas para a tomada de decisão. *O mar no futuro de Portugal*, pp. 301-311.
- Gray, C. S., & Sloan, G. (1999). *Geopolitics, Geography and Strategy* (1 ed.). New York: Routledge.
- Guedes, A. M. (december de 2012). The fractured ocean. *Wider atlantic series*, pp. 11-56.
- Guerra, I. C. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo* (3.^a ed.). Cascais: Príncípa Editora, Lda.
- Instituto Nacional de Estatística. (9 de fevereiro de 2023). *Instituto Nacional de Estatística*. Retirado em 22 de outubro de 2024, de INE: Destaques: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=581119865&DESTAQUESmodo=2
- Instituto Universitário Militar. (1 de setembro de 2020). Estrutura e regras de citação e referência. *NEP INV 003 (A3)*. Pedrouços, Lisboa, Portugal: IUM.
- International Energy Agency [IEA]. (2021 de Setembro de 2021). Retirado em 18 de março de 2025, de <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/total-primary-energy-demand-in-china-in-the-announced-pledges-scenario-aps-1980-2060>
- International Maritime Organization. (2019). *Reports on acts of piracy and armed robbery against ship - Annual Report – 2019*.
- Lei Constitucional n.º 1. (12 de agosto de 2005). Constituição da República Portuguesa. *Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 2005-08-12, páginas 4642 - 4686* *Lei Constitucional n.º 1/2005*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Lei Orgânica n.º 3 - Lei de Defesa Nacional. (9 de agosto de 2021). Lei de Defesa Nacional. *Diário da República n.º 153/2021, Série I de 2021-08-09, páginas 18 - 36* *Lei Orgânica n.º 3/2021*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Marinha. (2022). *Diretiva Estratégica da Marinha*. Lisboa: Marinha.



- Moreira, A. (1999). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Munich Security Report [MSR]. (2025). *Multipolarization: Munich Security Report 2025*. Munich: Königsdruck.
- Neethling, T. (10 de agosto de 2010). Piracy around Africa's West and East coasts: a comparative political perspective. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, Vol. 38, No. 2, pp. 89-108.
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs [NMFA]. (agosto de 2024). Strategy. *Strategy for Norwegian engagement with African countries*. Noruega.
- Observatory of Economic Complexity. (2022). *The observatory of economic complexity*. Retirado em 16 de outubro de 2024, de OEC: <https://oec.world/en/profile/country/prt>
- Olech, A. (2024). Terrorism – Studies, Analyses, Prevention, 2024, no. 5: 273–309. *The Wagner Group in Africa. The sham battle of Russian mercenaries against terrorism*, pp. 273-310.
- One Earth Future. (março de 2020). *Safety4sea*. Retirado em 20 de junho de 2020, de https://safety4sea.com/wp-content/uploads/2020/04/gulf-guinea-executive-summary-digital-english.pdf?__cf_chl_jschl_tk__=97e5fcab68bbea0cbb1aa0f7832c43a266e886d5-1592672965-0-AbN_wZjMdK-4nGRa3PtdIqnPKsAWvFMbnIvqPfYKjQRJX56RQSyAPUz01Ckf-8ZFhcDa_LtYH7fvMN16
- Organização das Nações Unidas. (10 de dezembro de 1982). *United Nations*. Retirado em 24 de outubro de 2024, de Convention agreements: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2016). *ONU - Development Program: Building a shared vision for the Belt and Road Initiative and the Sustainable Development Goals*.
- Organização das Nações Unidas. (31 de maio de 2022). Resolution 2634 (2022). *Security Council - S/RES/2634 (2022)*. Washington DC, United States Of America.
- Organização das Nações Unidas. (2023). *United Nations Development Program*. Retirado em 25 de outubro de 2024, de UNDP: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-06/UNDP_Ocean_Promise_V2.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2024). *Sustainable development Goals*. Retirado de Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/oceans/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte - Grupo Independente. (2024). *Independent expert group supporting NATO's comprehensive and deep reflection process on the southern neighbourhood*. New York.
- Osinowo, A. A. (fevereiro de 2015). O Combate À Pirataria No Golfo Da Guiné. *Resumo de segurança em África*, pp. 2, 5.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2017). *Alied Joint Publication (AJP) - 01*. Nato Standardization Office (NSO).



- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2022). *North Atlantic Treaty Organization 2022 Strategic Concept*.
- Parlamento Europeu. (abril de 2024). *Fichas Temáticas sobre a UE*. Retirado em 14 de março de 2025, de Parlamento Europeu:
<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/160/a-uniao-europeia-e-os-seus-parceiros-comerciais>
- Pavia, J. (2019). A persistência duma dimensão africana na política externa portuguesa: o verdadeiro consenso nacional. Em A. Raimundo (Ed.), *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos* (1ª ed., pp. 29-48). Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.
- Pereira, J. P. (28 de maio de 2020). Presença nacional no Golfo da Guiné: Integração dos diferentes instrumentos de poder. *Revista de Ciências Militares*.
- Perez, R. (novembro de 2023). Great power competition in the Atlantic. *Atlantic Center report no. 3: Great power competition in the Atlantic*, pp. 57-82.
- Portaria n.º 712/2 Participação nacional na Missão Portuguesa de Capacitação de STP. (1 de outubro de 2024). Participação nacional na Missão Portuguesa de Capacitação na República Democrática de São Tomé e Príncipe em 2024. *Diário da República n.º 190/2024, Série II*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Portaria n.º 359/2024 Participação nacional na Missão Portuguesa de Capacitação na República da Guiné-Bissau em 2024. (28 de fevereiro de 2024). *Diário da República n.º 42/2024, Série II*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Porto, M. (julho de 2005). Portugal: Cidadania e Sistema Político na Afirmação à Escala Global. *Cadernos Navais*, pp. 19-24.
- Presidência do Conselho de Ministros [PCM], Proposta de Resolução n.º 13/XV/1. (24 de maio de 2023). Grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional Proposta de Resolução n.º 13/XV/1. Lisboa, Portugal: Autor.
- Project Management Institute. (2013). *A guide to the project management body of knowledge* (5 ed.). Pennsylvania: Project Management Institute, Inc.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 121. (9 de dezembro de 2022). Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030. *Diário da República n.º 236/2022, Série I de 2022-12-09, páginas 46 - 86*. Lisboa, Portugal: Autor. Retirado de Comunicação.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19. (05 de abril de 2013). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República n.º 67/2013, Série I de 2013, páginas 1981 - 1995*. Lisboa, Portugal: Autor. Retirado em 21 de janeiro de 2020, de http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66. (23 de maio de 2018). Autoriza a criação do Centro para a Defesa do Atlântico. *Diário da República n.º 99/2018, Série I*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Regalado, J. F. (junho de 2023). Portugal no contexto da segunda guerra mundial, 1939-1945. *Revista Portuguesa de História Militar*, pp. 83-103.
- República Portuguesa. (18 de outubro de 2021). *Defesa Nacional*. Retirado em 15 de março de 2025, de



- https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias_fa/Paginas/Marinha-Portuguesa-integra-nova-missao-no-ambito-da-Iniciativa-Mar-Aberto.aspx
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68. (4 de junho de 2021). Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030. *Diário da República n.º 108/2021, Série I de 2021-06-04, páginas 23 - 62*. Lisboa, Portugal: Autor. Retirado de D: <https://www.dgpm.mm.gov.pt/enm-21-30>
- Ribeiro, A. (2009). *Teoria Geral da Estratégia* (1 ed.). Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, A. (2017). *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratatégico* (1 ed.). Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, A. S., Silva, F. B., Palma, J. N., & Monteiro, N. S. (2010). *Cadernos Navais n.º 34 - Estratégia Naval Portuguesa*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Rodrigues, A. R. (outubro de 2020). *O pensamento de Defesa em Portugal*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Rodrigues, C., Walton, T., & Chu, H. (2020). JFQ 97, 2nd Quarter 2020. pp. 121-128.
- Santos, H. d. (agosto de 2022). Conceito Estratégico Nacional: uma necessidade Imperiosa. *Nação e defesa*, pp. 115-128.
- Santos, L., & Lima, J. (. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª ed, revista e atualizada)*. *Cadernos do Instituto Universitário Militar*, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Seabra, P. (2019). Um produto de tempos passados? Portugal e África no domínio político-diplomático. Em A. Raimundo (Ed.), *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos* (pp. 73-99). Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.
- Seas, S. (7 de dezembro de 2021). *Pirates of the Gulf of Guinea: A Cost Analysis for Coastal States*. Retirado em 21 de março de 2025, de Stable Seas: <https://www.stableseas.org/post/pirates-of-the-gulf-of-guinea-a-cost-analysis-for-coastal-states>
- Ships, J. F. (2014). *ISH JANE's Fighting Ships Publication*. Publisher Jane's Group.
- Ships, J. F. (2023). *ISH JANE's Fighting Ships*. Publisher Jane's Group.
- Silva, A. S. (3 de janeiro de 2018). *O desenvolvimento da política europeia e externa de Portugal e os desafios para 2018. Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros no Seminário Diplomático 2018*. Retirado em fevereiro de 2025, de https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/news/intervencao_mne_seminario_diplomatico_2018.pdf
- Simão, L. (novembro de 2023). A prospective Look on Atlantic Politics. *Atlantic Center report no. 3: Great power competition in the Atlantic*.
- Sousa, N. d. (27 de dezembro de 2024). Discurso do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada por ocasião da sua tomada de posse. Lisboa, Portugal.
- Studies, T. I. (2024). *The military balance*.
- Teixeira, N. S., & Marcos, D. (2019). *Evolving Human Security Challenges in the Atlantic Space* (1 ed.). Washington DC: Jean Monet: Network on Atlantic studies.
- Telo, A. J. (2004). *Cadernos Navais n.º 10 - A Estratégia naval Portuguesa*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.



- Telo, A. J. (setembro de 2004). O Contributo do Poder Naval. *Cadernos Navais*, N.º 10 - *Comissão Cultural de Marinha, GERE*, pp. 23-50.
- Till, G. (2009). *Seapower* (2 ed.). New York: Routledge.
- Timmermans, F. (2021). *Década Digital da Europa: metas digitais para 2030*. Retirado em 14 de dezembro de 2022, de Sítio oficial da União Europeia: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/europes-digital-decade-digital-targets-2030_pt
- União Europeia. (25 de janeiro de 2021). *EEAS - External Action*. Retirado de EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/note_eu_gog_strategy.pdf
- União Europeia. (24 de outubro de 2023a). Council conclusions on the Revised - Maritime Security Strategy (EUMSS) and its Action Plan. *Concil of the European Union*. Brussels.
- União Europeia. (10 de março de 2023b). *Maritime Security around the world*. Retirado em 9 de abril de 2025, de Maritime Security: EU updates strategy to safeguard maritime domain against new threat: <https://www.emsa.europa.eu/newsroom/press-releases/item/4914-maritime-security-eu-updates-strategy-to-safeguard-maritime-domain-against-new-threats.html>
- União Europeia. (maio de 2024a). Estratégia Marítima no Golfo da Guiné. *EnMAR*.
- União Europeia. (abril de 2024b). *Fichas técnicas sobre a União Europeia - 2024*. Retirado em 6 de março de 2025, de Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu/factsheets/pt
- União Europeia. (4 de março de 2025a). *eurostat*. Retirado de Statistics Explained: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_imports_of_energy_products_-_latest_developments#Source_data_for_tables_and_graphs
- União Europeia. (4 de fevereiro de 2025b). *Conselho da União Europeia*. Retirado em 1 de abril de 2025, de <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2023/11/27/european-peace-facility-council-adopts-an-assistance-measure-in-support-of-military-actors-and-navies-of-gulf-of-guinea-coastal-states-involved-in-maritime-security-operations/>
- United States Department of Defense. (2015). *Gulf of Guinea Maritime - Security and Criminal Justice Primer*.
- United States Department of Defense. (2024). *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Retirado de United States Department of Defence: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://media.defense.gov/2024/Dec/18/2003615520/-1/-1/0/military-and-security-developments-involving-the-peoples-republic-of-china-2024.pdf>
- Vicente, J., & Sanches, P. (s.d.). A cooperação Portuguesa em África, no domínio da Hidrografia. *Aritigo a publicar pela Academia de Marinha*.



- Vilelas, J. (2009). *Investigação - O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Wheelen, T. L., & David, H. (2012). *Strategic Management and Business Policy* (13^a ed.). Pearson.
- Yaoundé Architecture Regional Information System. (2025). *Yaoundé architecture*. Retirado em 13 de março de 2025, de YARIS: <https://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>
- Yarger, H. (2006). *Strategic theory for the 21st century: the little book on big strategy*. Carlisle: United States Government.



Apêndice A – Conceitos

Conceitos Estruturantes

Estratégia Marítima

Gray (1999, p. 169) refere que a estratégia emerge da reconciliação entre os objetivos do poder político e do poder militar, refletindo o passado (história) e o presente (necessidades económicas).

Num quadro de subordinação do poder militar ao poder político (Clausewitz, 2012, p. 67) a estratégia surge como a arte de utilizar recursos e capacidades com vista a atingir objetivos que podem ou não gerar antagonismo (Couto, 1988, p. 209). A estratégia total engloba as formas de coação (política, económica, psicossocial e militar) e formula e operacionaliza modalidades de ação, empregando os diferentes IPN (Ribeiro, 2009, p. 30) (Ribeiro A. , 2017, p. 77).

Conceptualmente, os Estados desenvolvem a sua estratégia naval com o objetivo de atingirem quatro resultados: o controlo do mar; as operações expedicionárias; a boa ordem no mar; e, a manutenção da boa governança marítima. Com o controlo do mar presente, enquanto facilitador que permite que o mar seja usado para servir os interesses do poder que o controla, permanecendo como figura central da estratégia naval, a dinâmica económica dos Estados, condicionada pela liberdade de navegação, advoga que a expressão “controlo” possa ser substituída por “supervisão” (Till, 2009, pp. 7-15), advogando uma potencial conjugação dos IPN.

A estratégia naval de pequenos Estados deve decorrer em função da realidade, escapando a conceitos de grandes potências (Telo, 2004, p. 35). Para Portugal a estratégia naval deve ser clara e precisa, na orientação da MP, visando “a edificação dos seus meios, na estruturação das suas capacidades e na realização das operações necessárias ao cumprimento eficaz da sua missão” (Ribeiro, Silva, Palma, & Monteiro, 2010, p. 7).

Não obstante, a estratégia naval consiste numa componente da estratégia marítima porquanto para Corbett “*naval strategy is but that part of maritime strategy which determines the movements of the fleet when maritime strategy has determined what part of the sea we seek to control*” (Corbett, 1911).

Com a Política Externa Portuguesa (PEP) a desenvolver-se em cinco vetores: Europa, Atlântico, Lusofonia e Multilateralismo e apoio às Comunidades (Silva, 2018, p. 23) (Galito, 2019, pp. 18-20) e subsistindo a geopolítica como elemento determinante na sua definição, a estratégia marítima deve ser entendida num quadro de subordinação do poder militar ao poder político, através da conjugação dos IPN.

Instrumentos do Poder

Não obstante a grande diversificação dos IPN estes surgem, de forma consensual, na sociedade (Ribeiro, 2009, p. 31). É, desta forma, que os instrumentos político, económico, social e militar surgem, naturalmente, como IPN (Santos H. , 2022, p. 117). Confirmando esta teoria e de acordo com o *Allied Joint Publication - 01*, estes instrumentos fundamentam as suas capacidades na negociação (Instrumento Diplomático); na comunicação estratégica (Instrumento Informacional); no combate, na dissuasão, na prevenção de conflitos e no apoio humanitário (Instrumento Militar); e, na influência económica (Instrumento Económico) (OTAN, 2017, pp. 1.3-1.4).

Contudo, esta abordagem pode tornar-se mais complexa e abrangente, identificando mais instrumentos no desenvolvimento e implementação das políticas de segurança acrescentando, por exemplo, as componentes, financeira, de *intelligence* e de emprego da



força³⁶, confirmando que um novo ambiente estratégico exige uma orquestração, simultânea e complementar, de vários IPN (Rodrigues, Walton, & Chu, 2020, pp. 121-122).

Conceitos Enquadrantes

Espaço de afirmação

Durante a Segunda Guerra Mundial a PEP, assente num quadro de fraqueza militar e vasto império colonial, fundamentava-se numa neutralidade da qual emergiu um espaço de afirmação político e económico (Regalado, 2023, p. 84).

Mais recentemente, numa perspetiva de afirmação do sistema político português, à escala mundial e da necessidade de potenciar as nossas vantagens competitivas, Portugal procura uma estratégia própria não ficando, unicamente, dependente de soluções de terceiros (Porto, 2005, p. 23).

De acordo com o Programa do XXIV Governo a PEP, essencialmente atlântica, é fundamental para a afirmação da nossa soberania e do nosso posicionamento europeu e mundial, no espaço lusófono (2024a, pp. 170-171).

No contexto desta investigação, pode assim subentender-se que o espaço de afirmação nacional, essencialmente atlântico, deve assentar numa estratégia própria, de potenciação de vantagens competitivas, em particular no espaço lusófono.

Interesse Nacional

A Constituição da República Portuguesa estabelece, como princípios fundamentais, que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (Lei Constitucional n.º 1, 2005).

A Lei de Defesa Nacional (LDN) refere que o CEDN “define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional” (Lei Orgânica n.º 3 - Lei de Defesa Nacional, 2021). Não só centrados na defesa, os interesses nacionais consistem na afirmação da presença de Portugal no mundo, no consolidar da presença nas várias alianças onde está inserido, na defesa e afirmação e reforço da credibilidade externa do Estado, na valorização das comunidades portuguesas, e no contributo para a promoção da paz e segurança internacional (RCM n.º 19, 2013).

A LDN refere, ainda, que compete à Defesa Nacional assegurar os compromissos internacionais do Estado, no domínio militar, de acordo com o Interesse Nacional e que os interesses dos portugueses são, também, parte integrante do Interesse Nacional (Lei Orgânica n.º 3 - Lei de Defesa Nacional, 2021).

Segurança marítima

Segundo Couto (1988, p. 38), a segurança consiste num conceito relativo que, em função da probabilidade de ocorrência do risco a que está sujeita, compele à mobilização de esforços em função do valor afetado pela ameaça³⁷, num quadro em que um ambiente vazio de perigos pode tornar-se inseguro, exigindo atenção permanente.

O conceito de segurança surge, como um dos fins últimos do Estado, considerando que todos os outros objetivos dele dependem (Ribeiro A. , 2017, pp. 47-48). Particularizando para a segurança marítima, esta assume um papel predominante como garante da estabilidade das várias atividades que se desenvolvem no mar.

³⁶ No original *finance, intelligence and law enforcement*.

³⁷ Uma ameaça consiste num acontecimento ou ação consciente, contrária ao objetivo e que causa dano (Couto, 1988, p. 329)



Para *Till* (2009, p. 286), o contributo do mar para o desenvolvimento humano pode ser resumido em quatro domínios: recursos; economia e transporte; comunicação; e, como fonte de poder e domínio. A boa ordem no mar, da qual depende a segurança da navegação, afeta de forma determinante estes domínios.

Segurança marítima pode, assim, ser entendida como a combinação de medidas preventivas e de resposta, destinadas a proteger o ambiente marítimo, de ameaças e atos intencionais, de carácter ilegal, e a limitar o impacto de acidentes naturais e de danos ao ambiente e ao ser humano (Governo de Espanha, 2024b, p. 16).

Face a estes elementos e no âmbito desta investigação, a segurança marítima estará intimamente dependente de medidas de proteção que previnam e respondam a ameaças, fundamentando-se na preservação da liberdade dos mares; na defesa da atividade comercial; e, na manutenção da boa governança do mar, num quadro de potencial instabilidade (Feldt, Roell, & Thiele, 2013, p. 25).

Ameaças e riscos

Na perspetiva da gestão empresarial o risco consiste num evento, baseado na incerteza, que ao ocorrer, poderá ter impacto positivo ou negativo num objetivo. Riscos, positivos e negativos, são interpretados, respetivamente, como oportunidades e ameaças (Project Management Institute, 2013, pp. 310-311).

Para Rodrigues (2020, p. 26), estando ambos os conceitos interligados, uma ameaça consiste num perigo específico considerando a capacidade do adversário em concretizar a intenção de cometer um ato hostil. O risco, baseado na incerteza, surge como um dano que podemos sofrer, mas que pretendemos evitar, estando associado à probabilidade de ocorrência.

Economia Azul

Segundo a ONU a economia azul compreende um conjunto de políticas e de setores económicos que, em conjunto, determinam se a utilização dos recursos oceânicos é sustentável (2023, p. 3).

Para *Timmermans* (2021) a existência de oceanos saudáveis é condição fundamental para uma economia azul próspera, devendo a proteção do ambiente e as atividades económicas interagir de forma simbiótica.



Apêndice B – Modelo de análise

Quadro 21 – Modelo de análise

Tema	Visão estratégica para o Atlântico Sul como espaço de afirmação de Portugal e da Marinha.				
Objeto de Estudo	Atlântico Sul.				
Objetivo Geral	Propor contributos, através da Marinha Portuguesa, para uma estratégia nacional no Atlântico Sul, no contexto dos Instrumentos de Poder Nacional.				
	Questão Central	Quais os contributos da Marinha Portuguesa, para a estratégia de Portugal, para o Atlântico Sul?			
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos Estruturantes	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha e tratamento de dados
OE1: Analisar a relevância do Atlântico Sul, para Portugal, no contexto dos Instrumentos de Poder Nacional.	QD1: Qual a relevância do Atlântico Sul para Portugal?	- Instrumentos de Poder Nacional; - Estratégia marítima.	- Diplomática; - Económica; - Informacional; - Militar.	- Balança comercial (I1); - Balança energética (I2); - Níveis de insegurança (I3); - Capacidades da região (I4); - Número de emigrantes (diáspora) (I5).	- Análise bibliográfica, de legislação e diretivas; - Entrevistas semiestruturadas; - Análise das Potencialidades, Vulnerabilidades, Oportunidades e Ameaças; - Validação de resultados.
OE2: Analisar a atuação das organizações internacionais (Organização do Tratado do Atlântico Norte, União Europeia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Centro do Atlântico), e de outros Atores (Espanha e Noruega) no Atlântico Sul.	QD2: Como atuam, as organizações internacionais (Organização do Tratado do Atlântico Norte, União Europeia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Centro do Atlântico), e outros Atores (Espanha e Noruega), no Atlântico Sul?			- Número de iniciativas (I6); - Número de militares envolvidos (I7); - Investimento efetuado (I8); - Número de dias de missão (navais) (I9); - Número de presenças navais (I10).	
OE3: Avaliar as iniciativas da Marinha Portuguesa, no contexto dos Instrumentos de Poder Nacional, no Atlântico Sul.	QD3: Como se caracterizam as iniciativas da Marinha Portuguesa, no Atlântico Sul?			- Número de dias de cooperação (I11).	



Apêndice C – Questões e mapa das entrevistas

Quadro 22 – Questões³⁸ e mapa das entrevistas

Enquadramento	Sequência da entrevista	Questão	Instrumento Diplomático	Instrumento Económico	Instrumento Informacional	Instrumento Militar	Componente Académica
(QD1) RELEVÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL	1	Considera o Atlântico Sul relevante para a organização que chefia/administra/integra ? Porquê ?	x	x	x	x	x
	2	Quais as principais estratégias/iniciativas/ações que a organização que chefia/administra/integra desenvolve/visa desenvolver, no Atlântico Sul ?	x	x	x	x	x
	3	Quais os desafios que a organização que chefia/administra/integra enfrenta atualmente no Atlântico Sul ? Algum destes desafios condiciona/impede a sua atuação ?	x	x	x	x	x
(QD2) ESTRATÉGIAS DOS ATORES	4	Qual a priorização que atribui a cada um dos Instrumentos do Poder Nacional nas áreas A, B e C, em termos de importância e nível de esforço a ser posto em prática pelo Estado português ?	x	x	x	x	x
	5	Considera que o Atlântico Sul deve ser alvo de tratamento diferenciado, em função da sua importância global relativa, através de mecanismos próprios do Estado ? Quais ?	x	x	x	x	x
	6	Em que contexto deve Portugal desenvolver a sua estratégia para o Atlântico Sul (contexto bilateral; multilateral; através das organizações internacionais)? Porquê ?	x	x	x	x	x
(QD3) CONTRIBUTO DA MARINHA	7	Não obstante a recente Estratégia de Portugal para o mar (2021-2030) omitir a participação da Marinha, como pode o Instrumento Militar, em particular através da Marinha, apoiar o desenvolvimento da estratégia no Atlântico Sul da organização que chefia/administra/integra ?	x	x	x	x	x
	8	Do que lhe é possível perceber está o processo de modernização da Marinha alinhado com as necessidades/estratégia da organização que chefia/administra/integra, para o Atlântico Sul ?	x	x	x	x	x
	9	Num contexto de recursos limitados, e caso considere que devem ser estabelecidas prioridades, em que área da figura deve estar concentrada a atividade da Marinha por forma a potenciar o seu contributo para a afirmação de Portugal no Atlântico Sul ? Porquê ?	x	x	x	x	x
Instrumento Informacional	10	Pela sua natureza, o Instrumento Informacional possui carácter reservado, porquanto visa a hegemonia nas relações internacionais. Para alguns autores, a sua ação provoca a dúvida sobre a natureza das intenções; para outros, o bem-estar da humanidade depende cada vez mais da gestão eficiente e transparente da informação, bem como das escolhas políticas e tecnológicas que a norteiam. Considerando o posicionamento geopolítico nacional, no Atlântico Sul, e com vista a promover os interesses nacionais, em que contexto(s) (cultural; tecnológico; científico; militar, outro) deve Portugal promover o Instrumento Informacional para potenciar a sua posição no Atlântico Sul?	x	x	x	x	x

³⁸ Não obstante a grande amplitude das respostas recebidas, as questões 1, 4 e 5, visaram consolidar a resposta à QD1; as questões 2, 3 e 6 visaram consolidar a resposta à QD2; e, as questões 7, 8 e 9, visaram consolidar a resposta à QD3. A questão 10 procurou obter uma perspetiva transversal relativamente ao Instrumento Informacional.



Quadro 23 – Mapa de controlo das entrevistas

Designação	Número sequencial	Designação abreviada	Identificação do entrevistado	Tipo de entrevista/resposta	Prova da Estratégia
Diplomático					
Diplomático - Entrevista A	1	DA	Contra-almirante Nuno Bragança, Coordenador do Centro do Atlântico	presencial (31/01/2025)	✓
Diplomático - Entrevista B	2	DB	Doutor Luis Amado, ex. Ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros	via Teams (13/02/2025)	
Diplomático - Entrevista C	3	DC	Embaixador António Lima, Representante Permanente de Portugal junto da CPLP	resposta mail (11/02/2025)	
Diplomático - Entrevista D	4	DD	Embaixador Luis Silva, Representante Especial para a Segurança Marítima no GdG	presencial (21/02/2025)	✓
Diplomático - Entrevista E	5	DE	Conselheira de Embaixada Alexandra Bilreiro - Adjunta Diplomática no Gabinete do Ministro da Defesa Nacional	presencial (31/01/2025)	✓
Informacional					
Informacional - Entrevista A	6	IA	Contra-almirante António Marques, Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança	presencial (06/01/2025)	✓
Informacional - Entrevista B	7	IB	Major-general Vieira Borges, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar	resposta mail (30/12/2024)	
Informacional - Entrevista C	8	IC	Professora Sabrina Medeiros, Investigadora do Instituto de Defesa Nacional	resposta mail (30/12/2024)	✓
Informacional - Entrevista D	9	ID	Comandante Luís Policarpo, Diretor de Planeamento Estratégico de Defesa da Direção-Geral de Defesa Nacional	resposta mail (24/02/2025)	✓
Militar					
Militar - Entrevista A	10	MA	Contra-almirante Silva Pereira, Subchefe do Estado-maior da Armada	resposta mail (30/01/2025)	✓
Militar - Entrevista B	11	MB	Almirante Nobre de Sousa, Chefe do Estado-Maior da Armada	presencial (6/02/2025)	
Militar - Entrevista C	12	MC	Contra-almirante Ramalho Marreiros, Diretor do Instituto Hidrográfico	via Teams (03/01/2025)	
Militar - Entrevista D	13	MD	Vice-almirante Jorge Pires, Superintendente do Material	presencial (27/01/2025)	
Militar - Entrevista E	14	ME	Contra-almirante Rodrigues de Campos, Comandante da Escola Naval	presencial (22/01/2025)	✓
Militar - Entrevista F	15	MF	Comodoro Cortes Lopes, Coordenador-Geral do Projeto <i>Support to West Africa Integrated Maritime Security</i>	resposta mail (3/02/2025)	✓
Económico					
Económico - Entrevista A	16	EA	Comandante Braz de Oliveira, Administrador da ETE	resposta mail (13/01/2025)	✓
Económico - Entrevista B	17	EB	Engenheiro Miguel Amaro, EDP - <i>Safety & Security & Business Continuity</i>	resposta mail (3/02/2025)	✓
Económico - Entrevista C	18	EC	Engenheiro Sérgio Barbedo, CEO Thales Edisoft Portugal, S.A.	presencial (30/01/2025)	✓
Académico					
Académico - Entrevista A	19	AA	Professor Aldino Campos, Universidade Católica Portuguesa	via Teams (18/01/2025)	✓
Académico - Entrevista B	20	AB	Professora Lucinia Simão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra	via Teams (24/01/2025)	
Académico - Entrevista C	21	AC	Professor Pedro Seabra, Instituto Universitário de Lisboa	via Zoom (10/01/2025)	✓
Académico - Entrevista D	22	AD	Comandante Gonçalves Alexandre, Investigador do Instituto Universitário Militar	presencial (15/01/2025)	✓



Apêndice D – Competição no Atlântico Sul

República Popular da China

Para G. Alexandre (entrevista presencial, 15 de janeiro de 2025) a CHI deseja conhecer o “oceano é distante” e não obstante a classificação de “desafio sistémico”, OTAN e a UE percecionam possibilidades de interação numa perspetiva de salvaguarda dos seus interesses e segurança (Garcia & Costa, 2023, p. 10).

A CHI tem uma postura particularmente objetiva, em termos de procura de alternativas e oportunidades, por exemplo, através da iniciativa *belt and road*³⁹, que inclui um alargado conjunto de investimentos no AS (ONU, 2016, p. 27), constituindo-se como um relevante importador do continente africano (vd. Figura 35).

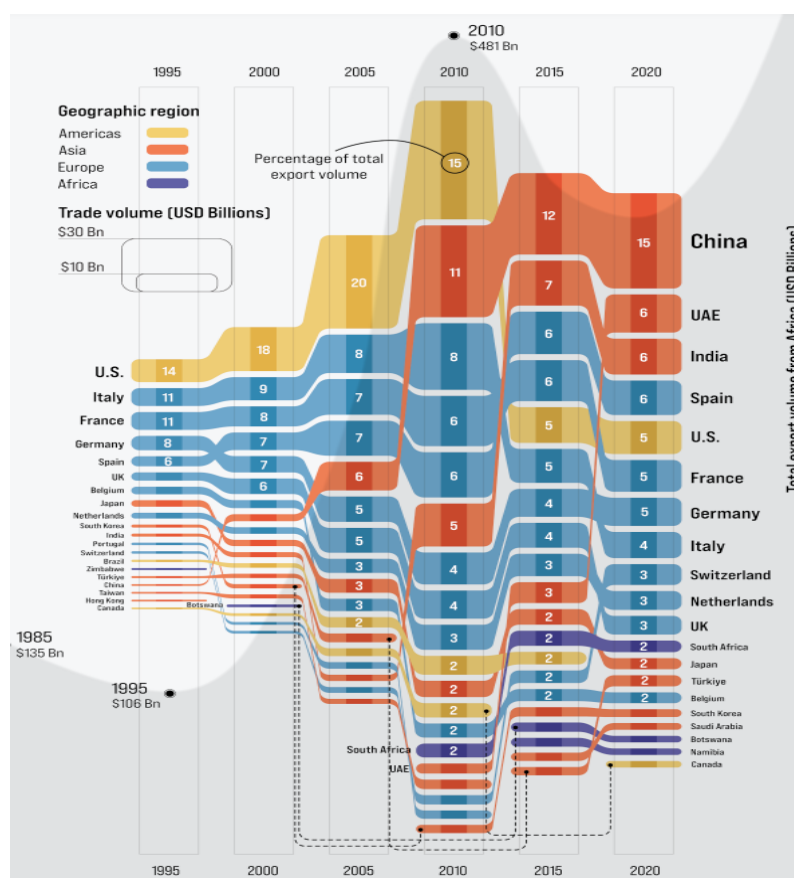


Figura 35 – Variação do volume de exportações do continente africano (1995-2020)

Fonte: *Capitalist* (2020)

Subsistindo realidades, percepções e agendas políticas distintas, entre o norte e o sul Atlântico, estão criadas oportunidades para Atores, extrarregionais, como a CHI, preencherem a falta de investimento em infraestruturas e redes viárias (Perez, 2023, pp. 60-61). Procurando a segurança energética, com forte interesse nas pescas, mas também, no desenvolvimento de infraestruturas civis e militares, atraída pela riqueza de recursos e pela grande vitalidade demográfica, ignorando questões ambientais e práticas de boa governação, a CHI demonstra grande inquietação com a segurança dos seus investimentos (Teixeira & Marcos, 2019, p. 17).

³⁹ A *Belt and Road Initiative* visa a criação de oportunidades para a economia inter-regional, potenciando o desenvolvimento de infraestruturas através de financiamento, servindo como plataforma para a cooperação sul-sul (ONU, 2016, p. 27).



Entre 2014 e 2019, a CHI conduziu cerca de 40 intercâmbios militares, com parceiros do GdG, incluindo a presença de navios para operações de combate à pirataria (Duodu, Schandorf, & Sagoe, 2023, p. 133). Já com presença militar no Djibouti⁴⁰, é espectável que esta influência se possa estender a outras regiões do continente (United States Department of Defense, 2024, p. 50).

Com uma taxa média de procura (crescimento anual), até 2040, a ser superado apenas pela República da Índia, subsiste a dúvida do impacto que as energias renováveis possam vir a ter na postura chinesa em África (vd. Figura 36) (International Energy Agency [IEA], 2021).

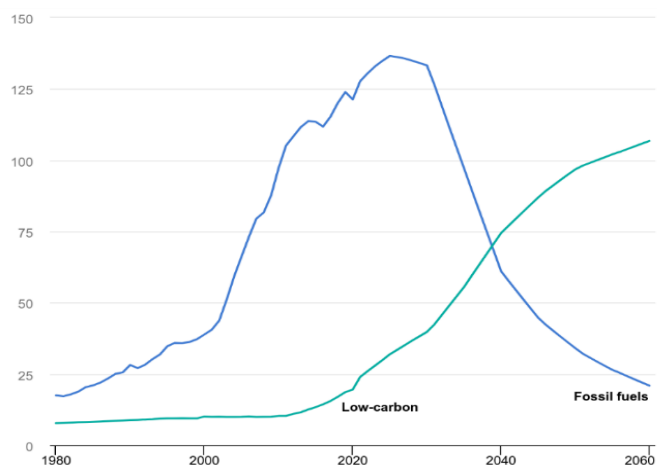


Figura 36 – Histórico e perspectiva de procura de energia pela CHI (1980-2060)

Fonte: (IEA, 2021)

Federação da Rússia

Com a perspectiva de diálogo colocada de parte, pelo Ocidente (Garcia & Costa, 2023, p. 10), possuindo prioridades pouco explícitas (Duodu, Schandorf, & Sagoe, 2023, p. 132), a atuação do Kremlin visa o fornecimento de armas, mercenários e o financiamento da extração de recursos naturais e são conhecidas as suas ações de *lobby*, nomeadamente através da criação de um mercado para equipamentos militares russos. Atualmente, cerca de 40 países africanos estão interessados em reforçar a cooperação com Moscovo, na área militar, possuindo a RUS uma quota de mercado de aproximadamente 26% junto dos países da África Subsaariana (Olech, 2024).

No ambiente marítimo, em outubro de 2021, navios da marinha russa realizaram exercícios antipirataria no GdG, envolvendo um Grupo Tarefa, da frota do Norte, sendo provável que a RUS venha a aumentar o seu envolvimento nas questões securitárias da região (Duodu, Schandorf, & Sagoe, 2023, p. 133).

Entre 2019 e 2023, o grupo Wagner tornou-se um importante instrumento na política externa da RUS, particularmente em África, onde Moscovo procura expandir sua influência e competir com o Ocidente. Para atingir esse objetivo o grupo Wagner estabeleceu relações com os governos de vários países africanos, através da presença de serviços militares e de segurança, em troca de concessões de exploração de minérios e de influência política. No entanto, o grupo não procura desenvolver capacidades de defesa ou combater o terrorismo, mas sim, capitalizar lucros e beneficiar do caos, para manter e consolidar a sua presença (Olech, 2024, p. 275).

É, neste contexto, que o espaço atlântico se apresenta como um cenário onde as dinâmicas geoestratégicas têm exacerbado a competição (Garcia & Costa, 2023, p. 10).

⁴⁰ Cerca de 400 militares (United States Department of Defense, 2024, p. 57).



Apêndice E – Dinâmica securitária do Golfo da Guiné. Capacidades e limitações

Pirataria e roubo marítimo armado

Apesar das várias ações desenvolvidas no AS, por parte da CI, o problema das ameaças, à segurança marítima persiste sendo que a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 2634 (2022)⁴¹ continua a expressar grande preocupação para com a insegurança que se vive na região. Esta situação resulta em particular da pirataria e do RMA insistindo o Conselho de Segurança para que os Estados, as organizações internacionais e o sector privado, partilhem informações e, numa perspetiva bilateral e multilateral, prestem apoio, mediante pedido, em termos de pessoal, fundos, tecnologia, formação e equipamento, aos Estados e organizações regionais do GdG (ONU, 2022, pp. 1-3).

(I3) O gráfico seguinte reflete e compara, com outros locais⁴², a variação dos atos de pirataria e RMA, na região do GdG, evidenciando uma perspetiva de diminuição gradual dos atos cometidos. Para L. Amado (*op. cit.*), o Atlântico é um mar tranquilo; a pirataria no GdG foi um fenómeno de circunstância, que mobilizou muito a atenção de alguns setores, mas no Atlântico não há verdadeiramente problemas, quando pensamos na dinâmica de rivalidade e competição nos oceanos Pacífico e Índico.

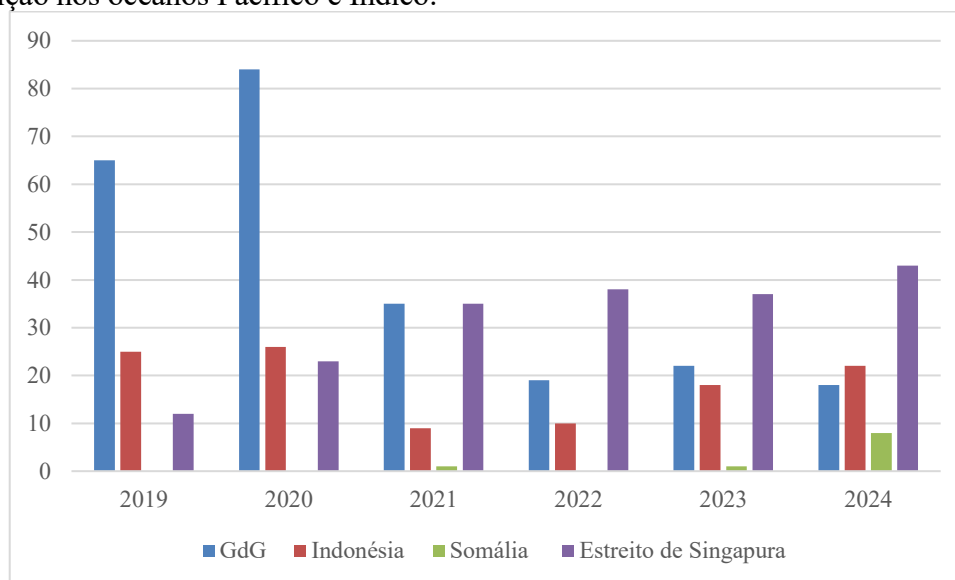


Gráfico 9 – Variação dos atos de pirataria e RMA (tentados e consumados) (2019-2024)⁴³

Fonte: adaptado de *International Maritime Organization* (2019) *Commercial Crime Services* (2025)

Ao longo dos tempos, a insegurança no GdG revelou a vulnerabilidade do espaço marítimo da região o que impôs a adoção de medidas, nem sempre eficazes. Em 2010, as melhorias verificadas na cooperação operacional entre a marinha nigeriana e a *Nigerian Maritime Administration and Safety Agency* resultaram numa redução substancial dos ataques realizados no porto de Lagos. Todavia os resultados práticos, desta ação, revelaram o quanto porosa e dinâmica é a região já que, de imediato, se verificou um aumento do RMA, ao largo da costa do Benim, facto que só veio reforçar a necessidade de cooperar e atuar conjuntamente (Osinowo, 2015, p. 3).

⁴¹ A Resolução 2634 surge na sequência das Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) e da declaração presidencial S/PRST/2016/4, sobre pirataria e RMA, no GdG (ONU, 2022, p. 3).

⁴² Sendo a Indonésia, Somália e o Estreito de Singapura particularmente representativos deste problema (Commercial Crime Services, 2025).

⁴³ Os números apresentados diferirem entre as fontes consultadas. Como exemplo, o *Stable Seas* refere 98 (2019) e 106 (2020) atos de pirataria e RMA na região do GdG (Seas, 2021, p. 3).

Subsistindo a dúvida sobre a real dimensão do problema (Osinowo, 2015, p. 3) onde, a título de exemplo, nenhuma das partes envolvidas, em trocas de reféns, divulga o valor dos resgates, pelo impacto que esta informação possa vir a provocar, o aparente baixo custo direto, para as nações africanas, criou a percepção de que a pirataria e o RMA representam apenas problemas para a CI. Porém, o combate à pirataria e ao RMA deve continuar a ser uma prioridade, considerando que este problema contribui para que esta seja uma das regiões mais pobres do mundo (vd. Figura 37) com custos diretos, indiretos e de oportunidade, para a atividade piscatória, mas também, pelo facto da sua existência retirar foco à IUU (Seas, 2021).

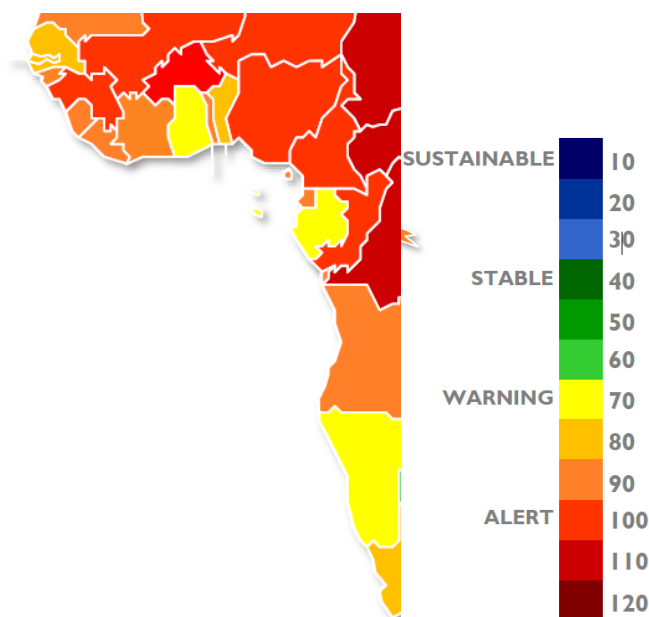


Figura 37 – Nível de fragilidade⁴⁴ dos países da região do GdG, em 2023

Fonte: Fund for Peace (2023)

Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

Na região do GdG a pesca desempenha um papel muito significativo na subsistência de milhões de pessoas contribuindo com cerca de 80% da proteína animal consumida nos estados costeiros da região⁴⁵ (Seas, 2021, p. 48). Com as estimativas do impacto da IUU a serem particularmente divergentes, um estudo⁴⁶ realizado em 2017, indicava perdas que poderiam ascender a cerca de 500×10^9 dólares anuais (Seas, 2021, p. 60).

Para A. Campos (entrevista remota, 18 de janeiro de 2025) um dos grandes desafios no AS, é a implementação de uma cultura regional de proteção e preservação da proteína animal (pesca), já que as alterações climáticas irão conduzir a um nível de grande escassez de recursos, com origem no mar, sem par em terra. Por conseguinte, o impacto da IUU vai além da exaustão dos recursos oceânicos, vital para a Estados em desenvolvimento e

⁴⁴ O *Failed States Index* possui quatro indicadores gerais (coesão social; económicos; políticos, social e de direitos humanos). Cada um dos indicadores subdivide-se em três subindicadores. A avaliação dos subindicadores é efetuado de 1 (um) a 10 (dez) pontos, com 10 a ser atribuído ao nível de maior fragilidade (Fund for Peace, 2023).

⁴⁵ Na África Ocidental, mais de nove milhões de pessoas dependem, da pesca, direta ou indiretamente. Na Nigéria, o setor pesqueiro emprega mais de 8,6 milhões de pessoas diretamente e mais 19,6 milhões indiretamente (70% mulheres) (Seas, 2021, p. 48).

⁴⁶ Estudo realizado pela *Frontiers in Maritime Science*, que inclui seis países da região (Seas, 2021, p. 60).



respetivas comunidades piscatórias sendo, apenas, um sintoma mais grave que pode assumir a forma de pirataria, narcotráfico e até, em alguns casos, terrorismo (CeAt, 2024, p. 10).

Todavia, a importância da segurança marítima e da cooperação para a alcançar não se centra apenas nos recursos haliêuticos, ou na imposição da Lei, mas também no custo para o ser humano, uma vez que o principal motor da IUU provém de trabalho forçado e de escravatura (CeAt, 2024, pp. 73-74).

Desafios, da região do Golfo da Guiné, no combate à insegurança marítima

(I4) No princípio da última década, na região do GdG, a grande maioria das unidades navais remontavam à década de 70 e 80 e tinham uma média de idades próxima dos 30 anos, o que reduzia, significativamente, o valor militar dos meios (Ships, 2014) (Danish Government, 2019, pp. 2-3). Atualmente, a situação alterou-se com vários países a investirem em meios navais. Com mais de 500 navios⁴⁷ e uma média de idades a rondar os 17 anos (Ships, 2023), a região do GdG surge numa posição particularmente diferente, em termos da capacidade, para combater as ameaças à segurança marítima (vd. Figura 38).

Angola	Nigeria		Cameroon	
4 Super Dvora Mk III patrol craft 1 Cessna Citation jet 2 Patrol boats 3 HSI 32 high speed inceptor 3 DV-15 interceptors 1 Vigilante-1400 long range offshore patrol vessel 1 Macae class short range patrol vessel	8 K-38 Fast attack craft 1 Seaward Defence Boat 7 FPB 72 MkII patrol craft 1 Shaldag Mk II 1 FPB 98 MkII patrol craft 4 Sentinel Patrol Craft 5 K-47 boats 1 P-18N OPV	106 Epenal 90 8.2m Speedboats 3 15m Wave Raider 6 5m Arrow-class 4 RHIBs 4 FPB 110 MkII patrol craft 1 P-18N OPV 50 NP-650 Flat bottom boats 1 Hydro Survey Ship 1 P-18N OPV 1 Seaward Defence Boat 4 C-Falcon Interceptors	3 Boston Whaler patrol boats 6 Aresa 750 Commandos RIBs 2 24 m Aresa 2400 CPV Defender patrol boats 1 23 m Aresa 2300 landing craft 5 Patrol boats	
Togo	4 Composite-hulled RPB 33 patrol boats 3 8 m Defender rigid hulled inflatable boats 1 Predator Patrol craft 2 OPV-45s	1 Hamilton class cutter 1 65m OPV 1 47m patrol craft 1 Landing Ship Tank	Cote d'Ivoire	3 Composite-hulled RPB 33 patrol boats 30 RHIB
Benin	Sao Tome and Principe	Gabon	Ghana	Equatorial Guinea
3 Coastal Patrol Boats 1 Metal Shark boat 1 SAFE 12-metre-long 38 Full Cabin patrol boat	1 GC002 patrol launch	1 OPV50	2 Type 143A Gepard fast attack craft 4 985Y patrol boats 6 OPV	1 OPV-88 Reklama 1 Frigate

Figura 38 – Aquisição de meios pelas Marinhas e Guardas Costeiras da região do GdG (2012 - 2021)

Fonte: *Seas* (2021, p. 18)

Porém, com o crescer de instabilidade no Sahel, verifica-se que ocorre uma diminuição de foco na região do GdG (Seas, 2021, p. 14), tendo a recente falta de capacidade demonstrada, num cenário de contrassubversão, levado o Governo nigeriano a impor reformas no setor militar, nomeadamente, no desenvolvimento da Marinha, em resposta aos requisitos de segurança na região do Delta do Níger (Studies, 2024, p. 508).

De relevar, que a Nigéria isoladamente representava, em 2024, cerca de 26% do total do investimento em defesa⁴⁸ na região (vd. Gráfico 10), mantendo um crescimento anual próximo dos 3%, desde 2022 (Studies, 2024).

⁴⁷ Cerca de 200 pertencentes à Nigéria (Ships, 2023).

⁴⁸ Apenas ultrapassada pela África do Sul (Studies, 2024, p. 459).

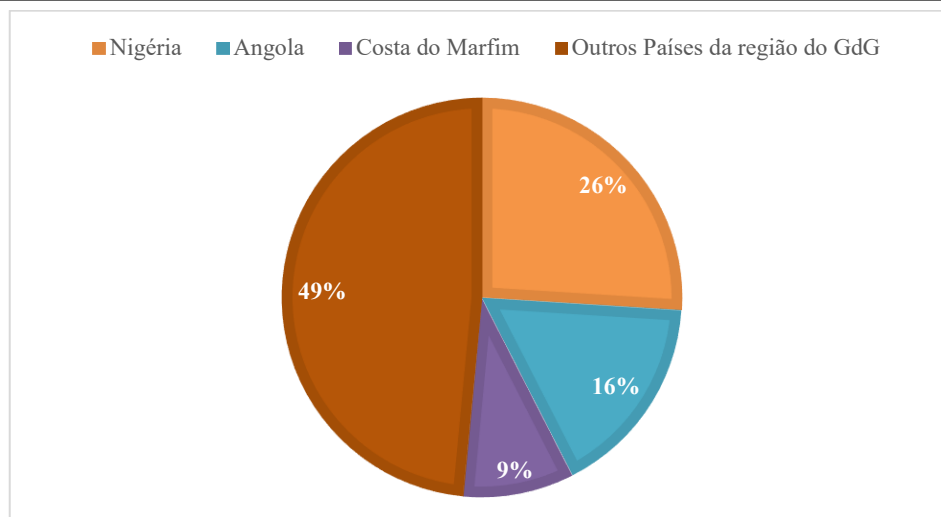


Gráfico 10 – Investimento no setor da defesa pelos países da região do GdG

Fonte: adaptado de *Studies* (2024, p. 465)

Portanto, subsiste a dúvida sobre a real capacidade naval da região, geralmente frágil, fora das águas territoriais, onde os baixos padrões de prontidão operacional dos navios e das guarnições e dos níveis de manutenção, reduzem a capacidade de atuação (Danish Government, 2019, pp. 5-6), subsistindo vários países mal equipados para o patrulhamento eficaz, mesmo da sua zona de responsabilidade (Seas, 2021, p. 17) (DGPDN, 2024, p. 29).



Apêndice F – Outras Ações de cooperação bilateral

Projeto *Support to West Africa Integrated Maritime Security*

O projeto *Support to West Africa Integrated Maritime Security* (SWAIMS), que teve o seu início em 2019, faz parte de um conjunto de projetos da UE que visam melhorar a segurança marítima, no GdG, contribuindo para a capacitação dos Estados⁴⁹ costeiros da região. Estes projetos estão focados no quadro jurídico e operacional, na partilha de informação e na formação, treino e capacitação, decorrendo o seu financiamento do Instrumento de Segurança e a Paz e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (UE, 2021).

O projeto SWAIMS, que conta com um financiamento de cerca de 12 milhões de euros, pretende que a recolha e o manuseio de evidências de ilícitos, cometidos no mar, resultem em processos válidos e que o pessoal da área legal, em terra, adquira as valências necessárias sobre questões de segurança marítima. A ação, atribuída a Portugal, via Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I. P.) e que conta com o apoio da MP, na operacionalização do projeto, concretizar-se-á através do fornecimento de embarcações semirrígidas (RHIB – *Rigid-Hulled Inflatable Boat*) e equipamento forense (Camões I.P., s.d.).

O projeto SWAIMS teve, recentemente, a sua implementação estendida até 31 de dezembro de 2025, após vários atrasos provocados por questões legais, estando agora prevista a entrega de 24 RHIB, duas por país beneficiário. Subsistem como desafios à implementação do projeto: o acompanhamento da construção das RHIB visando garantir a sua conformidade com os requisitos; a assinatura dos vários memoranda com os países destinatários; e, o processo de treino e capacitação dos países destinatários (Camões I.P., 2025).

O Instituto Hidrográfico como Autoridade Cartográfica Primária: Cooperação bilateral

O IH atua como Autoridade Cartográfica Primária, em função de limitações específicas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), garantindo a aquisição de informação batimétrica, a produção e atualização de cartográfica e a difusão de informação de segurança marítima. Esta ação contribui para que sejam asseguradas as responsabilidades, dos Países, no seio da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. A participação de navios hidrográficos, em missões no âmbito da iniciativa Mar Aberto, tem contribuído de forma determinante para a aquisição de dados batimétricos e, conseqüentemente, para a produção de cartas náuticas e cartas eletrónicas de navegação (Vicente & Sanches). Entre 2019 e 2024, as ações do IH evoluíram cerca de 70 técnicos (militares e civis), totalizando 860 dias, com um custo aproximado de 500 mil euros (IH, email, 26 de março de 2025).

A Escola Naval e os Programas de Mobilidade

Para R. Campos (entrevista presencial, 22 de janeiro de 2025), a formação de nível superior dos PALOP, subsiste como um veículo estratégico de influência, de longo prazo, que importa preservar.

A estratégia de mobilidade e relações externas da EN decorre via Instituto Universitário Militar, constituindo-se como uma ação de reconhecida relevância estratégica. Esta iniciativa, desenvolvida pela EN, integra-se na política de projeção externa da MP e do

⁴⁹ Nomeadamente: Benim, CPV, Costa do Marfim, Gana, Gâmbia, Guiné, GNB, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.



Ministério da Defesa Nacional, visando a de mobilidade de discentes e docentes (Diretor de Ensino da EN, entrevista por *email*, 1 de abril de 2025). Para A. Campos (*op. cit.*), a formação na MP cria e mantém um elo de natureza estratégica que importa manter e dinamizar.

Cooperação bilateral no Setor do Material

Portugal, através da MP, desenvolve um conjunto de atividades de carácter técnico e logístico com vários países da região do GdG, nomeadamente:

CPV: Em análise a possibilidade de providenciar apoio logístico, de manutenção e sustentação dos meios navais, potenciando a sua operacionalidade.

GNB: Em curso um trabalho bilateral que visa o desenvolvimento de projetos vários, nomeadamente: lanchas de desembarque e navios de transporte, de várias tipologias, considerando as necessidades identificadas. Adicionalmente, subsiste apoio na sustentação dos meios existentes.

STP: Fornecido apoio logístico, de manutenção e sustentação, de alguns meios.

Brasil: Decorrem iniciativas no sentido de aprofundar a relação entre projetos estruturantes, nomeadamente, navios de conceção e construção portuguesa para o Brasil e armamento de conceção e fabrico brasileiro para Portugal, numa estratégia de cooperação cruzada (J. Pires, entrevista presencial, 27 de janeiro de 2025).



Apêndice G – Entrevista semiestruturada. Tratamento dado à resposta à questão quatro

Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Diplomático e Informacional)

A análise efetuada valorizou as respostas entre um (maior importância) e quatro (menor importância). O menor valor apresentado como resultado define o IPN considerado como prioritário.

Quadro 24 – Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Diplomático e Informacional)

Diplomático					
Entrevistado	Instrumento Diplomático	Instrumento Informacional	Instrumento Militar	Instrumento Económico	
Área A	DA	1	3	4	2
	DB	1	3	4	2
	DC	1	2	4	3
	DD	1	4	2	3
	DE	4	2	1	3
	Resultados	8	14	15	13
Área B	DA	1	3	4	2
	DB	1	3	4	2
	DC	1	2	4	3
	DD	3	4	2	1
	DE	3	2	4	1
	Resultados	9	14	18	9
Área C	DA	1	3	4	2
	DB	1	3	4	2
	DC	2	3	3	1
	DD	1	4	2	3
	DE	2	3	4	1
	Resultados	7	16	17	9
Informacional					
Entrevistado	Instrumento Diplomático	Instrumento Informacional	Instrumento Militar	Instrumento Económico	
Área A	IA	1	3	4	2
	IB	1	3	2	4
	IC	2	1	4	3
	ID	1	3	2	4
	Resultados	5	10	12	13
Área B	IA	1	3	4	2
	IB	1	3	4	2
	IC	2	1	4	3
	ID	1	3	4	2
	Resultados	5	10	16	9
Área C	IA	1	3	4	2
	IB	3	1	4	2
	IC	2	1	4	3
	ID	1	3	4	2
	Resultados	7	8	16	9



Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Militar e Económico e Componente Académica)

Quadro 25 – Resultados da análise efetuada à resposta à questão quatro (Instrumento Militar, Económico e Componente Académica)

Militar							
	Entrevistado	Diplomático	Informacional	Militar	Económico		
Área A	MA	4	2	1	3	Militar	
	MB	3	1	2	4	Informacional	
	MC	1	1	1	1	Diplomático	
	MD	2	3	1	4	Económico	
	ME	1	2	4	3		
	MF	3	4	1	2		
	Resultados	14	13	10	17		
Área B	MA	2	3	4	1	Diplomático	
	MB	2	1	4	3	Económico	
	MC	1	1	1	1	Informacional	
	MD	1	4	3	2	Militar	
	ME	1	2	4	3		
	MF	3	4	2	1		
	Resultados	10	15	18	11		
Área C	MA	1	4	3	2	Diplomático	
	MB	1	3	4	2	Económico	
	MC	1	1	1	1	Informacional	Militar
	MD	3	4	1	2		
	ME	1	2	4	3		
	MF	4	3	4	1		
	Resultados	11	17	17	11		
Económico							
	Entrevistado	Diplomático	Informacional	Militar	Económico		
Área A	EA	1	3	4	2	Diplomático	
	EB	1	3	3	2	Informacional	Económico
	EC	1	2	3	4	Militar	
	Resultados	3	8	10	8		
Área B	EA	2	3	4	1	Diplomático	
	EB	1	3	3	2	Económico	
	EC	1	2	4	3	Informacional	
	Resultados	4	8	11	6	Militar	
Área C	EA	2	3	4	1	Diplomático	Económico
	EB	2	3	3	1	Informacional	
	EC	1	2	4	3	Militar	
	Resultados	5	8	11	5		
Académico							
	Entrevistado	Diplomático	Informacional	Militar	Económico		
Área A	AA	3	4	1	2	Diplomático	
	AB	1	2	4	3	Informacional	
	AC	2	1	3	4	Militar	Económico
	AD	1	2	4	3		
	Resultados	7	9	12	12		
Área B	AA	2	1	3	4	Diplomático	
	AB	1	3	4	2	Informacional	
	AC	1	2	4	3	Económico	
	AD	1	2	4	3	Militar	
	Resultados	5	8	15	12		
Área C	AA					Diplomático	
	AB	1	3	4	2	Económico	
	AC	2	3	4	1	Informacional	
	AD	1	2	4	3	Militar	
	Resultados	4	8	12	6		